

RELATÓRIO ANUAL

2019 - 2020



www.sadc.int



ABREVIATURAS

SIDA	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
ART/TAR	Terapia Anti-Retroviral
BIPS	Estratégia de Promoção de Negócios e Investimento
CMA	Zona Monetária Comum
COMESA	Mercado Comum da África Oriental e Austral
EAC	Comunidade da África Oriental
EA-SA-IO	África Oriental-África Austral-Oceano Índico
ECA	Comissão Económica das Nações Unidas para África
ESREM Sustentável	Projecto de Ampliação do Mercado Regional de Energia
UE	União Europeia
FAO	Organização para a Alimentação e Agricultura
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
GAIN	Aliança Global para a Melhoria da Situação Nutricional
GBV	Violência Baseada nas Relações de Género
PIB	Produto Interno Bruto
GERD	Despesa em Bruto em Investigação e Desenvolvimento
GIZ (Cooperação Técnica Alemã)	<i>Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit</i>
VIH	Vírus de Imunodeficiência Humana
PCI	Parceiros de Cooperação Internacionais
FMI	Fundo Monetário Internacional
IPF	Política-Quadro de Investimento
MCBRTA	Acordo Multilateral de Transporte Rodoviário Transfronteiriço
MVA	Valor Acrescentado da Indústria Transformadora
NTBs/BNT	Barreiras Não-Tarifárias
PPDF	Fundo de Preparação e Desenvolvimento de Projectos
PRIA	Plano Regional de Investimento Agrícola
RAPI	Programa de Acção Regional de Investimento
RERA	Associação Regional de Reguladores de Energia Eléctrica
RIDMP	Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infra-estruturas
RISDP	Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional
RMDWEEP	Programa Regional Multidimensional para o Potenciamento Económico da Mulher
RMV	Visão Regional para o Sector Mineiro

RIGS	Sistema de Liquidações Brutas em Tempo Real
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SIPO	Plano Estratégico Indicativo do Órgão
PME	Pequenas e Médias Empresas
CTI	Ciências, Tecnologia e Inovação
STR	Regime Comercial Simplificado
TBA	Aquíferos Transfronteiriços
ZCLT	Zona de Comércio Livre Tripartida
TTTTFP	Programa Tripartido de Facilitação do Transporte e Trânsito
ONUSIDA SIDA	Programa Conjunto das Nações Unidas para o Combate ao VIH e
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
FNUAP	Fundo das Nações Unidas para a População
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USAID Internacional	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento
VLMA	Acordo sobre a Gestão de Carga de Veículos
PAM	Programa Alimentar Mundial
WHO/OMS	Organização Mundial da Saúde

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: PRINCIPAIS INDICADORES MACROECONÓMICOS DE ECONOMIAS SELECCIONADAS.....	12
TABELA 2: GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA EM 31 DE MAIO DE 2020	76

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: ÍNDICES DE PREÇOS DE PRODUTOS DE BASE SELECCIONADOS PELO FMI	13
FIGURA 2: SADC - PIB REAL E INFLAÇÃO (2010-2021)	17
FIGURA 3: POUPANÇAS NACIONAIS E INVESTIMENTO TOTAL (% DO PIB).....	18
FIGURA 4: SADC - DÉFICE ORÇAMENTAL E DÍVIDA PÚBLICA COMO PERCENTAGEM DO PIB	19
FIGURA 5: SADC - CRESCIMENTO NOS VOLUMES DE IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES	20
FIGURA 6: SADC - SALDO DA CONTA CORRENTE E RESERVAS EXTERNAS	21
FIGURA 7: EVOLUÇÃO DA TAXA CAMBIAL PARA OS PAÍSES DA SADC FACE AO DÓLAR (BASE 100= JANEIRO DE 2018)	22
FIGURA 8: EVOLUÇÃO DA TAXA CAMBIAL DO RAND SUL-AFRICANO/DÓLAR AMERICANO	23
FIGURA 9: SADC - CLASSIFICAÇÃO NA FACILIDADE PARA FAZER NEGÓCIOS.....	24
FIGURA 10: CLASSIFICAÇÃO - ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE MUNDIAL	24
FIGURA 11: DESENVOLVIMENTO DE EQUIPAMENTO (AWS, HPC E AMSS) PARA OS ESTADOS-MEMBROS	45
FIGURA 12: NÚMERO DE PLHIV EM TAR E NOVAS INFECÇÕES POR VIH	60

ÍNDICE

ABREVIATURAS	1
LISTA DE TABELAS.....	4
LISTA DE FIGURAS	4
ÍNDICE.....	5
SUMARIO EXECUTIVO	7
1. NOTA INTRODUTÓRIA.....	10
2. DESENVOLVIMENTOS POLÍTICOS E ECONÓMICOS REGIONAIS	10
2.1 EVOLUÇÃO POLÍTICA.....	10
2.2 EVOLUÇÃO DA ECONOMIA	11
2.3 PREVISÕES REGIONAIS PARA 2020 -21	25
3. IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO REGIONAIS.....	26
3.1 DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E INTEGRAÇÃO DOS MERCADOS.....	26
3.2 INFRA-ESTRUTURAS DE APOIO À INTEGRAÇÃO REGIONAL	33
3.3 COOPERAÇÃO NAS ÁREAS DE PAZ E SEGURANÇA.....	46
3.4 PROGRAMAS ESPECIAIS DE DIMENSÃO REGIONAL.....	48
4. IMPLEMENTAÇÃO DAS ACTIVIDADES DE APOIO INSTITUCIONAL	64
4.1 ORÇAMENTO E FINANÇAS	64
4.2 RECURSOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO.....	65
4.3 AUDITORIA INTERNA.....	65
4.4 ASSUNTOS JURÍDICOS.....	65
4.5 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.....	66
4.6 COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS.....	66
4.7 CONTRATAÇÃO PÚBLICA.....	68
5. INTEGRAÇÃO CONTINENTAL	68
5.1 UNIÃO AFRICANA (UA).....	68
5.2 AGENDA TRIPARTIDA SADC – COMESA – EAC.....	69
6. COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS.....	70
6.1 COOPERAÇÃO ENTRE A SADC E A UE	70
6.2 DIÁLOGO POLÍTICO ENTRE A SADC E A UNIÃO EUROPEIA.....	71
6.3 COOPERAÇÃO ENTRE A SADC E A ALEMANHA	71
6.4 COOPERAÇÃO ENTRE A SADC E A CHINA	72
6.5 COOPERAÇÃO ENTRE A SADC E O BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO	72
6.6 COOPERAÇÃO ENTRE A SADC E O BANCO MUNDIAL.....	73
6.7 COOPERAÇÃO ENTRE A SADC E A COMISSÃO ECONÓMICA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ÁFRICA (ECA).....	73
6.8 COOPERAÇÃO ENTRE A SADC E O BANCO ÁRABE PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO EM ÁFRICA (BADEA).....	74
6.9 PLATAFORMA DE DIÁLOGO ENTRE A SADC E ICP.....	74
7. BOA GOVERNAÇÃO	75
7.1 SAÚDE INSTITUCIONAL E GESTÃO DA MUDANÇA.....	75
7.2 IMPLEMENTAÇÃO DO QUADRO DE GESTÃO FINANCEIRA.....	77

8. DESAFIOS E LIÇÕES COLHIDAS	79
9. CONCLUSÕES E RUMO A SEGUIR.....	81

SUMARIO EXECUTIVO

O presente Relatório apresenta os progressos alcançados na implementação do Plano Indicativo Estratégico de Desenvolvimento Regional Revisto (RISDP) e do Plano Indicativo Estratégico do Órgão (SIPO), pelo Secretariado da SADC em colaboração com os Estados-Membros e outros intervenientes na implementação dos programas de cooperação e Integração Regionais da SADC durante o exercício financeiro de 2019/20.

Evolução política e económica regional

De um modo geral, a situação política e de segurança na Região permaneceu estável, apesar de alguma instabilidade principalmente na zona leste da República Democrática do Congo (RDC) e dos ataques por insurgentes na província de Cabo delgado, no norte de Moçambique. Além disso, a região testemunhou a realização regular de eleições democráticas nacionais e uma tendência crescente de eleições contestadas em alguns Estados-Membros.

O desempenho económico da região da SADC em 2019 abrandou quando se compara com os anos anteriores, com o Produto Interno Bruto (PIB) real a crescer 2,0%, sendo uma taxa inferior à média 2,9% alcançada nos três anos precedentes de 2016 a 2019. A deterioração verificada esteve em linha com os baixos preços dos produtos primários, o abrandamento da actividade económica global e a escalada nas tensões comerciais ao nível mundial com a severidade variada entre os Estados-Membros da SADC. Provisoriamente, a inflação anual regional anual atingiu uma média de 12,1% em 2019 em comparação com a média de 8,2 % registada em 2018. Contudo, com excepção de Angola e Zimbabwe que registaram taxas de inflação de 17,1% e 109% em 2019, respectivamente, a taxa de inflação média na Região da SADC desceu para 4,3% em 2019, em comparação com a taxa de 7,1% em 2018. Em 2020, prevê-se que o crescimento económico regional registe uma contracção de cerca de 3%, principalmente devido ao impacto adverso da COVID-19.

Desenvolvimento Industrial e Integração dos Mercados;

Relativamente à implementação da Estratégia e o Roteiro para a Industrialização, a 39.^a Cimeira da SADC aprovou o Protocolo da SADC sobre a Indústria, em Agosto de 2019, e até à data Seychelles ratificou o Protocolo. No domínio da cadeia de valor regional, a Visão Regional para o Sector Mineiro da SADC (RMV) e o Plano de Acção foram aprovados pelo Conselho em Agosto de 2019; e foram implementadas várias iniciativas no sentido da integração dos mercados e da promoção de infra-estruturas de qualidade e normas necessárias para a competitividade dos bens produzidos na Região.

Foi alcançado um progresso notável na área de sistemas de pagamentos ao nível nacional. Até ao final de Março de 2019, todos os Estados-Membros estavam a implementar o Sistema de Liquidação por Bruto em Tempo Real (RTGS). À medida que o RTGS viabiliza as transacções para que sejam mais rápidas e torna os pagamentos mais eficientes, mais de 1,8 milhões de transacções foram liquidadas, até ao fim de

Março de 2020, que se situam em ZAR 7,17 triliões desde Julho de 2013, quando o sistema foi para o ar. A Região tem tido um desempenho impressionante na área de inclusão financeira, alcançando uma meta de 32% de adultos na Região que eram excluídos financeiramente, o que significa cerca de 45,7 milhões de indivíduos face a uma meta de 25% em 2021. A inclusão financeira é um factor primário que contribui para a redução da pobreza e promove a prosperidade.

Infra-estruturas de apoio à Integração Regional

Registaram-se progressos na concretização da Visão de Infra-estruturas 2027 da SADC e na contribuição para a Estratégia e Roteiro para a Industrialização através da implementação de várias iniciativas. No sector de energia, a Região pôs em funcionamento 3 595 Megawatts (MW) o que representa cerca 90% da meta da capacidade de 4 000 MW. Vários documentos de políticas, quadros regulamentares e estratégicos para o Programa Tripartido de Facilitação de Transportes e do Trânsito (TTTFP) foram aprovados pelos Ministros responsáveis por Transportes, em Outubro de 2019.

No sector da água, o Projecto Transfronteiriço de Abastecimento de Água do Cunene foi concluído e mais de 330 agregados familiares foram abastecidos com água potável e segura na aldeia de Calueque. O projecto garantiu ainda uma maior garantia no abastecimento de água potável à comunidade de Santa Clara. O Secretariado, através de SARCS-DR entregou vários equipamentos meteorológicos aos Estados-Membros e continuou a providenciar informação atempada meteorológica e climática a fim de minimizar os efeitos adversos de fenómenos meteorológicos e climáticos severos.

Avanços significativos foram alcançados desde o lançamento da Zona de Comércio Livre Tripartida (ZCLT) em Sharm El Sheikh, Egipto, em 2015, tendo sido finalizado o projecto de Acordo Tripartido sobre o Circulação de Pessoas de Negócios, verificado juridicamente e adoptado. As bases de dados das medidas não tarifárias foram classificadas, validadas e a codificação SH concluída para seis (6) países-piloto tripartidos. Foram ainda elaborados vários instrumentos para facilitar a implementação do Acordo relativo à ZCL Tripartida.

Programas Especiais de Dimensão Regional

No sector agrícola, foram elaborados e aprovados planos, directrizes, estratégias e quadros. Estes incluem: o Plano de Sustentabilidade do Centro para Sementes da SADC e as Directrizes para a Certificação e Garantia de Qualidade de Sementes; a Estratégia Regional para a Conservação e a Utilização de Recursos Genéticos Animais (AnGR); o Quadro do Contenção da Resistência Antimicrobiana (AMR) e a Estratégia para a Eliminação da Raiva Humana Mediada por Cães. A Região também registou um aumento da produção de aquacultura de 92 773 toneladas em 2019, para 100 950 toneladas em 2020, como parte da implementação da Estratégia Regional de Aquacultura da SADC.

Relativamente à componente de Desenvolvimento Humano e Social, os Estados-Membros continuam a alinhar os seus Quadros Nacionais de Habilitações com as Normas Regionais. Até à data, a África do Sul e as Seychelles alinharam os seus quadros de qualificações nacionais enquanto vários outros Estados-Membros alcançaram um estágio avançado no processo de alinhamento, incluindo as Maurícias que submeteram o seu Relatório de Alinhamento para Adjudicação.

O novo Plano de Acção da SADC sobre a Migração da Força de Trabalho (2020-2025) foi adoptado para promover a transferência de competências, bem como de alinhamento da oferta e da demanda de trabalho em prol do desenvolvimento e da integração regional. As Directrizes Regionais da SADC sobre a Portabilidade das Prestações de Segurança Social Acumuladas foram também adoptadas com o objectivo de garantir aos trabalhadores que se deslocam pela Região da SADC a manutenção dos direitos e benefícios de prestações de segurança social e a sua portabilidade acumulada sob a jurisdição de diferentes Estados-Membros. Além disso, foram desenvolvidos vários enquadramentos para orientar e informar sobre o controlo da malária; a qualidade das dietas das crianças de tenra idade; e a inovação, empreendedorismo, liderança e participação dos jovens na Região da SADC.

Concluiu-se uma Avaliação Analítica da Integração da Perspectiva de Género na Agenda de Integração Regional da SADC e o Relatório final foi partilhado com os Estados-Membros. O Programa Regional Multidimensional de Capacitação Económica da Mulher da SADC (RMDWEEP) foi ainda aprovado, procurando promover a implementação dos compromissos da SADC no respeitante ao empoderamento económico da Mulher. O Secretariado continuou ainda a divulgar a Estratégia Regional da SADC e o Plano de Acção de Combate à Violência com base no Género (2018-2030).

Programas Transversais

Na área de Estatística, o Secretariado alcançou um marco significativo no desenvolvimento de um Protocolo de Estatística, que serve as necessidades de dados para os instrumentos de políticas para a integração regional. Além disso, várias publicações regionais de estatística foram produzidas e divulgadas às partes interessadas.

Finalmente, para garantir os mecanismos de financiamento sustentáveis para a implementação dos programas regionais, o Quadro Regional de Mobilização de Recursos da SADC foi finalizado e aprovado pelo Conselho de Ministros em Agosto de 2019. O Secretariado também continuou a reforçar a cooperação com Parceiros de Cooperação Internacionais (PCI) para viabilizar a mobilização de recursos para a implementação de programas e projectos regionais prioritários que estão alinhados com as prioridades da SADC. Tendo em conta o que precede, foram celebrados vários acordos e outros instrumentos jurídicos com vários PCI, que continuaram a estender o seu apoio técnico-financeiro em prol da integração regional.

1. NOTA INTRODUTÓRIA

Sob a Presidência da República Unida da Tanzânia, o foco da Região da SADC durante o Exercício Financeiro de 2019/20 foi impulsionado pelo tema "*Criar um Ambiente Institucional Favorável ao Desenvolvimento Industrial Inclusivo e Sustentável*" sob o qual o organismo Regional deu passos significativos no sentido de aprofundar a integração regional, alcançar e manter a paz e segurança, o crescimento e desenvolvimento, em consonância com os objectivos do Tratado, também definidos no RISDP 2015/2020.

Foram registados progressos significativos durante o ano passado em todas as áreas prioritárias, nomeadamente Desenvolvimento Industrial e Integração dos Mercados, Infra-estruturas em Apoio à Integração Regional, Cooperação para a Paz e Segurança, Programas Especiais de Dimensão Regional, e Questões Transversais. Este Relatório é, portanto, o balanço da execução do Plano Institucional Anual referente ao exercício de 2019/20 do Secretariado da SADC, que visa a operacionalização do último ano do RISDP Revisto e do tema anual. Apresenta as principais realizações durante o ano, desafios e medidas de mitigação, em seis capítulos apresentados conforme se segue:

- Evolução política e económica regional
- Execução de programas de cooperação e integração regionais
- Implementação das Actividades de Apoio Institucional
- Cooperação e integração continental
- Cooperação para o Desenvolvimento e Mobilização de Recursos
- Boa Governação
- Desafios e Lições colhidas
- Medidas de Mitigação

O Relatório termina com um esboço dos principais desafios enfrentados durante a implementação dos compromissos do Exercício de 2019/20, bem como das lições colhidas e das medidas de mitigação para abrir caminho para o Ano Financeiro de 2020/21.

2. DESENVOLVIMENTOS POLÍTICOS E ECONÓMICOS REGIONAIS

2.1 EVOLUÇÃO POLÍTICA

Em geral, a situação política e de segurança na Região permaneceu estável, não obstante focos isolados de instabilidade, principalmente no leste da República Democrática do Congo, com a continuação de ataques terroristas perpetrados pelas

forças negativas e os ataques de insurgentes exacerbados por extremismo e radicalismo religiosos em Cabo Delgado, nas zonas norte de Moçambique.

Os Estados-Membros continuaram a aderir aos valores e práticas democráticas realizando eleições Democráticas ao nível nacional, em conformidade com os Princípios e Directrizes da SADC que regem as Eleições Democráticas. Contudo, a Região tem testemunhado uma tendência crescentes de constatação das eleições nalguns Estados-Membros. O surto da pandemia de COVID-19 obrigou, ainda, os Estados-Membros que realizavam eleições em 2020 (Malawi, República Unida da Tanzânia e Seychelles), a adoptarem medidas que afectam os processos eleitorais normais, tais como a suspensão parcial dos direitos civis e políticos através de restrições nas liberdades de reunião, de circulação e de expressão.

No Reino do Lesotho, as perspectivas de estabilidade política sustentada foram ampliadas pela transição suave e pacífica do poder, com a tomada de posse do Ilustre Dr. Moeketsi Majoro como Primeiro-Ministro a 19 de Maio de 2020, e a formação de uma nova coligação governamental entre a All Basotho Convention e os partidos do Congresso Democrata.

Enquanto o impacto da COVID 19 na governação, na paz e na segurança ainda não tenha sido estudado na sua totalidade, é imperativo que os Estados-Membros se preparem adequadamente para os cenários iminentes da COVID-19 e pós-COVID-19, que podem apresentar sérios desafios à paz e à segurança, tanto a nível nacional como nível regional. Neste contexto, o Secretariado preparou uma avaliação do impacto socioeconómico da COVID-19, que será analisada pelo Conselho e pela Cimeira em 2020.

2.2 EVOLUÇÃO DA ECONOMIA

2.2.1 CONTEXTO ECONÓMICO MUNDIAL

Actividade económica

O relatório do FMI sobre as Perspectivas da Economia Mundial, de Abril de 2019, indica um declínio no crescimento global para 2,9% em 2019, de 3,6 % em 2018. Em consequência da pandemia de COVID-19, prevê-se que a economia mundial registe um forte contracção de -3% em 2020, muito pior do que durante a crise financeira de 2008-09. A revisão em baixa reflecte a incerteza da política comercial, as tensões geopolíticas, e a continuação da tensão idiossincrática nas principais economias de mercado emergentes com peso na actividade económica global, em especial na indústria transformadora e no comércio, na segunda metade de 2019. A instabilidade social continuou a intensificar-se e colocou novos desafios em vários países, tal como aconteceu com as calamidades relacionadas com as condições climáticas, como os

furacões nas Caraíbas, a seca e os incêndios florestais na Austrália, as inundações na África Oriental e a seca na África Austral.

Tabela 1: Principais Indicadores Macroeconómicos de Economias Seleccionadas

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020*
Mundo	-0,1	5,4	4,3	3,5	3,5	3,6	3,4	3,4	3,8	3,6	2,9	3,3
Economias Desenvolvidas	-3,3	3,1	1,7	1,2	1,4	2,1	2,3	1,7	2,4	2,2	1,7	1,6
EUA	-2,5	2,6	1,6	2,2	1,8	2,5	2,9	1,6	2,2	2,9	2,3	2,0
Zona Euro	-4,5	2,1	1,6	-0,9	-0,2	1,4	2,1	2,0	2,4	1,9	1,2	1,3
ME & ED	2,8	7,4	6,4	5,4	5,1	4,7	4,3	4,6	4,8	4,5	3,7	4,4
China	9,2	10,6	9,5	7,9	7,8	7,3	6,9	6,7	6,8	6,6	6,1	6,0
Índia	8,5	10,3	6,6	5,5	6,4	7,4	8,0	8,2	7,2	6,8	4,8	5,8
Brasil	-0,1	7,5	4,0	1,9	3,0	0,5	-3,5	-3,3	1,1	1,3	1,2	2,2
SSA	3,8	7,1	5,3	4,7	5,2	5,1	3,2	1,4	2,9	3,2	3,3	3,5

Fonte: *Previsão Económica Mundial (WEO) do FMI, Abril de 2020*

Nota: EM E DE' significa Mercado Emergente e Economias em Desenvolvimento

SSA é África Subsaariana

* *Previsão Económica Mundial, Abril 2020*

O crescimento nas economias emergentes e em desenvolvimento, que representa mais de metade do crescimento mundial retrocedeu para 3,7 % em 2019 em relação a 4,5 % em 2018. A remarcação para baixo do crescimento reflecte, em larga medida, uma quebra da procura interna, que abrandou mais acentuadamente do que o esperado face à pressão exercida sobre o sector financeiro não-bancário e à quebra verificada no crescimento do crédito. O crescimento da Índia foi em média de 4,8% em 2019, face a 6,8% em 2018. A economia da Índia foi reprimida por fraquezas sectoriais específicas no sector automóvel e imobiliário, bem como pela incerteza persistente sobre a saúde das empresas financeiras não bancárias. No México, o crescimento abrandou grandemente durante a primeira metade de 2019, devido à grande incerteza política, à sub-execução orçamental e a alguns factores transitórios. Na África do Sul, o crescimento manteve-se moderado em 0,4%, apesar de uma ligeira recuperação do fornecimento de electricidade. O crescimento na China abrandou para 6,1 % em 2019 face a 6,6 % em 2018. Isto foi o resultado de disputas não resolvidas sobre relações económicas mais amplas entre os

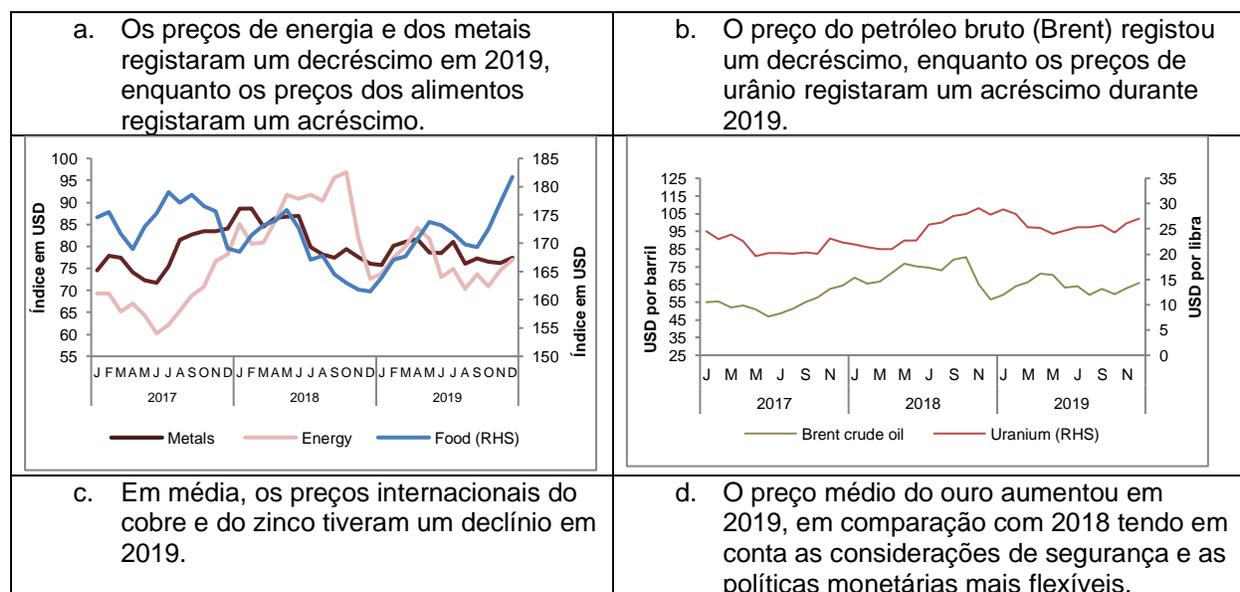
EUA e a China, bem como o reforço da regulamentação financeira interna para controlar o sistema bancário “sombra”.

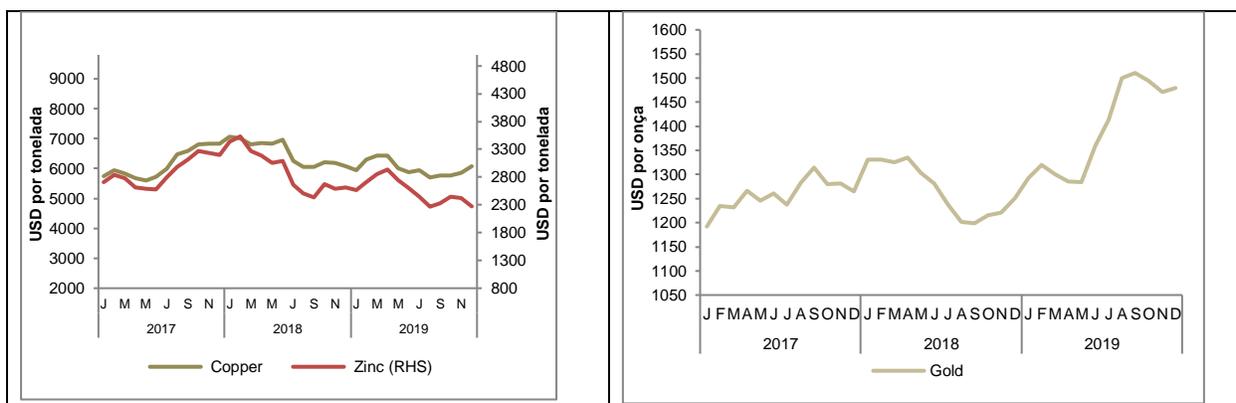
Na África Subsaariana, o crescimento recuperou levemente de 3,2 % em 2018 para 3,3 % em 2019. Isto reflecte em grande parte um ambiente externo mais complexo, interrupções contínuas da produção nos países exportadores de petróleo e um crescimento mais fraco do que o previsto na África do Sul.

Evolução dos Preços de Produtos de Base

Os preços dos produtos de base apresentaram uma evolução moderada em 2019. No terceiro trimestre de 2019, quase todos os principais índices de preços dos produtos de base caíram, liderados pela energia, que caiu mais de 8 por cento. Os preços dos produtos agrícolas e dos metais registaram um decréscimo de 2 por cento, respectivamente. Isto pode ser atribuído a níveis elevados de existências de anos múltiplos para alguns cereais (arroz e trigo), às condições meteorológicas favoráveis nas principais regiões de produção agrícola e ao abrandamento da procura de alguns produtos de base. As tensões comerciais, combinadas com as fragilidades no comércio global de bens, no crescimento da indústria transformadora, e da produção pesaram na procura dos produtos de base. Em contraste, os preços dos metais preciosos subiram quase 12% com o aumento da incerteza.

Figura 1: Índices de Preços de Produtos de Base Seleccionados pelo FMI





Fonte: FMI

Fundo Monetário Internacional

Os Índices de Preços de Produtos de Base do FMI e do Banco Mundial, mostram que os preços dos produtos de base foram, em grande parte, impulsionados por mudanças nas categorias de energia e metal. Os preços da energia caíram abruptamente, atingindo o seu nível mais baixo em dois anos. Os preços do petróleo caíram 8% à medida que as preocupações com o abrandamento da procura global superaram as interrupções temporárias da produção na Arábia Saudita. O Índice de Preços de Metais do Banco Mundial diminuiu 2 % em 2019, o que reflecte um abrandamento da actividade industrial global, uma paragem prolongada nas negociações comerciais entre a China e os Estados Unidos, e o recuo nas preocupações com a oferta de alguns metais.

Em contraste com outros produtos de base, os preços dos metais preciosos registaram uma subida de 13% no terceiro trimestre de 2019 (numa base trimestral). Os preços dos metais preciosos beneficiaram da flexibilização da política monetária dos Estados Unidos, do aumento da incerteza global e de uma procura robusta.

A ligação económica da região da SADC com o mundo, incluindo a China, é feita principalmente através do comércio, fluxos de investimento e ligações ao mercado financeiro. O comércio entre a China e a região da SADC durante a última década foi caracterizado por um crescimento significativo das exportações e importações. As exportações da SADC para a China aumentaram de cerca de 5% em 2000 para cerca de 17% em 2018, antes de atingirem o pico, em grande medida como resultado da procura de produtos de base para sustentar o crescimento económico da China ancorado na industrialização. Aproximadamente 70% das exportações da Região para a China estão relacionadas com produtos de base, particularmente petróleo, minerais e metais. Como tal, a descida dos preços dos produtos de base tem potencial para agravar as vulnerabilidades existentes dos Estados-Membros que são altamente dependentes das exportações de produtos de base e ainda trazer a diversificação para a agenda como a única opção para reduzir os choques externos que emana de uma forte dependência das exportações tradicionais de matérias-primas. Em caso de desanuviamento dos termos de troca, os formuladores de políticas devem estar atentos para não sobrestimar o défice do Produto Interno Bruto(PIB) em relação ao crescimento potencial, a menos que haja

sinais de que a actividade económica está a evoluir abaixo do potencial. O persistente crescimento lento na Região da SADC afecta as receitas fiscais dos países. Portanto, há necessidade de encontrar fontes alternativas de receita para reduzir sua exposição, fortalecendo a administração tributária, minimizando a evasão fiscal, ampliando as taxas de impostos sobre os recursos naturais e reduzindo a corrupção.

Evolução no Investimento Directo Estrangeiro e na Dívida ao nível mundial

O investimento directo estrangeiro (IDE) ao nível mundial retrocedeu para USD 1,39 trilhões de dólares americanos em 2019, um declínio de 1 % em comparação com USD 1,41 trilhões registados em 2018. Isto acontece tendo em conta um cenário do desempenho macroeconómico mais baixo e uma incerteza política para os investidores, incluindo pressões comerciais. Os fluxos de IDE para os países desenvolvidos registaram um decréscimo de 6 % para USD 643 mil milhões. Os fluxos de IDE para a União Europeia (UE) revelam uma queda em 15 % para 305 mil milhões de dólares, enquanto os fluxos para os Estados Unidos permaneceu estável em 251 mil milhões de dólares. Os fluxos para as economias em desenvolvimento permaneceram sem alterações em USD 695 mil milhões. O IDE registou um acréscimo em 16 % na América Latina e nas Caraíbas e 3 por cento em África. Apesar de um declínio de 6 por cento, os fluxos para os países Asiáticos em desenvolvimento reflectem um terço dos IDE globais em 2019. Os fluxos para as economias em transição aumentaram em dois terços para USD 57 mil milhões.

Os fluxos de IDE para África alcançaram um montante aproximado de 49 mil milhões de dólares em 2019, um aumento de 3 % em comparação com 2018. A situação de incerteza económica global e o passo lento das reformas que procuram superar os constrangimentos estruturais da produtividade em muitas economias continuam a deprimir o investimento no continente. O Egipto permaneceu o maior beneficiário de IDE em África com um acréscimo de 5 % de fluxos de IDE para o país a situar-se em 8,5 mil milhões de dólares. Isto é atribuído às reformas económicas que impulsionaram a confiança dos investidores para o país. Os sectores que beneficiaram de IDE incluem o petróleo e gás, telecomunicações, imobiliário e turismo.

Em termos da dívida mundial, o impacto negativo da COVID-19 deve fazer desencadear uma onda de incumprimentos em todo o mundo. Em Dezembro de 2019, os níveis da dívida mundial tinha atingido valores nunca vistos anteriormente de 253 trilhões de dólares americanos. Cerca de 70% da dívida mundial é detida pelas economias desenvolvidas e cerca de 30% é detida pelos mercados emergentes e países em desenvolvimento. A nível mundial, uma parte significativa da dívida é detida por empresas não-financeiras e por governos.

O relatório sobre matéria fiscal do FMI de Abril de 2020 indica que as despesas e receitas públicas globais para sustentar a actividade económica desde o início de 2020 até Abril de 2020 ascenderam a USD 3,3 trilhões e que os empréstimos, injeções de capital e

garantias totalizaram USD 4,5 trilhões adicionais. Devido à necessidade crescente de recursos para enfrentar a COVID-19, o déficit fiscal global de apresentar um decréscimo de 3,7 % do PIB em 2019 para 9,9 % do PIB em 2020, enquanto os empréstimos pelos governos ao nível nacional deve aumentar para 96,4 % do PIB em 2019 contra 83,3% do PIB em 2019.

2.2.2 DESEMPENHO ECONÓMICO REGIONAL

Generalidades

Os dados preliminares providenciados pelos Estados-Membros em Abril de 2020 e pela Previsão Económica Mundial indicam que a média de crescimento do PIB real da SADC abrandou e as perspectivas a curto e médio prazo permanecem sombrias. Em geral, a taxa de inflação anual, com apenas três Estados-Membros a registaram níveis de dígitos duplos. Isto reflectiu grandemente as condições climáticas favoráveis e o declínio significativo nos preços mundiais da energia. A repercussão dos preços de energia mais baixos deve compensar com vantagem os efeitos duradouros da depreciação cambial do passado.

A média regional do déficit fiscal continuou a melhorar em 2019, em grande medida devido às reformas fiscais e à melhoria da gestão financeira nos Estados-Membros. A dívida pública continuou com uma tendência ascendente chegando quase a ultrapassar o limite máximo regional de 60 por cento do PIB apesar da melhoria registada no respeitante às posições fiscais em 2019.

Em 2019, a posição externa da Região deteriorou-se em linha com os baixos preços dos produtos de base, com o abrandamento da actividade económica global e com a intensificação das tensões comerciais globais. Todavia, a severidade variou entre os Estados-Membros da SADC.

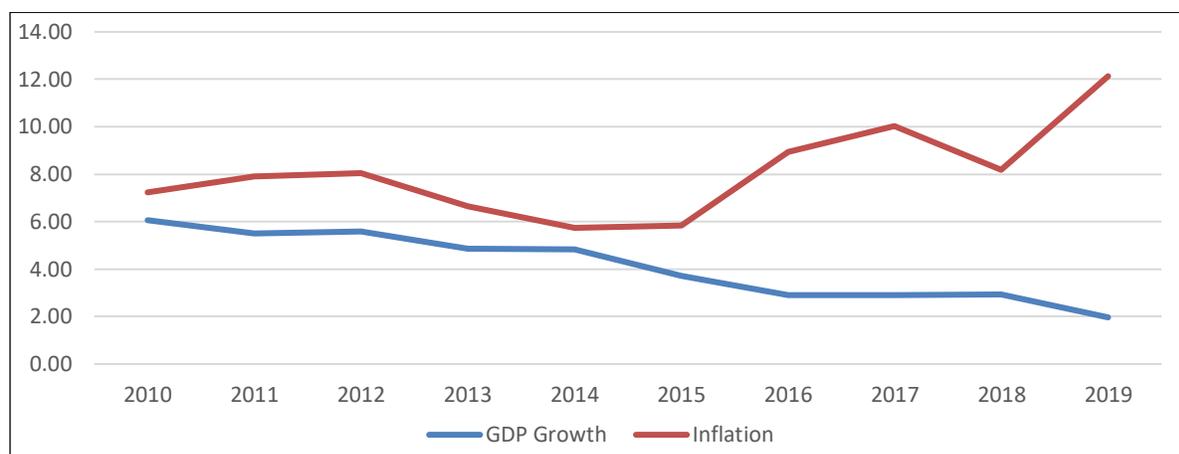
PIB Real

Desde a crise financeira global de 2008 que a economia regional vem registando um desempenho abaixo do nível em que se encontrava no período pré-crise em grande parte devido aos baixos preços dos produtos de base e à frequente ocorrência de eventos climáticos extremos na Região. O crescimento do PIB real da SADC em 2019 foi 2,0% % inferior à média de 2,9% registada nos três anos anteriores de 2016 a 2018. Alguns países como a República Democrática do Congo, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Seychelles e Tanzânia registaram níveis reforçados de crescimento. Apenas a Tanzânia alcançou a meta de crescimento do PIB de 7%.

Reflectindo a evolução do PIB, as condições de vida, em geral, estão a deteriorar-se na Região da SADC, como revela o declínio da média regional do PIB per capita que passou de USD 4 031,97 em 2018 para o valor estimado de USD 3 951 em 2019. Os padrões de vida na região, medidos pelo PIB per capita variam entre os Estados-Membros (ver

Fig. 4). Cinco Estados-Membros (Reino de Eswatini, Lesoto, Maurícias, Seychelles e Tanzânia) registaram melhorias do PIB per capita. As Seychelles, com o mais alto índice do PIB na região da SADC de 17 052 dólares americanos, Botswana, Ilhas Maurícias, Namíbia, Seychelles e África do Sul mantiveram o PIB per capita superior à média regional. A Figura 2 reflecte também nove Estados-Membros (Comores, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe) devem registar, em 2019, um PIB per capita abaixo de 2000 USD.

Figura 2: SADC - PIB real e inflação (2010-2021)



Fonte: Estados Membros e WEO do FMI, Abril de 2020

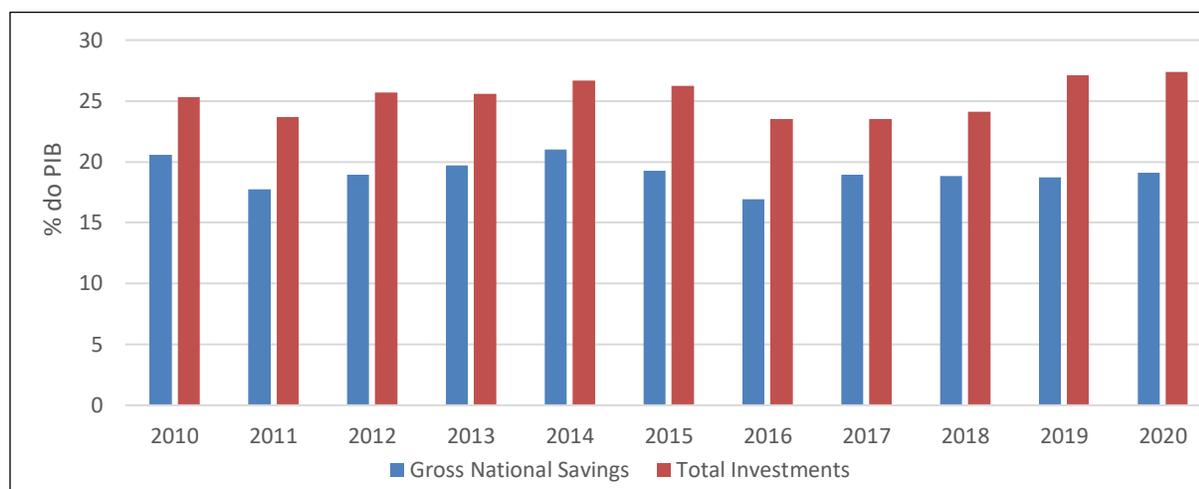
Inflação

Aos valores provisórios revelam que a inflação regional aumentou para uma média de 12,1 % em 2019 em comparação com uma média de 8,2 % em 2018, em grande parte devido ao aumento das pressões inflacionárias em Angola e no Zimbabwe que registaram taxas de inflação de 17,1 % e 109 por cento em 2019, respectivamente. A inflação média para a região da SADC excluindo Angola e Zimbabwe abrandou para 4,3 % em 2019 de 7,1 % em 2018, reflectindo até que ponto a inflação dos dois Estados-Membros está a agravar a inflação média regional em 2019. Os Estados-Membros que alcançaram uma inflação média de um único dígito estão a beneficiar da queda dos preços dos produtos de base, especialmente do preço do petróleo, principal factor determinante dos preços na Região. Só quatro Estados-Membros (Angola, Malawi, Zâmbia e Zimbabwe) não cumpriram a meta de inflação dentro do intervalo de 3 a 7 por % 2019, em comparação com 2018, quando cinco Estados-Membros (Angola, República Democrática do Congo, Maurícias, Zâmbia e Zimbabwe) que não cumpriram a meta de inflação regional. Prevêem-se alterações notáveis nos preços concretizados pela República Democrática Congo e pelo Zimbabwe. Estima-se que a média da inflação na República Democrática do Congo registe um decréscimo de 30,8% em 2018 para 5,5% em 2019. Por outro lado, a forte acumulação de pressões inflacionárias no Zimbabwe causou uma inflação média estimada em 109% em 2019 em comparação com 10,6% em 2018.

Poupança e Investimentos Nacionais

Em 2019, os investimentos totais e as poupanças nacionais brutas têm permanecido abaixo da meta regional de 30% do PIB. Depois do declínio de 26,2% do PIB em 2015 para 23,5% do PIB em 2016, até 2019 os investimentos totais registaram um crescimento contínuo. A região registou um aumento dos investimentos totais para 27,1% do PIB em 2019, comparativamente a 23,5% do PIB em 2018. Apenas cinco Estados-Membros (Botswana, Lesoto, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia) registaram níveis de investimento acima da meta regional (ver Figura 3).

Figura 3: Poupanças Nacionais e Investimento Total (% do PIB)



Fonte: Estados Membros, Abril de 2020, e WEO do FMI, Abril de 2020.

Estima-se que a poupança nacional bruta permaneça abaixo dos 20% do PIB a 18,7% do PIB em 2019, em comparação com 18,8% do PIB em 2018. Botswana, Tanzânia e Zâmbia registaram poupanças nacionais brutas totais acima da meta regional de 30% do PIB.

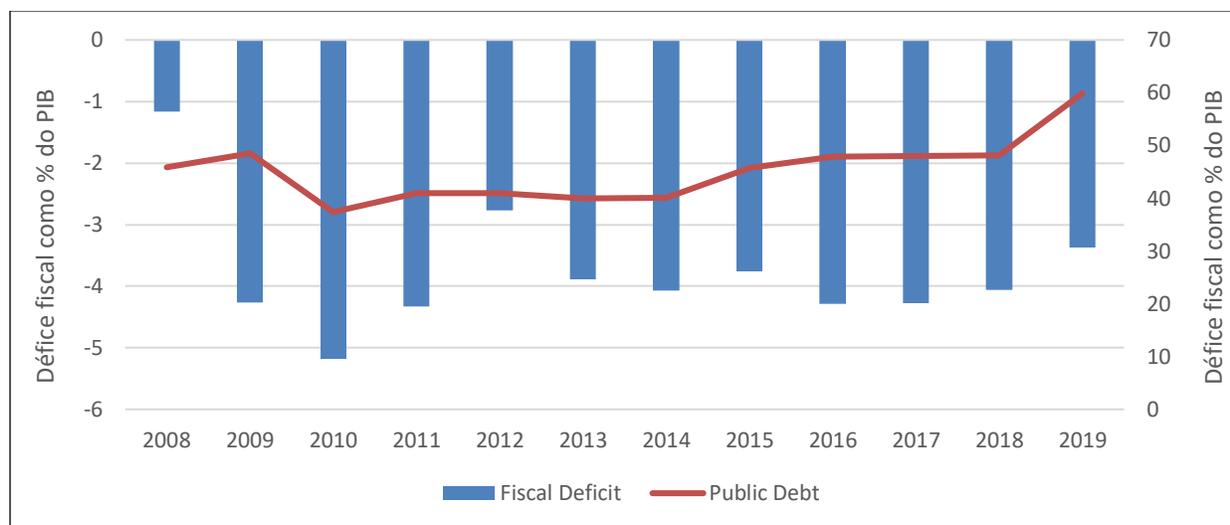
O Relatório de Monitorização das Tendências da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) (Janeiro de 2020) indica que o IDE para a região da SADC aumentou em 37 % para 5,5 mil milhões de dólares em 2019, devido principalmente ao abrandamento do desinvestimento líquido de Angola. A África do Sul consolidou a recuperação do ano findo com fluxos a permanecerem quase constantes a pouco mais de 5 mil milhões de dólares. Para além das transferências no seio das empresas por parte dos investidores existentes, o investimento para o país foi liderado por fusões e aquisições em serviços empresariais e de refinação do petróleo. Em 2018, os fluxos de IDE para a Região recuperaram para quase 4,2 mil milhões de dólares, de uma saída líquida de 925 milhões de dólares em 2017. Os fluxos de IDE para a África do Sul mais que duplicaram para 5,3 mil milhões de dólares em 2018, contribuindo para os avanços na campanha do Governo para atrair os IDE no montante de 100 mil milhões de dólares até 2023. O aumento nos fluxos de entrada de capital deveu-se em grande

medida aos empréstimos ao nível das empresas, bem como aos significativos investimentos em carteira.

Sector Fiscal

A evolução económica global, os baixos preços dos produtos de base continuaram a sobrecarregar a economia regional em 2019, e estes provocaram um impacto negativo variável nas posições orçamentais dos Estados-Membros. A média regional do défice orçamental continuou a melhorar desde 2017. O défice orçamental como percentagem do PIB melhorou de 4,1 % do PIB em 2018 para 3,4 % do PIB em 2019, em grande parte devido a reformas fiscais e a melhorias na gestão financeira nos Estados-Membros (ver Figura 4). Em 2019, o Lesoto e Moçambique juntaram-se a Angola, República Democrática do Congo, Madagáscar, Seychelles e Tanzânia que atingiram a meta de défice fiscal de 3 % do PIB em 2018. As Maurícias, que cumpriram a meta em 2018, falharam por um triz no seu cumprimento em 2019, registando um défice de 3,2 % do PIB. Cinco Estados-Membros, Angola, Lesoto, Madagáscar, Moçambique e Zimbabwe fizeram melhorias louváveis no respeitante às respectivas posições fiscais em 2019.

Figura 4: SADC - Déficit Orçamental e Dívida Pública como percentagem do PIB



Fonte: Estados-Membros e Perspectiva da Economia Mundial do FMI Abril de 2020

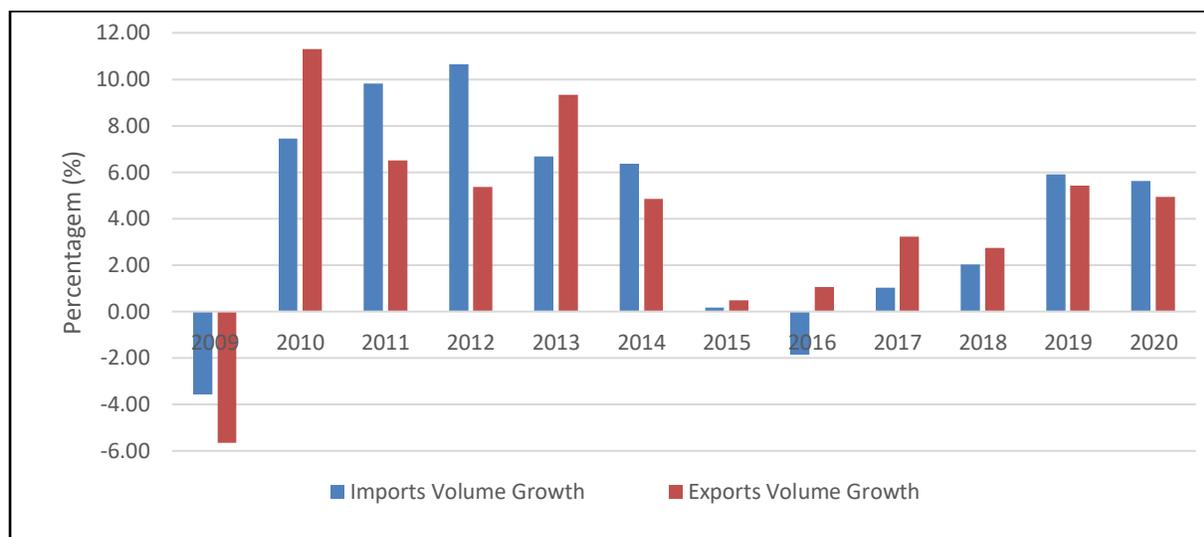
A dívida pública continuou com uma tendência ascendente chegando quase a ultrapassar o limite máximo regional de 60 por cento do PIB apesar da melhoria registada no respeitante às posições fiscais em 2019. O mesmo deve-se sobretudo a dívida não directamente relacionada com financiamento orçamental. A dívida pública da Região situou-se em média em 59,9 % do PIB em 2019, um aumento dos 48,8 % registado em 2018. Registaram-se aumentos significativos nos níveis de endividamento no Zimbabwe, Moçambique, Angola e Reino de Eswatini que adicionaram 89,3 %, 22,9 % e 16,9 %, respectivamente. Aumentou o número de Estados-Membros que não atingiram a meta regional de 60% do PIB de dívida pública em 2019, tendo a África do Sul e o Zimbabwe

se juntado em 2018 ao grupo formado por Angola, Malawi, Moçambique e Zâmbia. O aumento dos níveis da dívida pública sobrecarregará ainda mais os recursos dos Estados-Membros, à medida que aumentarem os custos do serviço da dívida.

Sector Externo

Em 2019, a posição externa da Região deteriorou-se em linha com os baixos preços dos produtos de base, com o abrandamento da actividade económica global e com a intensificação das tensões comerciais globais. Todavia, a severidade variou entre os Estados-Membros da SADC. O saldo da balança corrente regional aumentou ligeiramente de um défice médio de 5,6% do PIB em 2018 para 5,8% do PIB em 2019. Ocorreram mudanças consideráveis na posição da balança corrente em 2019, em Moçambique, onde o défice da balança corrente registou um acréscimo de cerca de 11,3% do PIB, enquanto no Zimbabwe registou uma quebra de cerca de 9,2% do PIB, atingindo um excedente. A conta corrente de Moçambique reflectiu um aumento das importações de bens de capital, enquanto a diminuição do défice da conta corrente no Zimbabwe foi originada por uma contracção de 32% nas importações, na sequência das medidas de contenção das importações instituídas pelo governo.

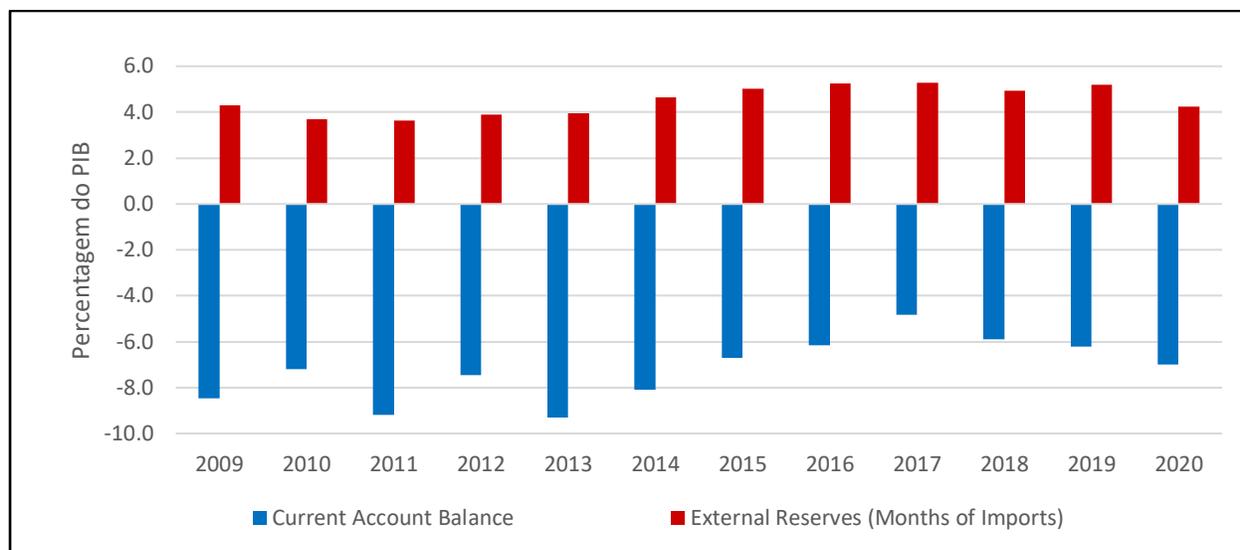
Figura 5: SADC - Crescimento nos Volumes de Importações e Exportações



Fonte: Estados-Membros e Previsão Económica Mundial (WEO) do FMI, Abril de 2019

Sete Estados-Membros (Angola, Reino de Eswatini, Madagáscar, Namíbia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe) cumpriram a meta regional de 3% do PIB. Significativamente, Malawi, Moçambique e Seychelles registaram os défices mais elevados da conta corrente, 15,1 %, 67 % e 16,5 %, respectivamente, em 2019. Contudo, para Malawi e Seychelles, isto representa um melhoramento de défice de 19,7 % e 17,8 % em 2018, respectivamente.

Figura 6: SADC - Saldo da Conta Corrente e Reservas Externas

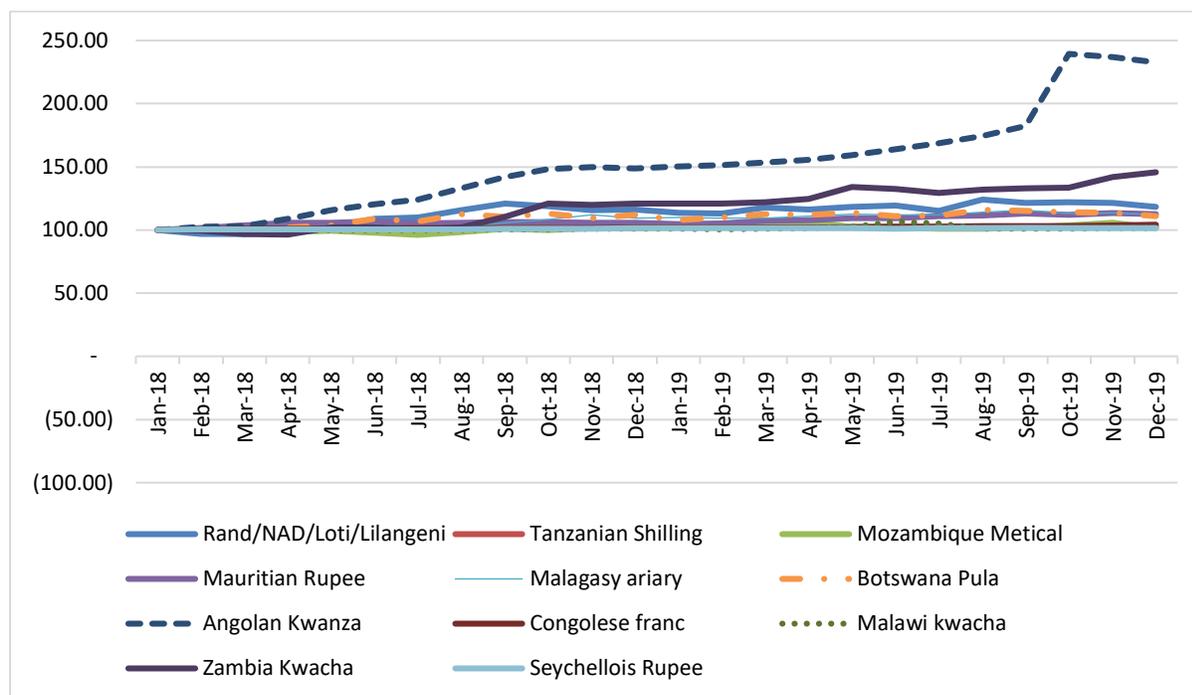


Fonte: Estados-Membros e Previsão Económica Mundial (WEO) do FMI, Abril de 2020

Em termos de reservas externas, a cobertura média das importações da SADC aumentou ligeiramente de 4,4 meses de importações em 2018, para 5,2 meses de importações em 2019, mas permaneceu abaixo da meta regional de cobertura de importações de 6 meses. Apenas três Estados-Membros (Angola, Botswana e Maurícias) registaram reservas externas acima da meta regional de 6 meses de cobertura de importações. Os restantes Estados-Membros não reuniram o critério de 6 meses de cobertura de importações, estando alguns deles aquém do marco de referência de 3 meses de cobertura de importações fixado pelo FMI.

A evolução do Sector Externo resultou na desvalorização das taxas de câmbio dos países da SADC em diferentes magnitudes em 2019. O Kwanza Angolano e o Kwacha Zambiano registaram a maior depreciação da região. O Kwanza depreciou, em média, 4% durante 2019, com a depreciação mais elevada de cerca de 30% registada em Outubro de 2019. Dados recentes indicam que, até ao fim de Março de 2020, o Kwanza Angolano, tinha perdido mais de 10 % do seu valor face ao dólar em relação ao início do ano, e mais de 40 % nos últimos meses. Face ao dólar Norte-americano, o Kwacha Zambiano depreciou em 23,4 % para uma média anual de K12,92. A desvalorização do Kwacha deveu-se principalmente à oferta moderada de divisas no meio de uma procura crescente da importação de produtos petrolíferos, electricidade e factores de produção agrícolas. Além disso, os sentimentos adversos do mercado associados à deterioração da notação de crédito da Zâmbia pesaram sobre o Kwacha. Em Março de 2020, a taxa cambial situou-se em K16,53 para o dólar.

Figura 7: Evolução da Taxa Cambial para os países da SADC face ao Dólar (base 100= Janeiro de 2018)

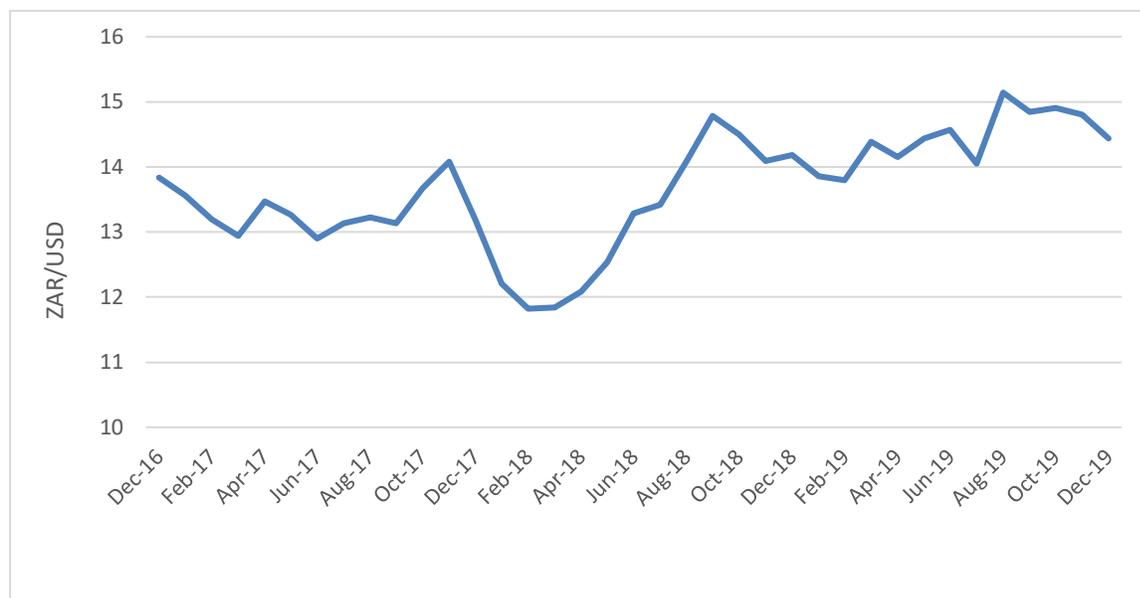


Fonte: Bancos Centrais da SADC

A volatilidade das taxas cambiais variou durante o período em análise. O Kwanza Angolano, o Kwacha do Malawi e o Rand da África do Sul foram as moedas mais voláteis durante o período em análise com desvios padrão de 38,8, 15,0 e 8,2 por cento, respectivamente. As moedas menos voláteis foram a rupia das Seychelles, o xelim tanzaniano e o franco congolês com desvios padrão de 0,5, 0,7 e 1,0, respectivamente.

A evolução da taxa de câmbio do Rand sul-africano, como indicador da região da SADC, permaneceu relativamente estável oscilando entre ZAR 14 e ZAR 16 por dólar americano. Como reflectido na Figura 8 a taxa de câmbio para o dólar americano desvalorizou de ZAR 13,17 no final de 2017 para ZAR14,18 em 2018, antes de registar variações mínimas para fechar em 2019 a ZAR14,44.

Figura 8: Evolução da taxa cambial do Rand sul-africano/Dólar Americano

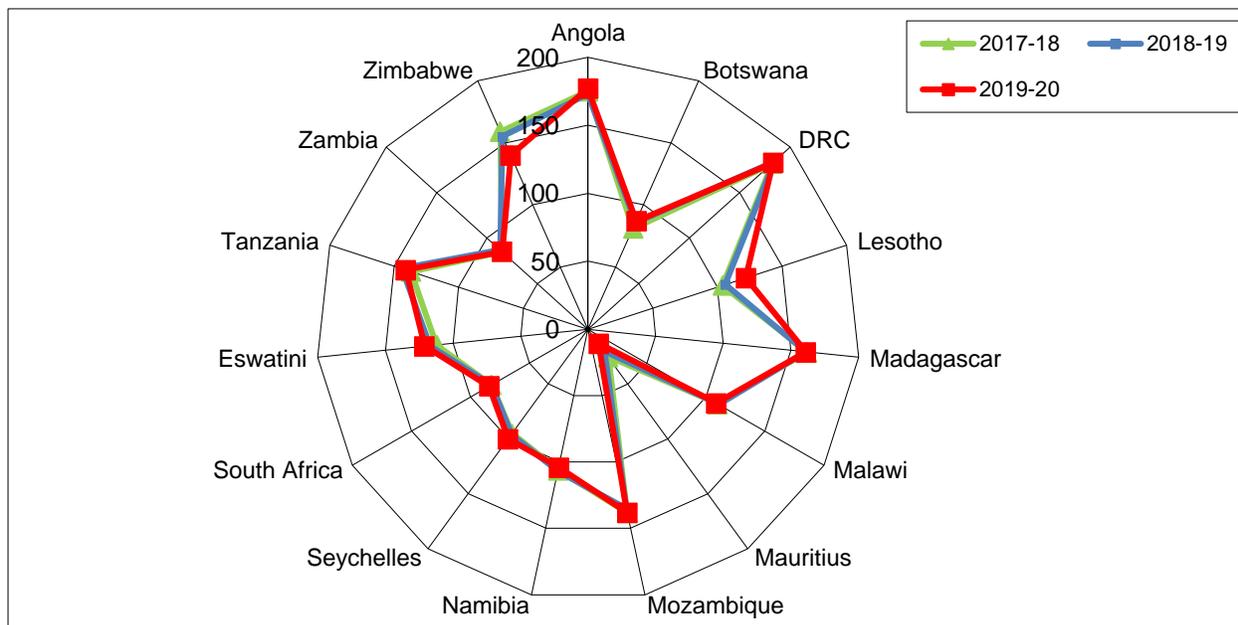


Fonte: Reserve Bank da África do Sul, Taxa Média, 2020.

Ambiente de Negócios

Os dados relativos a Facilidade para Fazer Negócios do Banco Mundial indicam que a região da SADC melhorou levemente em termos de estabelecimento de um ambiente de negócios favorável e da sua competitividade em geral. Sete (7) Estados-Membros registaram melhorias na classificação de fazer negócios, nomeadamente: A República Democrática do Congo, o Malawi, Maurícias, Namíbia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe, em comparação com os seis Estados-Membros em 2018. Dois Estados-Membros (Maurícias e Zimbabwe) registaram melhorias excepcionais subindo mais de 3 posições de 20 em 2018, para 13 em 2019, e 155 em 2018 para 140 em 2019, respectivamente. Por outro lado, Angola, Botswana, do Reino de Eswatini, Lesoto, Moçambique, Seychelles e África do Sul desceram ligeiramente nas respectivas das posições em 2019 em comparação com o desempenho de 2018. Em 2019, quatro Estados-Membros da SADC (Botswana, Maurícias, África do Sul e Zâmbia) ocuparam posições nos primeiros 100 e isto representa uma deterioração dos cinco Estados-Membros em 2017 e 2018 (ver Figura 9).

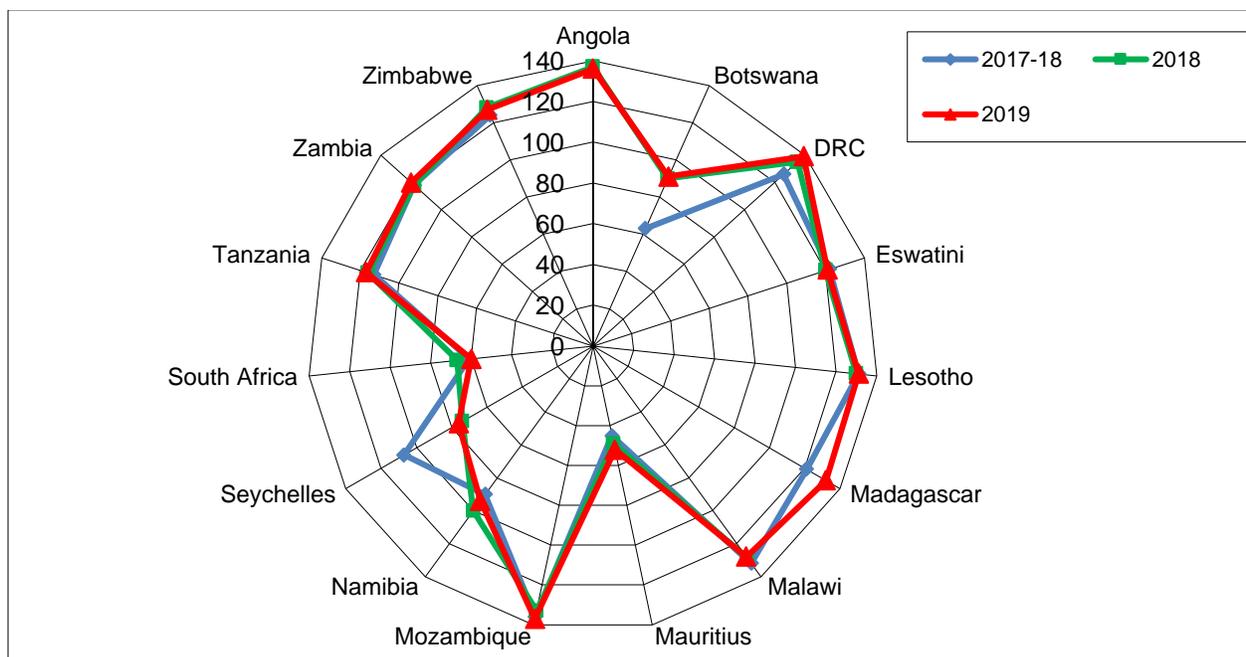
Figura 9: SADC - Classificação na Facilidade para Fazer Negócios



Fonte: *Facilidade para Fazer Negócios do Banco Mundial, 2019-20.*

A evolução relativa à melhoria no ambiente de negócios revela uma tendência semelhante ao Índice de Competitividade Global (ICG) no Fórum Económico Mundial. O ICG mede a competitividade de uma economia tendo em conta todos os factores desde os factores básicos que permitem que seja competitiva para os factores que a tornam eficiente e inovadora (ver Figura 10).

Figura 10: Classificação - Índice de Competitividade Mundial



Fonte: *Índice de Competitividade Global do Fórum Económico Mundial, 2018-19.*

Cinco Estados-Membros melhoraram a sua classificação no ICG: Angola, Malawi, Namíbia, África do Sul, e Zimbabwe. Dois Estados-Membros (Namíbia e África do Sul) registaram melhorias excepcionais subindo seis e sete posições de 100 para 94 e 67 para 60 em 2019, respectivamente. Os outros dez Estados-Membros (Botswana, República Democrática do Congo, Reino de Eswatini, Lesoto, Madagáscar, Maurícias, Moçambique, Seychelles, Tanzânia e Zâmbia) deterioraram a classificação registada em 2019.

Em 2019, Maurícias, África do Sul, Botswana e Seychelles são os Estados-Membros na Região mais competitivos e com as melhores classificações na Região, semelhante a 2018. Contudo, Seychelles e Maurícias, decaíram 2 e 3 posições, respectivamente.

2.3 PREVISÕES REGIONAIS PARA 2020 -21

Em conformidade com a previsão económica global, a economia regional da SADC que se previa que recuperasse em 2020, de acordo com a Previsão Económica Global (WEF) de Outubro de 2019, registou uma revisão em baixa significativa devido ao impacto adverso da COVID-19. Como resultado, o crescimento económico regional da SADC para 2020, previsto inicialmente a 3,3 % em Outubro de 2019 foi revisto em baixa para uma contracção de cerca de 3 por cento. Prevê-se que interrupções na actividade económica e as elevadas despesas efectuadas pelos governos, aliadas a pacotes económicos criados em resposta à pandemia, afectem as posições fiscais dos Estados-Membros da SADC. Consequentemente, prevê-se que o défice orçamental aumente para 5,7% do PIB em 2020, em comparação com a estimativa anterior de 3,0% do PIB. Além disso, prevê-se que os níveis da dívida aumentem para além do limiar regional de 60% do PIB, para 69,8% do PIB em 2020.

A contracção económica regional e global estimada e a conseqüente fraca procura de matérias-primas deverão resultar numa deterioração da posição externa da SADC, prevendo-se que o défice da balança corrente aumente para cerca de 9% do PIB em 2020, em comparação com uma estimativa inicial de 4,2% do PIB. A deterioração da posição externa juntamente com o aumento da importação de medicamentos e equipamento médico pressionará as reservas externas e as taxas de câmbio dos Estados Membros da SADC, o que pode resultar numa depreciação significativa das taxas de câmbio em toda a região em 2020. A persistência da pandemia determinará a gravidade do impacto económico.

3. IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO REGIONAIS

3.1 DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E INTEGRAÇÃO DOS MERCADOS

3.1.1 DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

O RISDP Revisto (2015-2020) e a Estratégia e Roteiro para a Industrialização prevêem o acréscimo da taxa de crescimento regional do PIB Real de 4 por cento anual (desde 2000) para um mínimo de 7 por cento anual. Além disso, a duplicação da participação do valor acrescentado do sector transformador (MVA) no PIB para 30 % até 2030, e para 40 % até 2050, incluindo a participação dos serviços associados à indústria; e o aumento da participação da produção da média e alta tecnologia do MVA total de menos de 15 % actualmente, para 30 % até 2030 e 50 % até 2050.

O Protocolo da SADC sobre Indústria foi aprovado pela 39.^a Cimeira da SADC realizada em Dar es Salaam, Tanzânia, em Agosto de 2019. O Protocolo visa melhorar o ambiente político para o desenvolvimento industrial e apoiar a implementação da estratégia de industrialização regional e do roteiro. O Protocolo entrará em vigor após a ratificação por dois terços dos Estados Membros da SADC, e no final de Março de 2020, apenas as Seychelles tinham ratificado o Protocolo.

Neste contexto, a fim de assegurar uma estratégia integrada para o desenvolvimento das Pequenas e Médias Empresas (PME) na Região, o Secretariado elaborou um Plano Regional para o Desenvolvimento de Fornecedores com foco especial no reforço de capacidades e competências das PME para participarem na implementação da Estratégia de Industrialização e das cadeias de valor regionais.

3.1.2 CADEIAS DE VALOR REGIONAIS

O Secretariado caracterizou uma cadeia de valor de agroprocessamento e uma cadeia de valor de serviços, o que eleva para quatro (4) as cadeias de valor caracterizadas nos seis clusters prioritários, enquanto os outros dois estão nos sectores de exploração mineral e de fármacos. A Visão Regional para o Sector Mineiro da SADC (RMV) e o Plano de Acção foram elaborados e aprovados pelo Conselho em Agosto de 2019 de forma a garantir que se regista um aumento na produção e a utilização de matérias-primas da SADC para o processamento a jusante.

Outras iniciativas implementadas durante o período em análise têm como objectivo garantir a melhoria de infra-estruturas de qualidade e normas necessárias para promover a competitividade dos bens produzidos na Região incluem o seguinte:

- (i) A Estrutura da SADC de Cooperação em Padronização (SADCSTAN) harmonizou cento e onze normas para adopção e utilização pelos Estados-Membros da SADC. Estes textos harmonizados ao nível da região constam nos sectores de alimentação e agricultura; transporte; medicamentos; segurança, avaliação de conformidade, construção e gestão ambiental. O número 4 do artigo 7.º do Anexo sobre TBT vincula todos os Estados-Membros da SADC a eliminarem qualquer norma nacional em conflito, uma vez que o texto harmonizado ao nível regional tenha sido adoptado.
- (ii) A Estrutura de Cooperação da SADC em Metrologia Legal estabeleceu o esquema de e-Mark regional da SADC para assegurar a conformidade dos produtos pré-embalados vendidos no mercado da SADC. Isto garante que os consumidores paguem por quantidades garantidas.
- (iii) A cooperação da SADC em matéria de rastreabilidade das medições implementou dois regimes regionais de testes de proficiência da SADC nas áreas da análise química e dos testes microbiológicos das águas. Isto tem como objectivo garantir um elevado nível de capacidade de controlo de água dos cem laboratórios participantes da região da SADC e garantir que os cidadãos da SADC consomem água potável. A SADCMET também desenvolveu e distribuiu aos Estados-Membros da SADC, um Aplicativo de Calibração em Realidade Virtual para formação de metrologistas nas áreas de metrologia de Massa, Volume, Dimensional, Temperatura e Pressão. Na sequência da revisão da popularmente utilizada norma mundial ISO/IEC 17025:2017 em Novembro de 2019, a SADCMET deu aos profissionais de laboratório dos Estados-Membros da SADC um curso de preparação para as duas versões da norma. Isto teve como objectivo garantir que os laboratórios implementem sólidos sistemas de qualidade e demonstrem que são tecnicamente competentes e capazes de produzir resultados válidos e fiáveis.
- (iv) O Serviço de Acreditação da SADC (SADCAS) desenvolveu até à data 8 sistemas de acreditação reconhecidos internacionalmente; formou e registou 113 avaliadores de acreditação nas várias normas de avaliação da conformidade, que abrangem as normas ISO/IEC 17020; 17025; 17021 e 15189.
- (v) O Grupo de Peritos em Barreiras Técnicas ao Comércio da SADC (TBTEG) convoca anualmente o Concurso de Prémios de Qualidade da SADC, aberto a todas as entidades dos sectores público e privado que tenham aplicado com sucesso normas e princípios de qualidade, de modo a melhorar as suas operações. Em 2019 / 2019, o concurso estava no seu 12.º ciclo e foi lançado por vinte e duas entidades de cinco Estados-Membros da SADC. O número mais elevado de Estados-Membros que entraram no concurso desde o seu início situa-se em oito, o que faz com que haja muito espaço para melhoramento.

- (vi) Em termos da Infra-estrutura de SPS, foram harmonizados os regulamentos fitossanitários relativos a 21 frutos hortícolas frescos e 19 plantas hortícolas para plantação, que circulam na cadeia comercial intra-regional. A finalidade da harmonização é incrementar a circulação segura e mais acelerada de frutas hortícolas através do estabelecimento de medidas fitossanitárias baseadas em ciência. Peritos fitossanitários de onze Estados-Membros da SADC que participavam no projecto regional de mosca da fruta patrocinado pela FAO, receberam formação sobre o desenvolvimento de uma base de dados de pragas utilizando *Access Microsoft*.
- (vii) Quatro dos dezasseis Estados-Membros da SADC criaram comités nacionais para as questões de SPS e o Secretariado da SADC deu prioridade ao relançamento dos comités nacionais de SPS, dado que estes são cruciais para o avanço da agenda SPS regional.

3.1.3 INTEGRAÇÃO DO MERCADO

A Estratégia de Industrialização e o Roteiro da SADC prevê o aumento de exportações de produtos manufacturados para, pelo menos, 50% do total das exportações, até 2030, em relação à cifra de menos de 20%, registada actualmente, e a participação aumentada no mercado mundial para a exportação de produtos intermediários para o Leste Asiático de cerca de 60 por cento das exportações do total dos produtos manufacturados. Presentemente, treze Estados-Membros da SADC participam na ZCL enquanto três ainda não participam, nomeadamente, Angola, República Democrática do Congo e Comores. Estão a ser envidados esforços para consolidar a ZCL com a participação dos 3 Estados-Membros restantes na ZCL.

Foram alcançados progressos significativos relativamente ao Mecanismo Tripartido em Linha de Notificação, Monitorização e Eliminação de BNT ao Comércio no COMESA, EAC e SADC. O mecanismo encontra-se totalmente operacional e é gerido pela EAC para os Estados-Membros Tripartidos. Até ao final do Exercício de 2019/20, sete (7) Estados-Membros (Botswana, Reino de Eswatini, Lesoto, Maurícias, Moçambique, Seychelles e África do Sul) ratificaram o Protocolo sobre o Comércio de Serviços. A primeira fase de negociações foi concluída em 6 sectores prioritários identificados no Protocolo, nomeado, serviços de comunicação, serviços financeiros, serviços de turismo e serviços de transporte, serviços de construção e ligados a energia. O Projecto de Quadro do Regime Comercial Simplificado (STR) e o Sistema de Certificado de Origem electrónico foram examinados pelo TNF Bens em Maio de 2019.

3.1.4 INTEGRAÇÃO DO MERCADO FINANCEIRO

Sistemas de Pagamento

Foi alcançado um progresso notável na área de sistemas de pagamentos. Ao nível nacional todos os Estados-Membros estão a implementar o Sistema de Liquidação por Bruto em Tempo Real (RTGS). O RTGS viabiliza transacções mais rápidas e tem como resultado a eficiência de pagamentos.

Ao nível regional, está em curso a harmonização dos sistemas de pagamentos e de compensação através do Sistema de Liquidações Brutas em Tempo Real (RTGS). O RTGS da SADC apoia a modernização e a harmonização dos sistemas de pagamentos e de compensação tanto aos níveis nacional e regional com o objectivo de melhorar a segurança de pagamentos e os processos eficientes de liquidação e pagamento na Região. Também se procura baixar os custos de transacções visto que elimina a necessidade de um banco correspondente. Nos casos em que as transacções anteriormente levavam dois a três dias para serem liquidadas, com a SADC-RTGS são agora liquidadas em tempo real, dependendo da disponibilidade de financiamento no banco pagador.

Todos os Estados-Membros, com (excepção de Comores participam no RTGS da SADC e um total de 85 bancos (Bancos Centrais e Bancos Comerciais) estão também a participar no sistema. O RTGS da SADC tem tido um desempenho impressionante desde Julho de 2013 quando o sistema ficou operacional, com um total de 1,8 milhões de transacções liquidadas no final de Março de 2020, o que representa ZAR 7,17 triliões. O Comité dos Governadores dos Bancos Centrais (CCBG) está a contactar a Associação dos Banqueiros da SADC para garantir que as poupanças decorrentes da remoção do banco correspondente no sistema sejam transferidas para os consumidores. A plataforma de moedas múltiplas do RTGS da SADC foi para o ar em Outubro de 2018. O lançamento do dólar americano foi atrasado devido a desafios com a abertura de uma conta em USD junto do Federal Reserve de Nova Iorque. O CCBG concentrou-se agora no esquema de pagamento da SADC de Compensação de Transferências numa Base Imediata (TCIB).

No respeitante a transacções transfronteiriças de transferência a crédito de baixo valor no RTGS da SADC, o foco actual é na implementação na Zona Monetária Comum (ZMC) tendo sido emitida uma directiva emendada exigindo ao sector de pagamentos da ZMC a submissão de planos de recuperação até 30 de Junho de 2020. Foi definida uma solução provisória para a satisfação dos requisitos mínimos da 16.^a Recomendação do Grupo de Trabalho de Acção Financeira (FATF) tendo em vista a Avaliação da África do Sul pelo FATF. O CCBG continua a trabalhar no Plano de Recuperação com o sector.

Inclusão Financeira e Remessas

Na área de inclusão financeira, 32% de adultos na Região encontram-se financeiramente excluídos, o que significa 45.7 milhões de indivíduos face à meta de 25 % em 2021. Os níveis gerais de inclusão financeira variam consideravelmente na Região, de 97% nas Seychelles até 40% em Moçambique. A operacionalização do Subcomité de Inclusão Financeira da SADC está em curso para coordenar o trabalho sobre inclusão financeira e a construção de sinergias entre as estruturas responsáveis pela inclusão financeira em toda a Região.

Relativamente às remessas transfronteiriças na Região, que são fundamentais para a inclusão financeira e o alívio da pobreza, o principal objectivo é baixar o preço médio de remessas no consumidor, assim como aumentar devidamente a utilização de canais formais. Por exemplo, o custo de remessas transfronteiriças foi reduzido em 3,6 pontos percentuais de uma média de 13 % por transacção para cerca de 9,4 % no corredor entre a África do Sul e Botswana, do Reino Eswatini, Lesotho, Malawi, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabue. O desafio é reduzir ainda mais estes custos para cumprir o objectivo de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas de 3% até 2030. Além disso, estima-se que os migrantes da SADC residentes na África do Sul remetem aproximadamente 21,9 mil milhões de ZAR para os países de origem, anualmente, com 11,3 mil milhões de ZAR (representando 52%) a transitarem através de canais informais. Os migrantes que utilizam os canais de remessas formais enviam cerca de 12 000 ZAR anualmente, ou seja 1 000 ZAR por mês, enquanto os que remetem informalmente enviam cerca de 550 ZAR por mês.

3.1.5 FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

Relativamente à preparação de projectos, o Fundo de Preparação & Desenvolvimento de Projectos da SADC (SADC-PPDF) financiado pela União Europeia e KfW e acolhido pelo Banco da África Austral para o Desenvolvimento (DBSA), continua a apoiar os Estados-Membros para que reforcem a conectividade de infra-estruturas regionais, providenciando subvenções para a preparação e desenvolvimento de projectos para os projectos de infra-estruturas regionais transfronteiriços nos sectores de energia, transporte, TIC e água. Isto apoia directamente a integração e os esforços de industrialização da Região bem como comércio de bens e serviços; e contribui para melhorar a qualidade da vida das suas populações melhorando o acesso aos serviços de infra-estruturas. O PPDF apoia os países da SADC na realização dos estudos de viabilidade, desenhos técnicos e de engenharia, de avaliação do impacto ambiental e social, bem como a preparação da documentação de concursos, e dos serviços de consultoria transaccional para que os projectos sejam passíveis de financiamento e implementação.

Até 2019, o PPDF aprovou um total de 22,2 milhões USD para a preparação de treze projectos regionais que cobrem os sectores de energia, transporte e água, que se espera

que gerem 5,85 mil milhões USD em investimentos em infra-estruturas. Isto tem o enorme potencial de desbloquear as oportunidades de negócios em toda a “cadeia de valor de infra-estruturas”, não apenas nos serviços de consultoria, mas também no financiamento, construção, fornecimento de equipamento, tecnologia e competências bem como as operações e a manutenção. Os treze projectos regionais são:

- (i) Projecto de Interligação Moçambique – Zimbabwe– Africa do Sul (MOZISA);
- (ii) 2.ª Linha de Transmissão de 400 kV de Alaska para Sherwood;
- (iii) Estrada com portagens Kasomeno–Mwenda (República Democrática do Congo, Zâmbia);
- (iv) Reabilitação e modernização do do Corredor Ferroviário Norte-Sul (África do Sul, Zimbabwe, Zâmbia, República Democrática do Congo e Botswana);
- (v) Desenvolvimento da Estação Hidroeléctrica de Luapula(Zâmbia);
- (vi) Interligação de Transmissão Angola–Namíbia;
- (vii) Estação Hidroeléctrica Mulembo Lelya (República Democrática do Congo e Zâmbia);
- (viii) Africa Green Co (todos os Estados-Membros);
- (ix) Desenvolvimento de Directrizes e Normas para os Projectos de Energia Renovável e uma Estratégia de Financiamento e Incentivos nas Maurícias;
- (x) Interligação de Transmissão Angola-Namíbia - Prorrogação do financiamento de preparação - Viabilidade da Parte 2 e 3 até à fase de financiamento;
- (xi) Estação Elevatória de Águas Residuais e Estação de Tratamento de Águas Residuais nas (Maurícias);
- (xii) Abastecimento de Água e Saneamento de Lomahasha-Namaacha (Reino de Eswatini e Moçambique) e Projecto de Abastecimento de Água e Saneamento de Kazungula (Zâmbia)

O projecto de MOZISA foi cancelado na reunião do Comité Directivo do PPDF realizada em 11 de Dezembro de 2019, em resultado do lento progresso registado no projecto.

Após as constatações da Avaliação Intercalar do PPDF em 2018, pela UE e da avaliação do KfW, o Secretariado, em colaboração com o DBSA-PPDF, desenvolveu um plano de acção para melhorar o desempenho do PPDF que foi analisado e homologado pelos Ministros das Finanças, em Julho de 2019. Foi apresentado ao Comité de Ministros das Finanças e Investimento, em Julho de 2020, um relatório sobre o ponto de situação da implementação do Plano de Acção.

Está em curso a operacionalização do Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC. O Acordo relativo à Operacionalização do Fundo foi finalizado e nove Estados-Membros assinaram o Acordo, nomeadamente, África do Sul, Angola, República Democrática do Congo, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe. Nenhum ainda apresentou os instrumentos de ratificação do Acordo junto do Secretariado. A Cimeira, na sua reunião de Agosto de 2019, aprovou o Roteiro Revisto para a operacionalização do Fundo que tem como meta a sua operacionalização plena até Agosto de 2021. O Financiamento Sustentável dos Projectos Regionais de Infra-estruturas e Industrial da SADC (Projecto do BAD) está a providenciar o apoio para aprofundar a integração regional na Região, incluindo a operacionalização do Fundo.

3.1.6 QUESTÕES CONEXAS COM INVESTIMENTO E TRIBUTAÇÃO

A SADC está a implementar o Programa de Acção Regional para o Investimento (RAPI) para a criação de um ambiente propício ao investimento nacional e estrangeiro que é reconhecido como um instrumento fundamental para o crescimento sustentável, o desenvolvimento e a redução da pobreza na Região. O RAPI está organizado em torno de quatro pilares¹.

No âmbito do primeiro pilar sobre o desenvolvimento e a harmonização de políticas e quadros pertinentes para atrair e promover o investimento nacional e IDE, o Quadro de Política de Investimento da SADC (IPF) foi finalizado. Isto oferece aos Estados-Membros um enquadramento para a formulação e a operacionalização de políticas de investimento sólidas que possam promover o crescimento económico alargado. Além disso, o Modelo do Tratado Bilateral de Investimento (BIT) foi elaborado e recomendado ao Grupo de Trabalho Ministerial sobre Integração Económica Regional para apreciação e aprovação, com o objectivo de aconselhar os governos em quaisquer futuras negociações em que participem relativas aos acordos de investimento. O Secretariado da SADC também assegurou a assistência técnica e financeira do Banco Mundial e da União Europeia para elaborar um Cartão de Pontuação relativo ao Clima de Investimento da SADC.

Relativamente ao segundo pilar sobre a promoção de negócios e investimento, a Estratégia de Promoção de Negócios e Investimento (BIPS) está a ser elaborada. A BIPS da SADC permitirá que a SADC explore as oportunidades para apresentar os seus programas e projectos regionais aos responsáveis políticos de todo o mundo que desejem estabelecer parcerias sustentáveis, e ainda beneficiar de uma variedade de aspectos

¹ Pilares do RAPI : O primeiro pilar sendo o desenvolvimento e a harmonização de políticas e quadros pertinentes para atrair e promover o investimento nacional e IDE; o segundo pilar está associado ao fornecimento de informações relevantes às empresas e aos investidores; o terceiro pilar está associado ao fornecimento de informações relevantes às empresas e aos investidores; e o último pilar está associado à aprendizagem pelos pares em que as agências de promoção de investimento compartilham as melhores práticas em promoção de investimento.

que visem viabilizar o estabelecimento de redes estratégicas e a promoção de Investimento Directo Estrangeiro.

3.1.7 PROGRAMA DE CONVERGÊNCIA MACROECONÓMICA

Os dados preliminares indicam que o crescimento económico abrandou em 2019 reflectindo o lento crescimento económico global. Como resultado, somente a Tanzânia alcançou a meta de 7 % no crescimento económico em grande parte devido a grandes projectos de infra-estruturas. Verificou-se uma melhoria notável no desempenho dos Estados-Membros em relação aos Indicadores Primários da Convergência Macroeconómica (inflação, défice orçamental e dívida pública). Em 2019, o número de Estados-Membros que alcançou os três indicadores primários aumentou para cinco (República Democrática do Congo, Lesoto, Madagáscar, Seychelles, Tanzânia) de três (Maurícias, Seychelles e Tanzânia), em 2018. O número de Estados Membros que alcançou as metas de inflação e de défice fiscal aumentou para onze e oito em 2019, de nove e seis em 2018, respectivamente. Contudo, o número que alcançou a meta da dívida pública registou um decréscimo para nove em 2019, em comparação com onze em 2018, revelando os níveis crescentes da dívida que levarão a sobreendividamento na Região.

3.2 INFRA-ESTRUTURAS DE APOIO À INTEGRAÇÃO REGIONAL

O objectivo geral de infra-estruturas de Apoio às intervenções direccionadas à Integração Regional é garantir a disponibilidade e o acesso universal a sistemas de infra-estruturas suficientes, integrados, eficientes e com eficácia de custos assim como a prestação de serviços sustentáveis. O Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infra-estruturas (RIDMP) é um instrumento orientador da implementação da Prioridade B do RISP Revisto do Apoio de Infra-estruturas a serem lançadas. O RIDMP é direccionado à concretização da Visão de Infra-estruturas 2027 da SADC e contribui para a Estratégia e o Roteiro de Industrialização assim como para outros enquadramentos estratégicos regionais. Durante 2019/20, um Relatório da Avaliação do Plano de Acção a Curto Prazo do RIDMP foi concluído e validado pelos Estados-Membros, em Junho de 2019, e o desenvolvimento do Plano de Acção II a Curto Prazo (2020-2021) terá início durante o exercício financeiro de 2020/2021. Vários projectos de infra-estruturas estão na fase de preparação e coordenados em colaboração com as Organizações Subsidiárias Regionais e os Fundos de Preparação de Projectos apoiados pelos diferentes Parceiros de Cooperação Internacionais (PCI).

3.2.1 COMUNICAÇÕES E TIC

Questões Pós Migração para a Televisão Digital Terrestre (TDT).

A Televisão Digital Terrestre (TDT) oferece aos consumidores imagem e som de melhor qualidade. Mais importante ainda, faz uma utilização eficiente do espectro de

frequências, o que resulta em mais canais digitais e, conseqüentemente, em maior escolha para os consumidores. Também resulta num Dividendo Digital que está a libertar o espectro de frequências para novas tecnologias sem fios que podem ser rentáveis para alcançar as zonas rurais da Região da SADC. Até à data, seis (6) Estados-Membros da SADC (Reino de Eswatini, Malawi, Maurícias, Namíbia, República Unida da Tanzânia e Zâmbia) completaram o processo de migração para o TDT. Sete (7) Estados-membros (Angola, Botswana, Lesoto, Moçambique, Seychelles, África do Sul, Zâmbia e Zimbabwe) encontram-se numa fase avançada, operando tanto redes analógicas como de TDT (iluminação dupla) e deverão prosseguir o processo de Desactivação do Sistema Analógico (ASO) até ao final de 2020. Os restantes três (3) Estados-Membros lançaram redes de TDT, contudo são privadas e providenciam Serviços de TV-Pagos, a maior parte nas áreas urbanas densamente povoadas.

A disponibilidade de Descodificadores (*Set Top Boxes - STBs*) para recepção de transmissão de TDT é um grande desafio. Para complementar as redes TDT, oito (8) Estados-Membros (Reino de Eswatini, Malawi, Moçambique, Namíbia, África do Sul, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe) estão a transmitir o seu canal de televisão pública nacional através da Internet, enquanto quatro (4) Estados-Membros (Namíbia, África do Sul, República Unida da Tanzânia e Zimbabwe) têm aplicações móveis para aceder aos seus canais de televisão pública. Angola e Botswana estão a transmitir em regime piloto conteúdos televisivos directamente para dispositivos móveis utilizando a capacidade 1Seg das redes de TDT.

O canal de televisão da SADC chamado Eye on SADC é presentemente um programa noticioso da SADC de trinta minutos até se tornar um canal plenamente desenvolvido. É uma iniciativa ancorada na Estratégia de Comunicações e Promoção da SADC Revista, 2016-2020. Na sua fase piloto emprega um Núcleo de Partilha de Conteúdos em linha. Foi feita uma demonstração com sucesso do Canal de Televisão da SADC durante a reunião dos Ministros de TIC da SADC, em Setembro de 2018, em Windhoek, Namíbia. Dez (10) Estados-Membros (Angola, Botswana, Reino de Eswatini, Lesoto, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe) estão a transmitir “Eye on SADC” - Um Olhar na SADC. Presentemente, a língua do programa é Inglês mas o Canal de Televisão da SADC, mais tarde, porá legendas nas outras línguas de trabalho da SADC, a que se pode ter acesso utilizando a tecnologia TDT, através de descodificador (STB). A Iniciativa do Canal de Televisão da SADC está a ser aprimorada e está a ser elaborado um Plano de Negócios para garantir que seja um projecto sustentável.

Harmonização dos Planos de Numeração para os Serviços de Emergência na SADC

A SADC harmonizou o plano de numeração para serviços de emergência em toda a Região utilizando códigos ‘112’ para todos os três (3) serviços de emergência (Polícia, Bombeiros e Ambulância) e ‘116’ para ter acesso aos serviços de assistência à Criança. O objectivo é tornar os números relacionados com as emergências fáceis de lembrar e

familiares aos viajantes, uma vez que são muito críticos para a segurança e bem-estar dos cidadãos da SADC;

Pontos Nacionais e Regionais de Intercâmbio de Tráfego da Internet da SADC (IXP)

Projecto do Sistema Africano de Intercâmbio de Internet (AXIS) tem o objectivo de manter o tráfego africano da Internet local para o continente através do estabelecimento de Pontos Nacionais de Intercâmbio na Internet (NIXPs) e Pontos Regionais de Intercâmbio na Internet (RIXPs) em África. Os N/RIXPs são uma componente vital do ecossistema da Internet e optimizaram o desempenho da Internet na Região da SADC, trazendo baixa latência, melhor rendimento e reduzindo os custos relacionados com as ligações internacionais. Até à data, todos os Estados Membros da SADC criaram pelo menos um IXP Nacional e, a partir de Dezembro de 2018, os IXP da África do Sul e do Zimbabwe completaram o processo de transformação para um RIXP da SADC plenamente operacional. Presentemente existem em excesso de cinco (5) IXP ligados aos dois RIXP da SADC. Os RIXP asseguram que o tráfego permaneça na Região. Os Estados-Membros foram exortados a estabelecer uma dupla N/RIXP e a sua interligação entre si, criando assim uma nuvem de troca de N/RIXP na SADC (rede em malha de RIXP)

As ligações transfronteiriças aos RIXPs constituem um desafio. Como tal, o Quadro Político Regional de Interligação Transfronteiriça da SADC e a Oferta de Interligação de Referência (OIR) foram desenvolvidos para criar um elevado nível de transparência nas tarifas e harmonização dos acordos, promover boas práticas, reduzir os custos das interligações transfronteiriças e promover as ligações aos RIXP. Teve início uma avaliação dos preços das interligações internacionais. O inventário sobre o acolhimento e o tipo de instâncias de Servidores Raiz dos Nomes de Domínio (*domain name Root Servers*) na região da SADC constatou que todos os Estados-Membros, com excepção de Comores, Reino de Eswatini e Zâmbia, possuem pelo menos uma instância de Servidores de Raiz DNS.

Projecto de Itinerância da SADC

O Projecto de Itinerância da SADC tem como objectivo o desenvolvimento de quadros de política e regulamentares para providenciarem tarifas transparentes e acessíveis de serviços de chamadas vocais, SMS e da transmissão de dados em *roaming* (Itinerância) dentro da região da SADC. Contribuindo assim para fazer com que a Região seja mais competitiva. O Projecto está a ser implementado em três fases. Fase 1 sobre Liberalização, Transparência para tarifas de roaming (itinerância), Recolha de Informações e de Dados; e a Fase 2 sobre a Regulação dos Preços Máximos ao nível Grossista e Retalhista. O projecto *Roam Like At Home (RLAH)* – Fazer Roaming como se Fosse Chamada Interna (RLAH) foi finalizado por Operadores de Rede Móvel (MHO) de dez (10) Estados-Membros (Botswana, Reino de Eswatini, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, África do Sul, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe). Isto criou transparência aos serviços de itinerância móvel através da

recepção de uma SMS, à entrada de um cliente de serviços de itinerância móvel numa rede estrangeira e da redução de tarifas através da regulação dos preços máximos, tanto para os preços grossistas, como retalhistas dos serviços de itinerância móvel, em conformidade com a Escala de Redução Progressiva dos Serviços de Itinerância Móvel da SADC. Como parte da Fase 3 do Regulamento de Preços de Roaming baseado no custo, o Modelo de Custos de Roaming da SADC foi desenvolvido para determinar os limites máximos das tarifas grossistas e retalhistas para vários tipos de chamadas, SMS e serviços de dados de roaming. A análise e os cálculos foram finalizados e aprovados pelos Ministros responsáveis por TIC da SADC em Setembro de 2019. Um elemento crítico e essencial da política e do requisito regulamentar será que os Estados-Membros revejam a sua legislação para permitir a harmonização das Tarifas de Terminação ao nível Internacional (ITR) na região.

Quadros jurídicos e regulamentares harmonizados para a Cibersegurança

Em Novembro de 2019 foi concluída uma avaliação sobre a transposição da Lei Modelo relativa à Protecção de Dados para os Estados-Membros da SADC e a análise de lacunas. Todos os Estados-membros da SADC ou transpuseram as Leis Modelo de Segurança Cibernética Harmonizada da SADC ou têm em vigor um quadro jurídico de cibersegurança. Os Estados-membros estão a criar a CIRT (Equipa de Resposta a Incidentes de Segurança Informática) Nacional e Regional para institucionalizar o Quadro Jurídico e Regulamentar Harmonizado de Segurança Cibernética da SADC.

No âmbito da iniciativa da Parceria Multilateral Internacional contra as Ameaças Informáticas (IMPACT), seis (6) Estados Membros (Botswana, Reino de Eswatini, Maurícias, África do Sul, República Unida da Tanzânia e Zâmbia) estabeleceram e operacionalizaram as suas CIRT Nacionais. Seis (6) Estados-Membros, nomeadamente Angola, República Democrática do Congo, Lesoto, Moçambique, Namíbia e Zimbabwe, concluíram a Avaliação do CIRT da União Internacional de Telecomunicações (UTI) e aguardam pela legislação pertinente que operacionaliza as respectivas CIRT nacionais. Este processo decorre actualmente em dois (2) Estados-Membros, nomeadamente Madagáscar e Seychelles.

Todos os Estados-Membros da SADC planeiam deter uma CIRT operacional até ao fim de 2020. Os planos da SADC para criar uma CIRT Regional que reforce a cooperação regional, continental e nacional relativa a segurança informática, viabilize o reforço de capacidades e a partilha de informação e tecnologia. O Quadro para a Criação da CIRT Regional da SADC foi aprovado pelos Ministros das TIC da SADC em Setembro de 2019 e foi feito um apelo aos Estados-Membros para submeterem a sua Manifestação de Interesse (EOI) para acolherem a CIRT Regional da SADC.

Participação da SADC na Conferência Mundial de Radiocomunicações

A Conferência Mundial de Radiocomunicações de 2019 (WRC-19) teve lugar em Novembro de 2019 em Sharm-el-Sheik, Egipto. A SADC desenvolveu posições comuns em todos os 32 Pontos de Agenda da WRC-19 e formulou seis (6) propostas como pontos da Agenda para a WRC-23. A SADC reforçou a sua Posição Comum e as Propostas com o apoio dos Membros da EACO, formulando uma proposta para um grupo comum para um total de 20 Estados-Membros de África. Os resultados finais da WRC-19 foram favoráveis à região da SADC,

Quadro para o Programa de Satélite Compartilhado da SADC

Foi elaborado o Quadro para o Programa de Satélite Compartilhado da SADC para permitir o desenvolvimento de um Programa de Satélite Partilhado que aproveita o potencial da tecnologia por satélite para providenciarem serviços e produtos de comunicação por satélite para colmatar as necessidades económicas, políticas, sociais e ambientais da SADC. Fulcral à implementação do quadro é o aspecto de reforço de conhecimentos técnicos na tecnologia de comunicações por satélite. Além disso, foi realizado em Janeiro de 2020 um reforço de capacidade para peritos de satélite na região sobre software de satélite da UIT, Regulamentos relativos a Rádio (RR) e Regimentos Internos das Redes de Satélites. A formação permitiu aos Estados-Membros desenvolver novos ficheiros de satélite para o Serviço Nacional de Radiodifusão por Satélite (BSS) nas bandas planeadas pela UIT (Apêndice 30/30A) para substituir as suas atribuições degradadas em conformidade com o procedimento especial estipulado na Resolução 559 da UIT (WRC-19). Até à data, mais de 100 Peritos regionais em matéria de Satélites foram apoiados.

Estratégia para o Sector dos Serviços Postais da SADC (2017-2020)

A Estratégia para os Serviços Postais da SADC (SPS) é o documento de referência estratégico da Região para o desenvolvimento do seu sector postal. A Estratégia identifica quatro eixos estratégicos que estão directamente ligados aos objectivos de infra-estrutura da SADC Digital 2027 e também bem alinhados com as prioridades estratégicas do continente Africano no âmbito da Estratégia Postal Mundial de Istambul da União Postal Universal (UPU) , que são o Comércio Electrónico e a inclusão socioeconómica. Registaram-se progressos significativos na implementação da Estratégia, nomeadamente:

- (i) **Melhoria da Qualidade de Serviços Regionais (OOS):** O Projecto de Monitorização da Qualidade dos Serviços Postais (QoS) da SADC, utilizando a infra-estrutura do Sistema de Monitorização Global (GMS) teve início com sucesso em seis (6) Estados Membros (Botswana, Reino de Eswatini, Lesotho, Malawi, Namíbia e Zimbabwe) para medir a qualidade do tráfego

postal intra-regional com a capacidade de diagnóstico para identificar, reportar e resolver atrasos.

- (ii) **Prontidão Operacional para o Comércio Electrónico (ORE):** A Prontidão Operacional para o Comércio Electrónico (ORE), que teve início em Maio de 2017, tem como objectivo avaliar e reforçar a capacidade e a eficiência operacional na cadeia de valores de abastecimento dos Operadores Postais Designados (OPD) para apoiar o desenvolvimento do comércio electrónico. Todos os Estados- Membros da SADC estão a participar no Projecto de ORE. Os Operadores Postais Designados (OPD) desenvolveram os Roteiros Nacionais e os Planos de Acção Nacionais que definem os marcos principais que cada Operador tem de alcançar no Projecto de ORE. Além disso, os OPD no Botswana, África do Sul e Zimbabwe desenvolveram com sucesso e lançaram com sucesso plataformas e aplicativos de comércio electrónico. Esta tendência deve continuar em seguimento do projecto de ORE.

- (iii) **Directrizes do Comércio electrónico e Facilitação do Comércio dos Serviços Postais da SADC;** As Directrizes do Comércio electrónico e Facilitação do Comércio dos Serviços Postais da SADC foram elaboradas para orientar os Estados-Membros da SADC proporcionar uma fiscalização regulamentar adequada e proporcional para estimular o comércio electrónico intra-regional e o comércio através da rede regional de serviços postais e de correio rápido (courier). As directrizes promoverão um entendimento regional comum das considerações regulamentares relevantes para o comércio electrónico postal e fornecerão orientações às Autoridades Reguladoras Nacionais (ARN) sobre abordagens regionais harmonizadas para lidar com as questões regulamentares específicas no ambiente do comércio electrónico e da facilitação do comércio.

- (iv) **Directrizes Regulamentares do Serviço e Acesso Postal Universal SADC:** Os OPD têm uma Obrigação de Serviço Universal (OSU) para garantir a disponibilidade de um conjunto específicos de produtos e serviços postais perante os cidadãos da SADC, independentemente da sua localização geográfica e do seu estatuto socioeconómico. A OSU é uma matéria crítica para o desempenho financeiro dos OPD, visto que está associada à Qualidade de Serviços dos serviços postais. Em prossecução da harmonização regional e da mudança do panorama postal, foi realizada uma avaliação da sustentabilidade comercial dos OPD em relação às suas OSU, o que levou ao desenvolvimento das Directrizes do Serviço Postal Universal e de Acesso da SADC, aprovadas em Setembro de 2019.

- (v) **Sensibilização sobre Violência baseada em Género (VBG)** Os materiais informação, educação e comunicação (IEC) foram desenvolvidos nas três (3) línguas de trabalho da SADC no âmbito da mensagem na campanha “SADC Unida para Pôr Fim à VBG” para incrementar a sensibilização sobre VBG. Foram ainda produzidos e partilhados com os Estados-Membros, através de diferentes plataformas, os cartazes e panfletos para pôr em destaque o ponto de situação e a Estratégia de Combate à Violência com base na perspectiva de Género na Região

3.2.2 ENERGIA

O plano operacional do sector energético para 2019/2020 era ancorado no Plano do Sector Energético (ESP) do Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infra-estruturas (RIDMP) que foi a base para as metas do sector de energia no Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional Revisto de (RISDP) 2015-2020, como se segue:

Implementação da Estratégia e Plano de Acção da Energia Renovável

O Secretariado continuou a monitorizar a implementação da Estratégia e Plano de Acção da Energia Renovável e de Eficiência Energética (REEESAP) aprovados pelos Ministros Responsáveis por Energia em Julho de 2017. O objectivo do Plano é aumentar a adopção da energia renovável e a promoção de eficiência energética em todos os sectores da economia.

Foi efectuada a revisão da Estratégia e Plano de Acção Regional de Acesso à Energia Eléctrica da SADC (REASAP). O Plano tem como objectivo oferecer uma visão e uma orientação que conduza os Estados-Membros ao acesso universal à energia eléctrica, como uma meta intercalar de reduzir para metade o número de pessoas sem acesso a electricidade e aos recursos de energia moderna até ao ano de 2020. O REASAP revisto está alinhado com o Objectivo de Desenvolvimento Sustentável número 7 das Nações Unidas sobre o aumento do acesso à energia, a utilização sustentável das energias renováveis e a promoção da eficiência energética, bem como a adopção de Níveis Múltiplos (Níveis 0 - Nível 5) elaborado pelo Banco Mundial caracterizado, entre outros, pelo acesso universal a electricidade fiável, economicamente acessível, conveniente e segura.

Expansão da Capacidade de Geração e Transmissão de Energia

A Região foi capaz de pôr em funcionamento uma capacidade de 3 595 Megawatts (MW) com a contribuição de Angola, República Democrática do Congo, Malawi, Moçambique, Namíbia, África do Sul e Tanzânia. A capacidade lançada é equivalente a 90% da capacidade visada de 4 000 MW. Ao analisar o actual pico de procura e as margens de reserva da capacidade de produção de energia eléctrica, constata-se que a Região conta

com um défice de 1.904 MW; Este défice resultou da redução da capacidade operacional devido à realização de serviços de manutenção programados e não programados em grandes centrais eléctricas na Região durante o exercício financeiro de 2019/20. O cabaz de geração regional ainda é dominado pelo carvão a 60% e pela energia hidroeléctrica a 21%, enquanto outras fontes primárias, como o gás e as energias renováveis, estão a aumentar gradualmente. A fim de reforçar a segurança do aprovisionamento energético, o Secretariado, com o apoio do Banco de Desenvolvimento da África Austral (DBSA), está a desenvolver o Plano Director Regional do Gás (RGMP).

Estabelecimento e Reforço dos Centros de Excelências Regionais para Investigação e Formação no Sector de Energia

O Secretariado assegurou a assinatura do Memorando de Acordo Intergovernamental (MoAIG) por 10 Estados-Membros, nomeadamente, Angola, Botswana, Eswatini, Lesotho, Malawi, Maurícias, Namíbia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe relativo à operacionalização do Centro para as Energias Renováveis e Eficiência Energética da SADC (SACREEE). Em termos das sub-actividades institucionais e programáticas, o SACREEE também recebeu apoio de vários Parceiros de Cooperação Internacionais (ICP) no desenvolvimento de infra-estruturas imateriais e assistência técnica, tais como:

- (i) da Agência Austríaca de Desenvolvimento através da UNIDO para o recrutamento do Director Executivo da SACREEE;
- (ii) desenvolvimento de um Programa de Eficiência Energética Industrial (SIEEP) da SADC apoiado pela UE;
- (iii) Apoio a pequenos empresários na área de Energia Renovável para o reforço de competências pela Agência Internacional de Energia Renovável (IRENA)
- (iv) Programa de Iluminação e Electrodomésticos com Eficiência Energética (EELA) apoiado pela Agência Sueca para o Desenvolvimento e Cooperação (ASDI). A meta imediata do projecto EELA é desenvolver as Normas Mínimas do Desempenho Energético (MEPS) para os dispositivos e equipamento eléctricos na Região.

Foi concluída a avaliação de sustentabilidade do Centro de Formação de Kafue Gorge (KGRTC), sediado no Desfiladeiro de Gorge, Zâmbia para aprovação pelos Ministros responsáveis por Energia e, subsequentemente, para apreciação e aprovação pelo Conselho de Ministros. O KGRTC oferece cursos a curto prazo de formação sobre serviços de energia, investigação e desenvolvimento e aluguer de instalações para conferências a fim de sustentar as suas operações. O KGRTC também recebe apoio do Governo da Zâmbia, como parte da obrigação do país de acolhimento, através do Serviço de Utilidade Pública de energia, ZESCO, no âmbito do Ministério da Energia.

Desenvolvimento do Quadro Regional Regulador do Sector de Energia

Os Ministros responsáveis por Energia aprovaram o Quadro de Mercado e Investimento para Projectos de Energia da SADC, como instrumento para orientar os investidores que queiram aventurar-se em projectos de produção e transmissão de energia e para melhorar os investimentos em projectos de energia na Região. Com o apoio do Projecto de Ampliação do Mercado Regional de Energia Sustentável (ESREM) para a África Oriental, África Austral e Oceano Índico (EA-SA-IO), o Secretariado realizou um estudo sobre o fortalecimento da Associação de Reguladores Energéticos Regionais (RERA) da África Austral em Autoridade Reguladora Regional de Energia para supervisionar e regular o comércio de energia eléctrica transfronteiriça e as operações do mercado competitivo de electricidade sob a supervisão da SAPP. ESREM está também a apoiar a região da África Oriental, África Austral e Oceano Índico no desenvolvimento de um Enquadramento Regional para a Supervisão Regulamentar dos Mercados de Energia.

Migração para Tarifas de Electricidade que reflectem os Custos

Os Estados-Membros continuam a oferecer as garantias estatais para os projectos energéticos e a implementar os ajustamentos tarifários que permitem que as empresas de fornecimento de energia possam recuperar totalmente os custos do abastecimento de electricidade. Presentemente, o Reino de Eswatini, Maurícias e Namíbia migraram para tarifas para a recuperação total dos custos, enquanto Angola, Lesoto, Moçambique, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe aplicam estruturas tarifárias que permitem um nível mínimo de serviços. Em preparação para a migração para tarifas que reflectem os custos, 10 Estados-Membros (Reino de Eswatini, Maurícias, Namíbia, Angola, Lesoto, Moçambique, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe) concluíram os estudos dos custos de serviços (COSS), como parte da implementação das decisões pelos Ministros responsáveis por Energia em Maio de 2019.

3.2.3 TRANSPORTES

Para valorizar as redes de transportes rodoviários e trânsito transfronteiriços eficientes na região Tripartida, o Programa Tripartido de Facilitação do Transporte e Trânsito (TTTFP) desenvolveu vários documentos de quadros de políticas, regulamentares e estratégicos que foram aprovados pelos Ministros dos Transportes em Outubro de 2019. Estes incluem decisões no domínio de políticas para a eliminação progressiva dos veículos de volante à esquerda nos Estados-Membros - Condução à esquerda da faixa de rodagem; os Termos de Referência para o Desenvolvimento do Plano Director de Desenvolvimento de Infra-estruturas ferroviárias Regionais da SADC; e a Carta Regional de Resposta a Emergências Ferroviárias da SADC. A harmonização destes instrumentos é essencial para o desenvolvimento de infra-estruturas regionais e a promoção do desenvolvimento económico, do comércio e do investimento.

As Leis Modelo e os regulamentos foram aprovados pelos Ministros Tripartidos responsáveis por infra-estruturas em Outubro de 2018, para facilitar a transposição para o nível nacional do Acordo Multilateral de Transportes Rodoviários Transfronteiriços (MCBRTA). Pelo menos oito (8) países (Angola, Etiópia, Quénia, Lesotho, Namíbia, Rwanda, Tanzânia (incluindo Zanzibar), e Uganda) estão em fases diferentes de alterações às leis em vigor com base nas Leis Modelo. A implementação do MCBRTA facilitará a redução nos custos de transporte e o tempo de trânsito para pessoas e bens nos Estados-Membros.

O Acordo sobre a Gestão de Carga de Veículos (VLMA), as Leis Modelo relativas ao Transporte Rodoviário, os Regulamentos e Normas Modelo relativas ao Transporte Rodoviário foram aprovados pelo Comité Sectorial Tripartido dos Ministros de Infra-estruturas e estão prontos para apreciação pela Cimeira Tripartida. Relativamente aos Corredores, foram elaborados os Instrumentos de Governação para os Corredores de Desenvolvimento do Lobito e de Maputo. Os instrumentos dos Corredores da Beira e Norte-Sul aguardam assinatura pelos Estados dos Corredores. A harmonização das políticas, leis, regulamentos e normas relativos aos transportes rodoviários reforça a eficiência das redes de transportes rodoviários e de trânsito transfronteiriços na Região Tripartida.

3.2.4 ÁGUA

Projecto Transfronteiriço de Abastecimento de Água do Cunene (Angola e Namíbia)

O Projecto Transfronteiriço de Abastecimento de Água do Cunene (KTWSP), um projecto conjunto entre Angola e Namíbia, tinha como objectivos incrementar a garantia do abastecimento de água potável, para a agricultura e para o desenvolvimento industrial nas comunidades e cidades do Sul de Angola e do Norte da Namíbia. O Projecto tem duas componentes primárias, nomeadamente: as obras de reparação da Conduta e do Canal Transfronteiriços de Calueque-Oshakati e as obras de construção do sistema de abastecimento de água para a Aldeia de Calueque em Angola (Lote 1), e o Sistema de Abastecimento de água a Santa Clara, uma cidade Angolana (Lote 2). A este respeito, o Secretariado concretizou os seguintes marcos:

- (i) As actividades do Lote 1 abrangeram uma nova estação de tratamento de água, obras de reparação de contudo e canal, a construção de pontos de abstracção (24) para o gado e abstracção de água para irrigação e uma nova rede de distribuição de água para a Aldeia de Calueque, o que resultou em mais de 330 agregados familiares terem acesso a abastecimento de água potável e fiável. As obras de reparação do canal de transferência e da conduta de água asseguraram perdas reduzidas no sistema para a água a ser transferida através da fronteira para a Namíbia.

- (ii) As actividades do Lote 2, que estão a ser finalizadas, garantiram que houve uma maior garantia no abastecimento de água potável à comunidade de Santa Clara nesta cidade fronteiriça. Esta componente incluiu a construção de tanques de armazenamento de água e uma rede enorme de reticulação do abastecimento de água para abastecer a Vila de Santa Clara com água potável que tinha um problema sério de falta de água. O projecto está a servir aproximadamente 200 000 habitantes no seu total.

Programa de Gestão da Água Subterrânea

A água subterrânea continua a ser relevante e importante para aliviar a pobreza através da melhoria do bem-estar humano, da subsistência, produção alimentar, ecossistemas, indústrias e das cidades crescentes na região da SADC. Calcula-se que mais de 70 por cento dos 250 milhões de pessoas que vivem na região da SADC depende da água subterrânea como fonte primária de água. Neste contexto, o Secretariado da SADC continuou a implementar os programas de gestão da Água Subterrânea através da Instituição para a Gestão da Água Subterrânea da SADC (SADC-GMI). Até ao presente, 51 Jovens Profissionais dos Estados-Membros frequentaram programas de estágios relativos à Recolha de Dados e Gestão assim como à expansão do Portal de Informação sobre Água Subterrânea da SADC. Para reforçar os Quadros Institucionais da Gestão Sustentável da Água Subterrânea dos Estados-Membros, foram alcançados os resultados seguintes:

- (iii) Realizaram oito (8) das dez (10) sessões de formação necessárias e específicas para providenciar orientação às partes interessadas na identificação de soluções para o reforço de instrumentos jurídicos, políticos e regulamentares (até Dezembro de 2020); e
- (iv) Da meta de 120 pessoas, até Dezembro de 2020, 118 participaram em formações dedicadas à recolha, gestão e partilha de dados na área de água subterrânea.

Além disso, as avaliações dos Aquíferos Transfronteiriços na região da SADC foram concluídas em Julho de 2019 para o Aquífero Transfronteiriço do Shire, compartilhado pelo Malawi e por Moçambique. Estão em curso as actividades em parceria com o Instituto Internacional de Gestão dos Recursos Hídricos (IWMI) no Aquífero Transfronteiriço de Tuli-Karoo, compartilhado pelo Botswana, RAS e Zimbabwe. As actividades no Aquífero transfronteiriço do Kalahari Oriental, compartilhado pelo Botswana e Zimbabwe estão também na fase de contratação pública. O Secretariado concluiu cinco (50) estudos de investigação até à data sobre os desafios encontrados na gestão da água subterrânea nos Estados-Membros, nomeadamente, a exploração de Aquíferos de água profundas, Operação e Manutenção de Infra-estruturas de Água Subterrânea, a Resiliência de Água Subterrânea, Recolha e Gestão de Dados sobre Água Subterrânea, e Gestão Conjunta dos Recursos Hídricos.

O Secretariado está também a implementar projectos de infra-estruturas de água subterrânea com o financiamento por pequenas subvenções nos Estados-Membros no âmbito do Projecto financiado pelo apoio do Banco Mundial. Até ao fim de Março de 2020, 2 dos 15 projectos piloto com o financiamento por pequenas subvenções a serem implementados nos Estados-Membros da SADC foram concluídos no Malawi e no Botswana. Três outros projectos no Zimbabwe (implementado na bacia hidrográfica do Limpopo pela Visão Mundial), Zâmbia e no Reino de Eswatini estão mais de 80% concluídos. Sete projectos adicionais em Angola, Lesotho, Moçambique, Namíbia, Tanzânia e Zimbabwe estão com uma taxa de conclusão inferior a 50% devido aos atrasos na implementação causados pelos processos morosos de contratação pública. Até Dezembro de 2020, registaram-se cerca de 25 300 beneficiários das intervenções face a um número inicial de 3 000 beneficiários directos. Além disso, 33 pessoas, da meta de 60 pessoas, adquiriram competências práticas a partir da demonstração dos projectos piloto de água subterrânea, até Dezembro de 2020.

Projectos do Fundo de Desenvolvimento de Infraestruturas Resistentes ao Clima (CRIDF)

O programa do Fundo de Desenvolvimento de Infra-estruturas Resilientes às Condições Climáticas (CRIDF) continuou a executar um conjunto de projectos na Região. Na actual segunda fase, concluiu-se, na Tanzânia, o projecto de abastecimento de água de Mitema. O esquema teve como resultado a reabilitação da Estação de Tratamento de Águas do Mitema e a canalização para distribuição de água e garantir o abastecimento de água potável e fiável à comunidade do Planalto Makonde com uma população de 408 000 habitantes. Vários esquemas foram também construídos no Limpopo Oriental no Zimbabwe, providenciando o abastecimento de água potável, irrigação em pequena escala, água para o gado e outros projectos de subsistência. Em Maseru (Lesotho), um projecto de Gestão da Procura de água foi concluído e beneficiou 3 500 agregados familiares como uma população de 21 000 habitantes, através da melhoria da gestão das pressões sobre a água. Em Mchinji (Malawi), foi instalado um Esquema de Abastecimento de Água e Saneamento na fronteira entre a Zâmbia e o Malawi que beneficiou 324 agregados familiares com uma população de 1 944 habitantes. Na Namíbia, está a ser construído um projecto de meios de subsistência para providenciar o abastecimento de água, irrigação e para ajudar a comunidade com 52 agregados familiares para manter o seu gado.

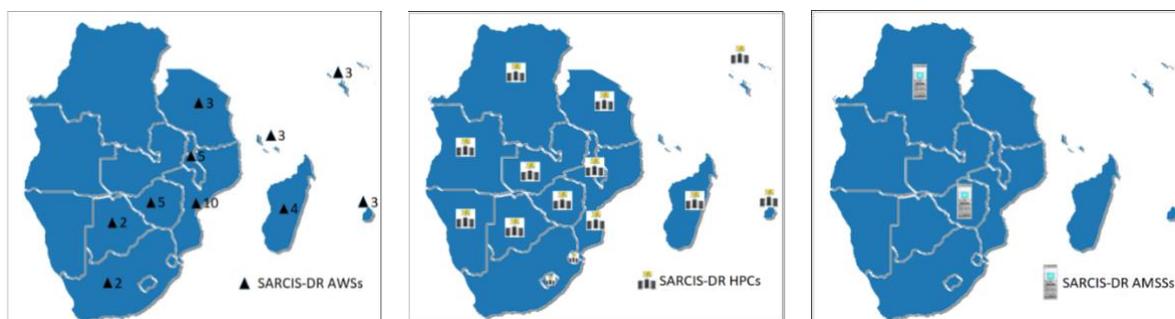
3.2.5 METEOROLOGIA

As intervenções no âmbito de Meteorologia têm como objectivo melhorar a infraestrutura meteorológica para que seja totalmente integrada, eficiente e com eficácia de custos para satisfazer os requisitos dos utilizadores, e para minimizar os efeitos adversos dos eventos climáticos severos e dos fenómenos climáticos através da adopção de serviços de informação meteorológicos e climáticos para a planificação do desenvolvimento. Durante 2019/2020 foram alcançados os resultados seguintes.

Os Estados-Membros possuem competências reforçadas para produzir, analisar e divulgar a Informação e os Dados de Clima.

Através do Projecto dos Serviços Climáticos da África Austral para a Resiliência às Calamidades (SARCIS-DR), vários equipamentos meteorológicos foi enviado para os Estados-Membros, incluindo 40 Estações Meteorológicas Automáticas, 14 servidores de Computação de Alto Desempenho e 2 Sistemas de Comutação Automática de Mensagens. Uma vez entregue e instalado, o equipamento meteorológico incrementará a capacidade dos Serviços Meteorológicos e Hidrológicos Nacionais no processamento de acesso e monitorização dos dados e sistemas relacionados com o tempo e o clima para aviso prévio atempado e mitigação de desastres.

Figura 11: Desenvolvimento de Equipamento (AWS, HPC e AMSS) para os Estados-Membros



Além disto, o Projecto realizou uma série de actividades de reforço de capacidades para cerca de 80 peritos de vários sectores sensíveis ao clima, sobre os níveis nacional e regional de aviso prévio. Estas actividades incluíram, técnicas de previsão climática sazonal, administração de servidores de computação de alto desempenho, Avaliação do Risco Climático, Previsão à Meso-escala para fenómenos climáticos extremos (Previsão Numérica do Tempo) e Modelação Climática.

Centro de Serviços Climáticos (CSC) da SADC em funcionamento total

O Centro de Serviços Climáticos da SADC é um Centro de Excelência do Secretariado para implementar a missão do Programa de Meteorologia na SADC. Neste contexto, providencia serviços operacionais e regionais de clima para monitorização e previsão de todas as facetas das condições climáticas sazonais, incluindo condições extremas. O Centro de Serviços Climáticos desempenha uma função vital nos serviços de informação e previsão climáticas através dos processos do Fórum de Previsão Climática da África Austral (SARCOF).

No exercício de 2019/20, o Projecto de SARCIS-DR financiou dois (2) Fóruns de Previsão Climática da África Austral (SARCOF). O fórum reuniu e interagiu com peritos de vários sectores sensíveis ao clima para adoptar previsões climáticas sazonais para a estação das chuvas e alertas de aviso prévio baseados em previsões regionais

consensuais geradas por peritos na área do clima dos Estados-Membros. Os alertas do SARCOF têm por objectivo orientar a planificação estratégica para os sectores sensíveis ao clima e reforçar a preparação e resposta dos perigos iminentes. Adicionalmente, o CSC emitiu as declarações do SARCOF, alertas de fenómenos climáticos extremos e de secas para os Estados-Membros.

Ao alcançar a integração efectiva do aviso prévio regional, o projecto SARCIS-DR também capacitou o CSC da SADC para usar o seu Cluster HPC para Geração e divulgação de serviços de informação sobre fenómenos meteorológicos e climáticos extremos para a redução do risco de calamidades. Neste contexto, o CSC da SADC gerou e carregou diária, semanal e mensalmente informação meteorológica e climática no seu sítio da Web (<http://csc.sadc.int/>) para utilização pelas diferentes partes interessadas na Região.

3.3 COOPERAÇÃO NAS ÁREAS DE PAZ E SEGURANÇA

3.3.1 PREVENÇÃO, GESTÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

A situação de segurança na República Democrática do Congo (RDC) continuou a ser caracterizada pela escalada da violência, os ataques dos rebeldes, o ressurgimento do surto de Ébola e a deterioração da situação na zona oriental do país, particularmente nas províncias de Ituri e Kivu do Norte. A região permaneceu a par dos desenvolvimentos no país através do Gabinete de Ligação da SADC e nos esforços em curso das Tropas para a Intervenção das Forças (FIB) sob o mandato de MONUSCO. Apesar de várias tentativas de intervenção, a Organização das Nações Unidas (ONU) decidiu unilateralmente substituir um batalhão das FIB por um batalhão misto para incluir países não pertencentes à SADC, uma situação que pode minar a eficácia operacional e a unidade de comando e controlo das FIB. Além disso, registamos com preocupação os atrasos recorrentes na implementação das capacidades de inteligência/informação, tais como, a Unidade de Geo-Localização e Análise de Ameaças (GTAU) e a Unidade de Inteligência Tática (TIU) para melhorar as capacidades de combate dos batalhões de FIB.

No Reino do Lesotho, a situação política e de segurança permaneceu frágil e imprevisível, uma vez que o país continuou a ter pela frente as lutas internas no partido no governo All Basotho Convention (ABC), o que levou à queda do governo de coligação. O Primeiro-Ministro Dr. Motsoahae Thomas Thabane foi substituído pelo ex-Ministro das Finanças, Dr. Moeketsi Majoro, que tomou posse como novo Primeiro-Ministro em 20 de Maio de 2020, liderando um Governo de coligação do qual o ABC e o Congresso Democrata (DC) são os principais parceiros. Não obstante as questões políticas, o Governo do Lesotho e outros intervenientes nacionais conduziram o Fórum dos Líderes Nacionais e 2.^a Sessão Plenária do Diálogo Nacional Multilateral que estabeleceu a Autoridade Nacional de Reformas (NRA) para liderar as reformas nacionais abrangentes

pendentes. O Facilitador da SADC permanece envolvido no processo de assistência ao país para implementar o processo de reformas.

Nos esforços para trazer paz e segurança duradouras à República de Moçambique, foi assinado um acordo histórico sobre paz e reconciliação entre o Governo de Moçambique e a RENAMO, em Agosto de 2019. O Acordo foi seguido por eleições gerais que se realizaram em ambiente pacífico na Província de Cabo Delgado da República de Moçambique. Estes ganhos foram afectados por incidentes de terrorismo e por ataques armados na Província de Cabo Delgado da República de Moçambique. Dada a intensificação de ataques armados particularmente contra a população civil e a destruição das infra-estruturas, a SADC está a trabalhar com o Governo de Moçambique para neutralizarem a insurgência na província e para a prevenção da propagação das suas actividades na Região.

Como parte da prioridade estratégica regional para prevenir, conter e resolver os conflitos entre os estados e no seio dos estados por meios pacíficos, o Secretariado reforçou a capacidade das Infra-estruturas Nacionais para a Paz dos Estados-Membros (I4P) com o objectivo de reforçar o desdobramento da SADC para a mediação e resolução de conflitos. Nesse sentido, foi criada uma base de dados de profissionais de mediação para facilitar o acesso ao conjunto de mediadores qualificados.

3.3.2 REFORÇO DA DEFESA E SEGURANÇA COLECTIVAS DA REGIÃO

Numa tentativa de aumentar e reforçar a segurança pública e a segurança na região, foram adoptados os seguintes instrumentos-chave: o Quadro de Políticas de Gestão de Refugiados e Requerentes de Asilo, que promove a boa gestão de Refugiados e Requerentes de Asilo; o Protocolo sobre Transferência Interestatal de Prisioneiros Estrangeiros, que orienta a cooperação entre os Estados Membros na transferência de Prisioneiros e uma Prisão/Correcção/Serviços Penitenciários; e as Directrizes de Formação Básica para Correcções/Prisões, a fim de harmonizar a formação para os novos participantes e equipá-los com os conhecimentos, competências e capacidades necessárias.

A SADC continuou a trabalhar no sentido de reforçar a capacidade dos Estados Membros para combater e erradicar a proliferação, circulação e tráfico ilícitos de armas ligeiras e de pequeno calibre na região. O Protocolo da SADC sobre o Controlo de Armas de Fogo, Munições e outros materiais relacionados foi revisto para o alinhar com as convenções internacionais e incorporar as melhores práticas e padrões contemporâneos para a prevenção e combate à proliferação ilícita, circulação e tráfico de armas de fogo, munições e materiais relacionados.

3.3.3 INSTITUIÇÕES E PRÁTICAS DEMOCRÁTICAS NA REGIÃO

De acordo com as constituições nacionais dos Estados Membros e os Princípios e Directrizes que regem as Eleições Democráticas, sete (7) Estados-Membros (África do

Sul, Malawi, Madagáscar, Moçambique, Botswana, Namíbia e Maurícias) realizaram eleições bem-sucedidas. O Secretariado facilitou o envio das Missões de Observação Eleitoral da SADC apoiadas pelo Conselho Consultivo Eleitoral da SADC (SEAC). O envio da SEOM envolveu também o reforço da capacidade dos observadores eleitorais, nomeadamente, na aplicação de tecnologias de comunicação da informação no processo de observação eleitoral.

O Secretariado reforçou a capacidade das Infra-estruturas Nacionais para a Paz (I4P) dos Estados Membros para fortalecer a capacidade de desdobramento da SADC para a mediação e gestão de conflitos. Nesse sentido, foi criada uma base de dados de profissionais de mediação para facilitar o acesso ao conjunto de mediadores qualificados.

3.4 PROGRAMAS ESPECIAIS DE DIMENSÃO REGIONAL

3.4.1 AGRICULTURA, SEGURANÇA ALIMENTAR E RECURSOS NATURAIS

Política Agrícola Regional

O Relatório Bienal da Região da SADC sobre o cumprimento dos Compromissos/Metas da Declaração de Malabo foi elaborado com base em subsídios dos Estados-Membros. Posteriormente, a Comissão da União Africana lançou o Segundo Relatório de Avaliação Bienal (2019) do cumprimento dos Compromissos de Malabo, em Fevereiro de 2020, aquando da Cimeira da Comissão da União Africana realizada em Adis Abeba, Etiópia. O relatório indica que a pontuação média da Região da SADC é de 4,27 face a pontuação de referência de 6,66 para 2019, com base em dados submetidos por doze Estados-Membros da SADC (Angola, Botswana, Reino de Eswatini, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Zâmbia e Zimbábwe). A análise indica que a Região não está a registar o progresso desejado para o alcance das metas no quadro do CAADP/Compromissos de Malabo. A nível individual dos Estados-Membros, a avaliação também mostra que nenhum país da SADC está a registar o progresso desejado, representado um declínio de 66,7% em relação ao número de países que estavam no bom caminho na Avaliação Bienal inaugural de 2017.

Situação da Segurança Alimentar na Região

A precipitação durante a época chuvosa 2019/2020 foi errática na maior parte das zonas da região. Durante a primeira metade da campanha, de Outubro a Dezembro de 2019, foi recebida precipitação consideravelmente abaixo da média nas partes central e austral da região, resultando em início tardio, redução de área cultivada, deficiente germinação e estabelecimento de culturas. Em algumas partes da zona central, a precipitação de Outubro a Dezembro foi a mais baixa registada desde 1981 (há 38 anos). Na segunda metade da época, de Janeiro a Março de 2020, houve boa precipitação pluviométrica na maior parte da Região, incluindo em partes de Angola, República Democrática Congo,

Madagáscar, Malawi, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia, resultando em chuvas excessivas e cheias em várias áreas.

A deficiente distribuição pluviométrica sazonal afectou negativamente as perspectivas de colheitas em muitas partes austrais da região enquanto as chuvas excessivas causaram cheias que resultaram em perda de vidas, deslocação de populações, destruição de infra-estruturas e de culturas nas partes nordeste da região. A precipitação, no geral alta, na segunda metade da época, foi benéfica para as culturas, embora um episódio de seca, de quatro semanas, registado a partir de finais de Fevereiro, nas partes central e oriental da região, tenha marcado o fim prematuro da época chuvosa. O fim prematuro das chuvas causou o emurhecer de grande parte das culturas plantadas tarde, frustrando as perspectivas de boas colheitas que haviam sido agouradas com a precipitação favorável de Janeiro e Fevereiro.

Devido às condições de seca registadas em algumas partes da Região, a disponibilidade de pastagem e água foi afectada negativamente, resultando na introdução de subsídios para ração animal e medicamentos veterinários por alguns Estados-Membros, incluindo o Botswana, o Reino de Eswatini, o Lesoto e a Namíbia. O Botswana também permitiu a exportação temporária de gado vivo, tendo sido exportadas 26 848 cabeças para a Namíbia e a África do Sul.

Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional

Foi produzido o Balanço Alimentar Anual em colaboração estreita com os Estados-Membros, usando os Protocolos sobre Classificação Integrada por Fases (ICP). Foi produzido o documento orientador sobre informação nutricional com estudos de casos específicos aos países para assegurar a capacitação dos Estados-Membros no domínio de sistemas de produção e monitorização de culturas bem como para alinhar e padronizar metodologias de avaliação de segurança alimentar e nutricional para as Unidades Nacionais de Aviso Prévio.

O Secretariado apoiou a integração de Directrizes sobre Nutrição e VIH-SIDA e Meio Urbano em Avaliações de Vulnerabilidade. O objectivo é assegurar que os Sistemas Regionais de Alerta Prévio e de Avaliação de Vulnerabilidade sejam enquadrados de forma eficiente nos ordenamentos jurídicos de todos os Estados-Membros. Um Sistema Nacional de Alerta Prévio completo e operacional envolve sistemas de Agrometria, Economia Agrícola, e Estatística Agrícola. No final de Março de 2020, oito Estados-Membros tinham em funcionamento os Sistemas Nacionais de Alerta Prévio (Botswana, República Democrática do Congo, Malawi, Moçambique, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabue). Os restantes oito Estados-Membros ou não possuem Sistemas em funcionamento ou então um dos três aspectos não está plenamente operacional. Os Estados-Membros sem Unidades Nacionais de Aviso Prévio foram contactados para avaliar as necessidades para o desenvolvimento de um Sistema de Aviso Prévio.

Fornecimento de Insumos Agrícolas

O Plano de Sustentabilidade do Centro de Sementes da SADC e as Directrizes para a Certificação e a Garantia de Qualidade das Sementes foram elaborados e aprovados pelos Ministros responsáveis por Agricultura e Segurança Alimentar em Windhoek, Namíbia, em Junho de 2019. O objectivo era aumentar a produção, produtividade e competitividade agrícola na região. O mesmo insere-se no quadro da implementação do Sistema Harmonizado de Regulação de Sementes (HSRS) pelos Estados-Membros, para garantir a acessibilidade de sementes de boa qualidade em toda a região.

O Secretariado da SADC, em colaboração com o Projecto de Comercialização de Sementes da USAID e o Governo da Zâmbia introduziu em regime piloto a produção de sementes com as variedades de milho registadas da SADC em Lusaka, Zâmbia, aplicando os princípios enunciados no HSRS. A produção em regime piloto resultou em duzentas toneladas métricas de sementes de milho híbrido que foram encomendadas e exportadas para a República Democrática do Congo ostentando o Rótulo da SADC. Da iniciativa piloto também foram tiradas lições valiosas uma vez que facilitou a testagem das Directrizes para a Certificação e a Garantia de Qualidade de Sementes. As Directrizes foram usadas para realizar inspecções no terreno com o envolvimento de representantes das Autoridades Nacionais de Sementes da República Democrática do Congo, do Malawi, de Moçambique, da Zâmbia e do Zimbabwe e as lições aprendidas foram partilhadas com todos os Estados-Membros. As directrizes foram consideradas úteis na facilitação de inspecções de campo harmonizadas para garantir uma abordagem uniforme por todos os Estados-Membros.

A Estratégia Regional sobre a Conservação e o Aproveitamento de Recursos Genéticos Animais (AnGR) foi elaborada e validada pelos Estados-Membros para garantir a melhoria da produção agrícola e da manutenção da diversidade de espécies para a presente geração e as futuras. A Estratégia visa:

- (i) abordar os factores principais que ameaçam os recursos genéticos animais e as dinâmicas das ameaças; e como mitigá-los;
- (ii) harmonizar as estratégias regionais de conservação e aproveitamento de recursos genéticos animais;
- (iii) iniciar a implementação de mecanismos de colaboração incluindo projectos de pesquisa conjuntos e actividades transfronteiriças;
- (iv) aumentar a capacidade institucional em matéria de conservação e aproveitamento sustentáveis de recursos genéticos animais na região da SADC;
- (v) rever e aprimorar as políticas e os mecanismos institucionais existentes para garantir o aproveitamento e a conservação sustentáveis de recursos genéticos animais na região da SADC;

- (vi) reforçar a mobilização de recursos em prol de actividades no domínio de recursos genéticos animais; e
- (vii) conceber um quadro de monitorização e avaliação das estratégias de conservação e aproveitamento de recursos genéticos animais na região da SADC.

Vigilância e Controlo de Doenças e Pragas Vegetais e Animais Transfronteiriças

A Estratégia Regional sobre Fitossanidade e as Directrizes de Gestão de Pesticidas e Redução de Riscos foram aprovadas pelos Ministros responsáveis por Agricultura e Segurança Alimentar em Junho de 2019. As Directrizes contribuirão para a implementação da Gestão Integrada de Pragas e minimizar o uso de pesticidas altamente perigosos. As directrizes visam ainda o estabelecimento de um regime harmonizado de registo de pesticidas que inclua procedimentos, normas de avaliação, reconhecimento mútuo e equivalência na região, para salvaguardar tanto a saúde animal como a humana e o meio ambiente; e estabelecer sistemas harmonizados de classificação de pesticidas de acordo com o Sistema Harmonizado Mundial de Classificação e Rotulagem de Químicos.

O Quadro de Resistência Antimicrobiana (RAM) e a Estratégia sobre Raiva Humana Transmitida por Caninos foram elaborados e validados pelos Estados-Membros no âmbito da formulação e implementação de Estratégias de vigilância e controlo de pragas e doenças animais transfronteiriças pelos Estados-Membros. O objectivo é apoiar os Estados-Membros na abordagem de RAM e erradicação da ocorrência de mortes devido a raiva humana e outros desafios conexos.

Foi feito progresso paulatino no desenvolvimento de capacidades dos Estados-Membros para a gestão de seis pragas e doenças de culturas ao abrigo do projecto no quadro do 11.º FED, nomeadamente Lagarta Invasora, Tuta Absoluta, Doença causada pelo vírus da roseta da bananeira, Doença do escloroto TR4 (*Fusarium oxysporum*), Necrose Letal do Milho e Doença da mosca da fruta (*Bartroceras* spp). Um total de 74 técnicos fitossanitários foram capacitados em identificação, compreensão da biologia, avaliação do impacto e estratégias de gestão/controlo dessas pragas. O objectivo é aumentar a segurança alimentar e o acesso ao mercado na região. Foi ainda elaborado um quadro para estratégias regionais específicas de gestão de pragas para as seis pragas para orientar a formulação de estratégias regionais de gestão para enquadramento nos ordenamentos jurídicos a nível dos países.

Gestão Conjunta de Recursos Naturais Transfronteiriços (Pescas, Recursos Florestais, Vida Selvagem e Áreas de Conservação Transfronteiriças)

O Secretariado facilitou a formulação e aprovação pelos Estados-Membros da Posição Regional Comum para a COP 18 da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies de Flora e Fauna Bravia Ameaçadas de Extinção (CITES). A posição comum

da SADC foi usada para orientar os Estados-Membros nos debates da reunião das partes realizada de 17 a 28 de Agosto de 2019 em Genebra, Suíça, e garantiu que falassem numa só voz. Quinze Estados-Membros da SADC participaram na COP 18 da CITES.

Foi prestado apoio aos Estados-Membros na implementação do Projecto da SADC sobre a conservação e a gestão sustentável dos recursos florestais que consistiu em acções de reforço de capacidades em matéria de Sistema de Informação Florestal, Gestão de Fogos Florestais e Gestão Participativa de Florestas; e na formulação das respectivas Directrizes Regionais. Ademais, no âmbito da implementação do Programa de Áreas de Conservação Transfronteiriças (ACTF), foram formuladas Directrizes sobre o envolvimento comunitário em ACTF da SADC e sobre o estabelecimento de produtos turísticos transfronteiriços, que foram validadas pelos Estados-Membros através das estruturas estatutárias da SADC.

O Secretariado também contactou todos os Estados-Membros a respeito do processo de ratificação da Carta do Centro Regional de Coordenação de Monitoria, Controlo e Fiscalização da Pesca da SADC (MCSCC), tendo efectuado visitas a vários Estados-Membros. Como resultado, Angola ratificou a Carta, tornando-se no 8.º Estado-Membro a fazê-lo, juntando-se ao Reino de Eswatini, Lesoto, Moçambique, Namíbia, África do Sul, República Unida da Tanzânia e Zâmbia, e reforçando as condições para a entrada em vigor da Carta. Para além disso, foi criada a Unidade Interina de Gestão do Projecto (IPMU) para operacionalizar o Centro Regional de Coordenação de Monitoria, Controlo e Fiscalização da Pesca da SADC (MCSCC), consistindo em dois funcionários. A Unidade reviu o Plano de Acção Regional para Prevenir, Impedir e Eliminar a Pesca Ilegal, Não Declarada e Não Regulamentada (IUU); e estabeleceu a primeira fase da plataforma Basecamp para a partilha de informação entre Estados-Membros. A plataforma Basecamp é usada para facilitar a cooperação entre os Estados-Membros através da troca e partilha de informação para o combate à pesca IUU.

Como parte da implementação da Estratégia Regional de Aquacultura da SADC, 12 Estados-Membros (Angola, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul, URT, Zâmbia e Zimbabwe) implementaram programas nacionais de aquacultura, em conformidade com a estratégia regional. O mesmo resultou no aumento da produção aquícola de 92 773 toneladas, reportadas em 2019, para 100 950 toneladas, reportadas em 2020. Foram elaboradas e aprovadas as "Directrizes para a Gestão da Aquacultura na Região da SADC" em prol de práticas de aquacultura sustentáveis e ambiental e socialmente aceitáveis na região. Também foram realizados programas de reforço de capacidades para apoiar as cadeias de valor de aquacultura através de Cursos de Formação Regionais da Aquatrans (transformação da aquacultura na região da SADC).

Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Foi finalizada a Iniciativa da Grande Muralha Verde da SADC e aprovada pelos Ministros do pelouro em Outubro de 2019 para assegurar o desenvolvimento e a gestão sustentáveis do meio ambiente. O Secretariado também prestou apoio na formulação da Posição Regional Comum para a COP 25 da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (CQNUAC/UNFCCC), no âmbito da coordenação e facilitação da implementação de Acordos Ambientais Multilaterais. A posição foi usada durante a COP 25 para a agilização da assinatura e ratificação do Protocolo sobre o Meio Ambiente, processo avançado através da elaboração e disseminação de documentos de advocacia sobre políticas.

Conservação de Recursos Fitogenéticos

Foi elaborado o Documento de Estratégia Integrada sobre Espécies Silvestres Aparentadas (CWR), no final do exercício de 2019/20, foi iniciada a compilação da lista de CWR no Malawi, nas Maurícias, na África do Sul e na Zâmbia. Para além disso, foram criados 36 Bancos Comunitários de Sementes para apoiar na colecta de material genético em sete (7) Estados-Membros, nomeadamente: Reino de Eswatini (1), Madagáscar (9), Malawi (7), Tanzânia (2), África do Sul (3), Zâmbia (2), e Zimbabwe (12); e foram estabelecidos novos Bancos de Genes Nacionais nas Comores e nas Seychelles. Foi produzido material informativo e disseminado para reforçar e promover os esforços de conservação de recursos fitogenéticos na região. O mesmo compreendeu 1000 cópias do Relatório Anual do SPGRC; 1500 brochuras informativas sobre a conservação de recursos fitogenéticos, 50 cópias dos Procedimentos Operacionais Padrão (SOP) para Bancos de Genes; e duas cópias de vídeos promocionais sobre as operações do SPGRC e o funcionamento do Sistema de Documentação e Informação do SPGRC (SDIS)

3.4.2 DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO

A componente de Desenvolvimento Social e Humano visa assegurar a disponibilidade de recursos humanos qualificados, competentes, saudáveis e produtivos que permanecem um elemento fundamental para a promoção de investimento, a eficiência, a eficácia e a competitividade da região na economia mundial bem como para a melhoria da qualidade de vida da população da região.

Educação e Desenvolvimento de Aptidões

O Quadro de Qualificações da SADC (SADC QF) foi estabelecido conjuntamente com as directrizes de garantia de qualidade, tendo constituído um marco significativo para a região. O SADC QF servirá para aumentar a mobilidade de competências, incluindo as de investigadores e estudantes em toda a região. Até o presente, a África do Sul e as Seychelles alinharam os seus quadros de qualificações nacionais enquanto vários outros Estados-Membros alcançaram um estágio avançado no processo de alinhamento,

incluindo as Maurícias que submeteram o seu Relatório de Alinhamento para Adjudicação durante o exercício de 2019/20. Os Estados-Membros da SADC continuaram a prestar apoio ao Secretariado numa base rotativa para aumentar a capacidade do Secretariado na implementação das actividades no âmbito do SADC QF.

O Secretariado da SADC, em colaboração com o Escritório Regional da UNESCO para a África Austral (ROSA) e a Comissão Nacional da UNESCO da Zâmbia, apoiou e facilitou a aprendizagem e a partilha de experiências entre pares sobre práticas e políticas de Desenvolvimento Profissional Contínuo (DPC), entre Estados-Membros, para a harmonização de políticas e práticas relativas a professores. Foi efectuada uma revisão bibliográfica da situação do Desenvolvimento Profissional Contínuo (DPC) de professores em nove Estados-Membros (Botswana, Reino de Eswatini, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Zâmbia e Zimbabwe) para definir várias abordagens ao DPC de professores e para a partilha de lições e experiências na matéria. A revisão bibliográfica revelou o seguinte:

- (i) Vários países não têm um Quadro claro de DPC enquanto outros estão a trabalhar com vista ao desenvolvimento dos respectivos Quadros de DPC. Em alguns casos, os Estados-Membros que têm Quadros de DPC também têm o conselho ou organismo profissional para supervisionar o desenvolvimento profissional contínuo de professores, incluindo, em alguns casos, o registo e o licenciamento de professores profissionais.
- (ii) Existência de abordagens variadas de coordenação e de gestão do DPC ou do Ensino e Formação no Local de Trabalho (INSET). Os Estados-Membros aplicam ambas coordenação e gestão centralizada e descentralizada pelos Ministérios responsáveis pela Educação.
- (iii) As abordagens descentralizadas têm um maior impacto e abordam melhor as necessidades dos professores uma vez que tendem a ser impulsionadas pela demanda. A Zâmbia usa os sistemas descentralizados enquanto países como a África do Sul e a Namíbia têm unidades semiautónomas para a coordenação e gestão.
- (iv) O financiamento do DPC e do INSET também parece ser muito fraco em quase todos os Estados-Membros. O mesmo requererá que os Estados-Membros afectem orçamentos dedicados para melhorar a oferta de ensino de qualidade.
- (v) Há um fraco enfoque no DPC e no INSET no sector de Ensino e Formação Técnico-Profissional (EFTP), um sector que permanece crítico para assegurar a geração de competências para impulsionar a industrialização.

O Escritório Regional da UNESCO para a África Austral (ROSA), em colaboração com o Secretariado, encomendou uma revisão bibliográfica sobre a inclusão da História da

África Austral nos Currículos Escolares em todos os Estados-Membros da SADC. O objectivo é determinar o nível de integração e ensino de questões e valores de cidadania global em escolas primárias e secundárias; e determinar se, e em que contextos curriculares, a História da Libertação da África Austral (SALH) é integrada. A revisão proporcionará a base para a promoção da Educação para a Cidadania Global (GCED) nos Estados-Membros da SADC e para dar subsídios para o Grupo de Trabalho Regional da SADC sobre a inclusão de SALH nos currículos. O Grupo de Trabalho Regional para liderar este processo será estabelecido em 2020.

Foi implementada a segunda fase do Programa de Cuidados e Apoio no sector da Educação ao abrigo do *Vida Futura Agora* e os Estados-Membros continuaram a demonstrar o seu compromisso para com o programa. Continuou a ser feita advocacia para garantir a inclusão de cuidados e apoio no meio educacional nos Estados-Membros para alavancar a importância de serviços de cuidados e apoio para o aproveitamento e os resultados gerais do ensino. Nove Estados-Membros (Reino de Eswatini; Madagáscar; Malawi; Maurícias; Moçambique; Namíbia; África do Sul; Zâmbia; Zimbabwe) conseguiram a inclusão de cuidados e apoio até finais de Março de 2020, como resultado da advocacia contínua. Foram elaborados com sucesso documentos estratégicos ao abrigo do Programa para orientar os Estados-Membros na implementação de programas nacionais relativos a prestação de Cuidados e Apoio no sector da Educação. Os mesmos incluem o seguinte:

- (i) o Manual Operacional Genérico de Nível Escolar sobre Prestação de Cuidados e Apoio no Ensino e Aprendizagem (CSTL);
- (ii) um quadro para orientar os Estados-Membros no desenvolvimento de programação focada nos rapazes;
- (iii) foi efectuada uma revisão bibliográfica de quadros de políticas e reguladores relativos a VIH e Saúde Sexual e Reprodutiva e Direitos Conexos (SRHR) existentes nos Estados-Membros da SADC;
- (iv) um documento de advocacia sobre a intervenção do educando;
- (v) um vídeo de advocacia sobre diálogos juvenis sobre as alterações climáticas (YCD);
- (vi) o Quadro da SADC de Participação da Criança e do Jovem.

Emprego e Trabalho

O Plano de Acção da SADC sobre a Migração da Força de Trabalho (2020-2025) foi adoptado no âmbito dos esforços de promoção de transferência de competências, bem como de alinhamento da oferta e da demanda de trabalho em prol do desenvolvimento e da integração regional. O Plano está em linha com o Artigo 19.º do Protocolo da SADC sobre Emprego e Trabalho que visa proteger e salvaguardar os direitos e o bem-estar de trabalhadores migrantes para os proporcionar melhores oportunidades para contribuírem

para os países de origem e de destino. Portanto, o Plano é parte integrante das medidas destinadas à eliminação progressiva de obstáculos à livre circulação de capitais e força de trabalho, mercadorias e serviços e, em geral, à livre circulação de pessoas da Região, em linha com o Artigo 5.º do Tratado da SADC.

Foram adoptadas as Directrizes da SADC sobre a Portabilidade de Benefícios de Segurança Social para garantir que trabalhadores que se deslocam dentro da região da SADC mantenham os direitos e benefícios de segurança social adquiridos ao abrigo da jurisdição de diferentes Estados-Membros, incluindo benefícios de pensão e benefícios em caso de acidente ou doença ocupacional. As Directrizes também visam facilitar a assistência administrativa mútua entre autoridades de segurança social em dois ou mais países. Na sequência da adopção das Directrizes em Março de 2020, cinco Estados-Membros (Eswatini, Lesoto, Malawi, África do Sul e Zimbabue) comprometeram-se a proceder à sua implementação em regime piloto através de regimes bilaterais.

O Secretariado da SADC e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) realizaram um estudo conjunto dos mercados de trabalho para jovens na região no âmbito da implementação do Quadro de Política da SADC para a Promoção de Emprego para os Jovens, de 2016. O estudo revelou que a Região da SADC tem uma força de trabalho que é muito jovem em comparação com o mercado internacional e que continuará a sê-lo nas décadas vindouras. Para além disso, o estudo mostrou que a taxa média de desemprego juvenil (15-24 anos) em 2017 era de aproximadamente 12%, mais alta do que a média de 7% para as pessoas mais velhas, revelando, assim, que os jovens são mais susceptíveis de estarem sem emprego em relação às suas contrapartes mais velhas, em grande medida devido a falta de experiência profissional.

Apesar das taxas de desemprego gerais relativamente baixas de alguns Estados-Membros, há uma elevada prevalência de informalidade do emprego na SADC, que é tipicamente associada a falta de protecção jurídica e social assim como a baixos salários quando comparado ao emprego formal. Uma análise da pobreza no trabalho revelou uma grande proporção de trabalhadores em situação de pobreza na região da SADC com mais de 50% de todos os jovens que trabalham e cerca de 45% de trabalhadores mais velhos considerados extremamente pobres com base no limiar internacional de pobreza de 1,90 USD (PPP). A estas preocupações acrescenta-se a alta proporção de jovens que não trabalham, não estudam e não seguem uma formação (NEET) que é superior a 25 % em vários países da SADC e muito mais elevada para os jovens do sexo feminino. Os jovens NEET representam uma categoria especial de jovens cujo potencial de integração nos mercados de trabalho é particularmente baixo, uma vez que simultaneamente não estão a ganhar nenhuma experiência nem novas competências.

Embora os Estados-Membros estejam a implementar uma série de iniciativas para os jovens, estas nem sempre são em escala significativa para absorver a maioria dos jovens desempregados. Em conjugação com as iniciativas focadas nos jovens, os Estados-

Membros também deviam fortalecer a integração de políticas pró-emprego em políticas de desenvolvimento e crescimento sectorial, com grande ênfase em intervenções do lado da procura. Deverão ser alcançadas taxas de crescimento económico sustentado e alto para criar demanda para a oferta abundante de trabalho no seio dos jovens. Na sequência da análise dos mercados de trabalho para jovens da SADC, o Secretariado da SADC está a facilitar o desenvolvimento de intervenções para promover a participação activa e produtiva dos jovens nos processos de desenvolvimento social, económico e político na região. O Secretariado também está a trabalhar com a OIT em prol de um projecto de emprego para os jovens para aumentar a proporção de jovens homens e mulheres com trabalho decente em toda a região da SADC.

Saúde e Produtos Farmacêuticos

Foi elaborado o Quadro para a Erradicação da Malária para proporcionar uma plataforma para a harmonização de políticas, directrizes e protocolos para o controlo e a erradicação da malária na região da SADC. O quadro também se destina à mobilização dos recursos, parcerias e colaborações necessários para apoiar os Estados-Membros para o controlo e, por fim, a erradicação da malária dentro das suas fronteiras nacionais. Foram mobilizados recursos substanciais para apoiar na implementação pelos Estados-Membros de programas de controlo da malária através de parcerias com o Fundo Global (GF), o Fazer Recuar a Malária (RBM), a Aliança de Líderes Africanos contra a Malária (ALMA) e a Iniciativa E8. O apoio permitiu que os Estados-Membros registassem progresso significativo no controlo da malária e imprimissem o ritmo adequado para a sua eliminação até o ano 2030.

Os Estados-Membros da SADC reafirmaram o seu engajamento para com a erradicação da malária na região, em harmonia com o Protocolo da SADC sobre Saúde e o Quadro da SADC de combate à Malária. Os Estados-Membros comprometeram-se ainda a afectar fundos internos adicionais para a erradicação da malária para garantir o financiamento adequado dos programas de combate à malária e o alcance das metas nacionais. A partir de 2018, o financiamento interno de programas de combate à malária nos Estados-Membros aumentou em média na ordem de 8% na região da SADC. Embora o esforço dos Estados-Membros seja de louvar, é necessário investimento adicional em programas de combate à malária para compensar o decréscimo crescente do apoio internacional.

O Relatório da SADC sobre a Tuberculose (TB) de 2019/20 que faz o balanço da doença e do progresso no controlo da TB na região foi aprovado e adoptado pelos Ministros da Saúde e os Ministros responsáveis pelo Combate ao VIH e SIDA da SADC durante a sua reunião anual. O relatório baseia-se na Estratégia para ACABAR COM A TUBERCULOSE que prioriza 10 indicadores essenciais para o acompanhamento do desempenho dos programas de combate à tuberculose na região. O relatório revela um declínio das taxas de incidência da TB desde 2015 na maioria dos países; estagnação da incidência em alguns (20%) países; e declínio significativo da mortalidade devido a

TB. Quase todos os Estados-Membros, alcançaram a meta de redução em 15% da taxa de mortalidade causada pela TB entre 2015 e 2019. Seis Estados-membros (Angola, Botswana, Maurícias, Namíbia, Seychelles e África do Sul) atingiram o estatuto de país de renda média e poderão não continuar a qualificar-se para financiamento de fontes externas, havendo, assim, necessidade de os Estados-Membros mobilizarem recursos internos para a satisfação dos requisitos nacionais relativos a TB assim como para aumentar e manter os resultados.

Nutrição

A elaboração de normas mínimas regionais para a fortificação alimentar foi iniciada em 2019 no âmbito da implementação de programas para o suprimento de deficiências de micronutrientes. Essas normas orientarão os Estados-Membros para subsidiar a formulação de regulamentos nacionais sobre fortificação alimentar. Actualmente há seis (6) Estados-Membros (Malawi, Moçambique, África do Sul, República Unida da Tanzânia Lesoto e Zimbabwe) na região com normas e regulamentos mandatórios de fortificação alimentar para farinhas de cereais. Portanto, a adopção de fortificação alimentar pelos Estados-Membros irá acelerar os esforços regionais para a abordagem de deficiências de micronutrientes

Foi elaborado o Quadro de M&A da SADC para orientar a monitorização e a aplicação dos regulamentos de fortificação alimentar nos Estados-Membros, com apoio da Aliança Global para a Melhoria da Situação Nutricional (GAIN) e o UNICEF-ESARO. O Quadro orienta sobre abordagens harmonizadas e sistemáticas para a monitorização e aplicação dos regulamentos de fortificação alimentar. A orientação proporciona (i) orientação técnica para os Estados-Membros para a monitorização e aplicação de regulamentos de fortificação alimentar; (ii) orientação para o acompanhamento de esforços regionais de monitorização interna e externa; e (iii) indicadores para avaliação dos resultados, do impacto e do progresso para o alcance dos objectivos nacionais de nutrição para o qual a fortificação alimentar contribui.

Foi elaborado o quadro de acção regional para a melhoria da qualidade da dieta das crianças pequenas com vista a impulsionar acções nacionais multissectoriais dos sectores de saúde, alimentação, protecção social e água, saneamento e higiene (WASH), para a implementação de acções de elevado impacto, específicas e sensíveis à nutrição, que melhorem a dieta de crianças pequenas. Em 2020, o Secretariado da SADC, em colaboração com parceiros, irá facilitar a implementação das acções identificadas em matéria de nutrição e monitorizar o progresso. Os parceiros que estão a apoiar os Estados-Membros incluem os seguintes: UNICEF, PMA, FAO, OMS e GAIN.

Foi elaborado o quadro conceptual para a promoção da inovação, do empreendedorismo, da liderança e da participação dos jovens que foi aprovado pelo Conselho de Ministros em Agosto de 2019. O quadro conceptual apela a um melhor alinhamento, harmonização e implementação de políticas sobre os jovens. Embora

reconhecendo que todos os Estados-Membros da SADC dispõem de estruturas e instituições para a coordenação de assuntos relativos aos jovens, o quadro conceptual advoga pelo fortalecimento desses mecanismos, em particular na abordagem de questões de inovação e empreendedorismo juvenil. Com base no quadro conceptual aprovado, o Secretariado está a coordenar o desenvolvimento de um Programa Juvenil da SADC para proporcionar aos Estados-Membros intervenções claras para a concretização do dividendo demográfico

3.4.3 PROGRAMAS TRANSVERSAIS

Combate à Pandemia do VIH e SIDA

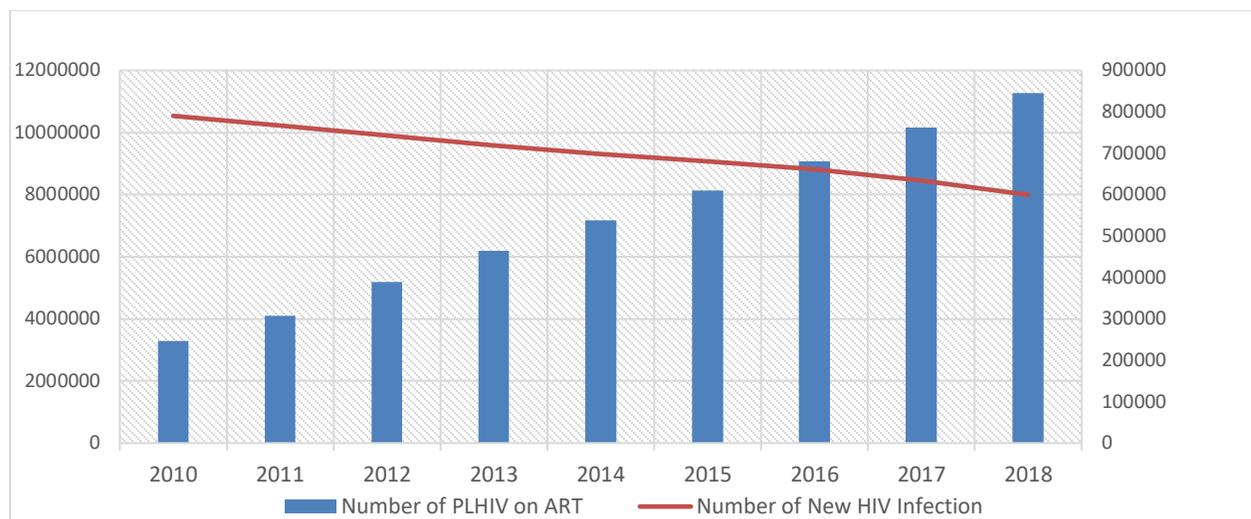
O Roteiro da SADC para Respostas Sustentadas para o Sector da Saúde e o Combate ao VIH/SIDA foi elaborado e aprovado em Junho de 2019, em Windhoek, Namíbia, para identificar as principais acções e assegurar o progresso continuado rumo ao alcance dos objectivos estratégicos para pôr cobro ao SIDA e nos esforços com vista ao alcance da Cobertura Universal de Saúde (UHC). O Secretariado também apoiou e coordenou os esforços dos Estados-Membros na implementação do Roteiro, reporte do progresso alcançado e partilha de experiências. O quadro também facilitará a aceleração do alcance da Metas da Declaração de Abuja em que os Estados-Membros se comprometeram a afectar 15% dos respectivos orçamentos nacionais ao sector da saúde para os quatro pilares que são: Resposta nacional multisectorial – Compromisso político firme; Investimento para gerar impacto e maior eficiência; Melhoria e aceleração da prestação de serviços integrados “centrados nas pessoas” que alcancem os deixados para trás (VIH e UHC); e Financiamento multisectorial sustentado para impacto a longo prazo.

Os programas de prevenção do VIH estão a produzir resultados positivos uma vez que a região continuou a registar uma tendência decrescente sustentada do número de novas infecções por VIH entre 2010 e 2018. Também foi notado que, embora o número de pessoas que vivem com VIH em Terapia Anti-retroviral (TAR) continue a aumentar constantemente; quatro Estados-Membros (Botswana, Reino de Eswatini, Namíbia e África do Sul) reportaram que tiveram 5% menos de bebés nascidos de mães seropositivas infectados por VIH. Tendo constatado que os esforços de prevenção do VIH estão a registar atrasos em alguns países da região, o Secretariado da SADC, em colaboração a UNAIDS, UNODC, FNUAP e PNUD procedeu a prestação de assistência técnica para apoiar os quatro países do Oceano Índico (Comores, Madagáscar, Maurícias e Seychelles). Através desse apoio, os Estados-Membros documentaram análises situacionais e roteiros para a intensificação de intervenções de prevenção e tratamento do VIH.

A região continua a avançar com vista a pôr fim à pandemia do SIDA até 2030. Há um declínio do número de novas infecções por VIH como demonstrado na Figura 12 assim

como um aumento do número de Pessoas em TAR, o que indica que os países estão a investir mais no tratamento do VIH.

Figura 12: Número de PLHIV em TAR e Novas Infecções por VIH



Igualdade de Género e Desenvolvimento

Foi realizada a Avaliação Analítica da Integração da Perspectiva de Género na Agenda de Integração Regional da SADC para facultar aos Estados-Membros informação actualizada sobre o ponto de situação do alinhamento de políticas nacionais sobre questões de género com o Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento e outros instrumentos sobre questões de género, os desafios actuais do empoderamento da mulher, as lacunas na integração da perspectiva de género e recomendações para a colmatação dessas lacunas. Os resultados da Avaliação foram partilhados com os Estados-Membros e contribuirão para os esforços com vista ao fortalecimento da capacidade de integração da perspectiva de género na região.

O Programa Regional Multidimensional de Empoderamento Económico da Mulher (RMDWEEP) da SADC foi aprovado pelos Ministros do Género e Assuntos da Mulher em Maio de 2019. O Programa visa promover a implementação dos compromissos da SADC sobre o empoderamento económico da mulher através da identificação de acções concretas aos níveis regional e nacional que irão acelerar o usufruto dos benefícios da integração regional e da industrialização no seio de ambos mulheres e homens na região. O Programa é implementado em conformidade com o Desenvolvimento da Industrialização. Para além disso, o Secretariado da SADC mobilizou recursos junto da GIZ no montante de 2 milhões de euros para apoiar a implementação de um projecto regional de 3 anos sobre *Industrialização e Empoderamento Económico da Mulher* que visa aumentar a participação de negócios detidos por mulheres bem como de mulheres empresárias no acréscimo de valor para sectores seleccionados e para cadeias de valor regionais.

Violência Baseada no Género.

A Violência Baseada no Género (VBG) continua a ser um desafio para a Região da SADC nos esforços para o alcance da igualdade de género e a promoção da paz e segurança no âmbito da agenda de integração regional. A mulher e a rapariga são desproporcionalmente afectadas pela VBG e continuam a ser quem mais sofre com esta calamidade social. O Secretariado continuou a popularizar a Estratégia e Quadro de Acção Regional da SADC de Combate à Violência Baseada no Género (2018-2030) e a promover a sua implementação nos Estados-Membros e junto de intervenientes e parceiros regionais para o combate à VBG a níveis nacional e regional. Os seguintes são os marcos principais alcançados durante o exercício de 2019/2020:

- a) ***Sensibilização do Fórum Parlamentar da SADC sobre a Estratégia de Combate à VBG:*** O Fórum Parlamentar da SADC (FP da SADC), através do Grupo da Mulher Parlamentar Regional (RWPC) foi sensibilizado sobre a Estratégia da SADC de Combate à VBG e a situação da VBG na região. Os parlamentares foram consultados sobre matérias relativas à resposta legislativa face à VBG e homologaram a proposta de formulação de uma Lei Modelo da SADC de Combate à VBG para orientar o enquadramento nos ordenamentos jurídicos nacionais de compromissos e princípios internacionais e regionais de combate à VBG. Foi iniciado o processo de formulação de uma Lei Modelo de Combate à VBG, facilitado pelo FP da SADC e com apoio do Secretariado da SADC.
- b) ***Aumento dos esforços de Prevenção da VBG na Região:*** O Secretariado colaborou com a GIZ e outros parceiros regionais para acolher uma Conferência Regional sobre a Prevenção da Violência contra a Mulher na África Austral. Foram partilhadas as principais estratégias sobre o que funciona na prevenção de VBG para reforçar os esforços de prevenção da VBG a nível nacional. A Conferência, que congregou 200 delegados, incluindo representantes de todos os Estados-Membros da SADC, proporcionou uma plataforma para a disseminação da Estratégia da SADC de Combate à VBG junto de parceiros e outros actores envolvidos na resposta regional contra a VBG. Durante a Conferência o Secretariado acolheu um evento paralelo para apresentar melhores práticas de quatro Estados-Membros (Botswana, República Democrática do Congo, Lesoto e Zimbabwe) na resposta e prevenção da VBG. As conclusões desta Conferência irão contribuir para orientar mais o diálogo regional com os Estados-Membros para o fortalecimento da resposta contra a VBG em 2020/2021.
- c) ***Mapeamento do Apoio de Parceiros Regionais para a Resposta contra a VBG:*** O Secretariado mapeou o apoio dos parceiros para a resposta contra a VBG através de uma reunião consultiva regional com parceiros envolvidos na luta contra a VBG. A Estratégia da SADC de Combate à VBG foi disseminada junto dos parceiros para promover a sua implementação coordenada e eficaz em toda

a região e o alinhamento dos esforços dos parceiros em prol da Estratégia. O exercício de mapeamento reflectiu os parceiros activos na resposta contra a VBG na região da SADC, o grau de apoio técnico e financeiro prestado por parceiros e o tipo de apoio prestado por parceiros aos Estados-Membros da SADC. O exercício de mapeamento reflectiu que todos os Estados-Membros têm parceiros que já estão a apoiar programas e projectos de combate à VBG. Os parceiros comprometeram-se a apoiar as intervenções de combate à VBG a nível nacional para alinhar com a Estratégia da SADC de Combate à VBG. Foi produzido um relatório regional a este respeito que, entre outros, destaca potenciais áreas de colaboração, tendo sido partilhado com os Estados-Membros para a identificação de parceiros para apoiarem na luta contra a VBG nos seus países. O mesmo irá orientar e contribuir para a mobilização de recursos para a resposta contra a VBG a nível nacional.

- d) **Sensibilização sobre VBG:** Foi elaborado material de informação, educação e comunicação (IEC) sobre VBG em todas as 3 línguas de trabalho da SADC, ao abrigo da campanha sob o lema “Unidos para Acabar com a VBG”, para a sensibilização sobre a VBG. Para além disso, foram produzidos cartazes e panfletos para chamar a atenção para a situação da VBG na região e a Estratégia da SADC de Combate à VBG, tendo sido partilhados com os Estados-Membros e parceiros através de diversas plataformas.

Ciência, Tecnologia e Inovação

A melhoria de competências através de uma maior aplicação da ciência, tecnologia e inovação (CTI) e sofisticação empresarial é uma área que foi identificada como crítica para apoiar a Estratégia para a Industrialização da SADC. O objectivo é reforçar a capacidade dos Estados-Membros em matéria de competências de inovação e aplicação eficiente da ciência e tecnologia para o desenvolvimento industrial. O mesmo é implementado através do Protocolo da SADC sobre Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) que foi adoptado em 2008 e entrou em vigor em 2017. Foi feito progresso considerável na adopção de políticas sobre CTI na região, como publicado no Relatório sobre Ciência da UNESCO de 2015. O número de países da SADC que adoptaram políticas sobre CTI aumentou de 11 para 14 dos 16 Estados-Membros. Em particular, Maurícias não tem uma política dedicada à Política de CTI, mas implementa programas sobre CTI. Alguns Estados-Membros estão actualmente a rever as respectivas Políticas de CTI, nomeadamente o Botswana, a Namíbia, a Tanzânia e o Malawi.

O Quadro e Directrizes para a criação de Centros de Excelência e Centros de Especialização) foram aprovados pelo Conselho em Agosto de 2018. O Quadro e as Directrizes apoiarão o estabelecimento e o investimento de Centros de Excelência regionais, e Centros de Especialização em Programas de Transferência de Inovação e Tecnologias em apoio da Industrialização. Foi encomendado um estudo regional de delimitação de âmbito e mapeamento para identificar potenciais COE e COS regionais

para apoiar o desenvolvimento da cadeia de valor e promover o desenvolvimento industrial.

O Relatório da SADC sobre o Investimento em Investigação e Desenvolvimento foi homologado pelos Ministros responsáveis pelos sectores de Educação e Formação e de Ciência, Tecnologia e Inovação em Junho de 2019. O Relatório revelou que a maioria dos Estados-Membros da SADC reportou Despesas Brutas em Investigação e Desenvolvimento (GERD) como percentagem do Produto Interno Bruto (PIB) inferiores a 1%. O financiamento estatal e privado para CTI continua a ser um desafio importante, constringendo o progresso com vista ao aumento do investimento em investigação e desenvolvimento (I&D) em vários Estados-Membros. Durante o período da pandemia da COVID-19, tornou-se evidente que o investimento em CTI é essencial para apoiar o desenvolvimento das vacinas necessárias; o rastreio de contactos e a produção de equipamento de protecção pessoal. Muitos governos a nível mundial também têm estado a depender de evidências científicas para subsidiar as respostas através de políticas públicas para lutar contra o alastramento da pandemia.

A Carta da SADC que Cria a Organização da Mulher na Ciência, Engenharia e Tecnologia foi assinada por mais dois Estados-Membros, nomeadamente a República Democrática do Congo e as Maurícias, em Junho de 2019, elevando para nove o total de Estados-Membros que assinaram a Carta. É preciso uma maioria de dois terços para a entrada em vigor da Carta.

Sector Privado

A Estratégia e Roteiro para a Industrialização da SADC, adoptada em 2015, propõe uma estratégia integrada para o desenvolvimento de PME. A este respeito, o Secretariado elaborou um Quadro Regional para o Desenvolvimento de Fornecedores com foco especial no reforço de capacidades e competências de PME para participarem na implementação da Estratégia para a Industrialização e das cadeias de valor regionais.

Foram produzidas e disseminadas várias publicações de estatísticas regionais incluindo os índices de preços ao consumidor harmonizados mensalmente; indicadores seleccionados e a base de dados de estatísticas sociais. No respeitante a reforço de capacidades em estatística, foi iniciado o desenvolvimento de um Sistema de Gestão da Informação Agrícola (AIMS) durante o ano, com o objectivo de facultar estatísticas socioeconómicas referentes ao sector agrícola na região.

A Política sobre a Formulação, Planificação, Monitorização, Avaliação de Estratégias e Apresentação de Relatórios afins (Política SPMER) foi revista e aprovada pelo Conselho de Ministros em Março de 2020. A Política Revista destaca a importância da formulação de estratégias, da sua planificação, monitorização e avaliação e da apresentação de relatórios afins, no contexto de políticas a longo prazo, com enfoque na Visão 2050 da SADC, na Agenda 2063 da União Africana e nos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS). A Política orienta ainda a formulação de novos

planos estratégicos da SADC no período pós-2020 e o aumento do impacto geral do Programa Regional da SADC.

A Estratégia a Médio Prazo Provisória (IMTS) foi formulada e aprovada pelo Conselho de Ministros em Março de 2020 para orientar a definição de prioridades para os dois exercícios (2020/21-2021/22). A Estratégia é uma medida provisória destinada a orientar a formulação de Planos Institucionais Anuais e facilitar a formulação do Plano Orientador RISDP 2020-2030 e da Visão 2050 da SADC.

4. IMPLEMENTAÇÃO DAS ACTIVIDADES DE APOIO INSTITUCIONAL

4.1 ORÇAMENTO E FINANÇAS

O Secretariado continuou a observar os princípios de boa governação; e a aplicar medidas de controlo interno para assegurar a implementação eficiente e eficaz dos Planos Institucionais. A este respeito, o Secretariado:

- (i) Foram preparadas as Demonstrações Financeiras Anuais Provisórias de 2019/20 em conformidade com o Regulamento Financeiro e as Normas Internacionais de Contabilidade do Sector Público.
- (ii) Foi facilitada a transição da presidência do Conselho de Auditoria da República Unida da Tanzânia para a Zâmbia. Para além disso, o Secretariado facilitou a reunião do Conselho de Auditoria da SADC de planificação da auditoria externa referente ao exercício de 2019/20, na qual foi formulada a Estratégia de Auditoria do Conselho de Auditoria da SADC para o exercício de 2019/20 2019/20.
- (iii) Foi facilitada a preparação do Quadro de Despesas e Receitas a Médio Prazo e do orçamento anual para 2020/21 que foram aprovados pelo Conselho em Agosto de 2019 e Março de 2020, respectivamente.
- (iv) Foram revistos e aprimorados sistemas, processos e procedimentos financeiros, incluindo o aprimoramento de modelos de relatórios financeiros, a formulação de Directrizes sobre Taxas de Câmbio, Gestão Financeira, Manuais de Sistemas de Apresentação de Relatórios e Directrizes sobre Gestão Bancária e Investimentos.
- (v) Foram prestados serviços de contabilidade e gestão financeira, incluindo a preparação de contas de gestão mensais, relatórios de execução orçamental e verificação de despesas de projectos. Para além disso, foi assegurada a facilitação do controlo orçamental e da interpretação do Regulamento

Financeiro para reforçar o seu cumprimento, incluindo assessoria estratégica, operacional e financeira.

4.2 RECURSOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO

O programa de bem-estar foi lançado e foi assegurada a operacionalização da comissão e das estruturas principais de execução, incluindo funcionários responsáveis por prevenir e controlar incêndios e socorristas. Nove Políticas de Recursos Humanos foram aprovadas pelo Conselho de Ministros. Para assegurar a inculcação da nova cultura de desempenho em todo o pessoal, os funcionários foram formados em matéria de aplicação da Política de Gestão de Desempenho revista, em particular sobre o novo modelo de Acordo de Desempenho. O mesmo melhorou de 70% a 96% o nível de cumprimento pelos funcionários dos requisitos de submissão de acordos e de avaliações de desempenho. Para além disso, durante o exercício financeiro foram realizadas várias formações técnicas assim como de desenvolvimento de competências sociais, incluindo sobre implementação de sistemas informáticos, conformidade legal e programa de enquadramento laboral de novos funcionários. Foi implantado o Sistema de Gestão de Arquivos Electrónicos nos Escritórios Satélite, concluída a migração de todos os arquivos oficiais, formado pessoal e revitalizado o Comité de Gestão de Arquivos.

4.3 AUDITORIA INTERNA

A coordenação da gestão de risco e prestação de garantia sobre medidas de mitigação de risco e ambiente de controlo interno é bastante crítica para a eficácia e eficiência do funcionamento do Secretariado. Durante o exercício financeiro de 2019/20, foram concluídas 14 das 15 auditorias previstas, representando 93% de realização das auditorias programadas pelo Comité de Auditoria. Para além disso, das auditorias realizadas durante o Exercício Financeiro, foram registadas 129 constatações. Dessas constatações, 48 foram classificadas de alto risco, representando 37% e requerendo acção urgente da Direcção Executiva, enquanto 63% representaram risco médio a baixo. Além disso, foram concebidos registos de Riscos Estratégicos e Operacionais para o exercício financeiro de 2019/20, e foram formulados planos de acção para mitigar esses riscos. Até ao final do Exercício Financeiro, foram implementados na íntegra 9 planos de acção dos 12 planos de acção que deviam ser executados. Ademais, 131 dos 184 planos de acção relativos aos riscos operacionais foram implementados com sucesso.

4.4 ASSUNTOS JURÍDICOS

Dois novos instrumentos jurídicos, nomeadamente, o Protocolo sobre a Indústria e o Protocolo sobre a Transferência de Infractores Condenados entre Estados, foram adoptados e assinados pela Cimeira dos Chefes de Estado em Agosto de 2019. Para além dos dois Protocolos, foram formuladas emendas aos Anexos I, II e III ao Protocolo

sobre Trocas Comerciais. O Comité dos Ministros da Justiça/Procuradores-Gerais recomendou as emendas ao Comité dos Ministros do Comércio para adopção.

Foram formulados dois relatórios, nomeadamente: (i) Relatório Consolidado sobre Harmonização de Procedimentos de Autenticação e (ii) Relatório Consolidado sobre Reconhecimento e Execução de Decisões Judiciais e Sentenças Arbitrais Estrangeiras e validados na Reunião Técnica de Juristas realizada em Dezembro de 2019 em Joanesburgo, África do Sul. Os Relatórios serão apresentados ao Comité dos Ministros da Justiça/Procuradores Gerais para efeitos de aprovação.

No âmbito da facilitação de todos os casos de arbitragem e contencioso em que a SADC está envolvida, três casos que envolvem antigos funcionários do Tribunal da SADC foram ouvidos no SADCAT, aguardando-se pela decisão judicial. Além disso, o Secretariado continuou a trabalhar com advogados externos no sentido de finalizar o caso arbitral pendente da SADC. No respeitante aos Protocolos da SADC, o Secretariado continuou a exortar os Estados-Membros a assinarem, ratificarem e aderirem aos relevantes Protocolos da SADC, tendo os Estados-Membros ratificado um (1) Protocolo e assinado oito (8) instrumentos jurídicos durante o exercício de 2019/20.

4.5 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

O Secretariado continuou a usar Tecnologias da Informação para assegurar a eficácia e eficiência na realização dos programas ao longo do ano. O final do exercício financeiro de 2019/20 foi afectado pela pandemia da COVID-19 que levou a uma mudança da forma como as organizações realizam as suas operações. No Secretariado da SADC houve uma mudança para o teletrabalho em que o pessoal teve de operar virtualmente. O Secretariado, através do apoio da Unidade de Informática, conseguiu apoiar continuamente as Direcções e Unidades para operarem na fase transitória.

4.6 COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

O Secretariado, por intermédio da Unidade de Comunicação e Relações Públicas, continuou a facilitar o fluxo livre e a troca de informação no seio da região da SADC e além-fronteiras, a implementar intervenções de consciencialização sobre a Marca e a imagem da SADC assim como a promover o impacto e valor acrescido da comunidade económica regional. A este respeito, o Secretariado:

- (i) Aumentou a presença em plataformas em linha através do website e de plataformas de redes sociais, tendo o número de visitantes e utilizadores do website aumentado em cada trimestre enquanto os seguidores e *likes* da página Facebook da SADC aumentaram em cerca de 40 %. Em média, o *post* menos visualizado foi consultado por 62 pessoas enquanto o mais visualizado foi consultado por 44775 pessoas. Até os finais de Março de 2020, a conta twitter da SADC tinha 23 600 seguidores, um aumento de cerca de 30 % em

relação ao ano passado. Em termos de menções em plataformas em linha, como monitorizado pela Meltwater, a SADC obteve um total de 29 000 menções o ano passado, traduzindo-se numa média de 2419 menções mensais e 80 diárias.

- (ii) Produziu e disseminou o Boletim Informativo de formato electrónico *Inside SADC* e outras publicações promocionais incluindo a Brochura da Cimeira da SADC destacando as realizações da SADC. Estes foram carregados no website da SADC e em plataformas em linha como Facebook e Twitter; e distribuídos a parceiros da SADC como Pontos de Contacto Nacionais, Coordenadores Nacionais dos Media da SADC, Embaixadores e Altos Comissários da SADC, Organizações Diplomáticas e Internacionais acreditadas junto da SADC e aos Media da SADC constantes na lista de Email da SADC e na lista electrónica dos Coordenadores Nacionais dos Media da SADC.
- (iii) Promoveu e distribuiu um total de 4000 publicações e protocolos da SADC durante eventos como Exposições e Feiras, lançamentos de publicações, Semana da Industrialização da SADC, Palestra Pública da SADC, Encontros com os Media, Reuniões Ministeriais da SADC e reuniões do Conselho e Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo.
- (iv) Emitiu comunicados de imprensa e publicou artigos noticiosos sobre a SADC que foram disseminados aos Media e em plataformas em linha da SADC através dos pontos nacionais de contacto dos media da SADC, da nossa lista de e-mail de media e de outros parceiros.
- (v) Facultou material de sensibilização e visibilidade aos Estados-Membros como o Hino da SADC, a brochura informativa sobre os Estados-Membros da SADC, as histórias de sucesso da SADC, Documentos de Políticas e Estratégicos, incluindo protocolos.
- (vi) Realizou com sucesso concursos de iniciativas de sensibilização sobre a SADC como:
 - a) Concurso de Redacção das Escolas Secundárias da SADC;
 - b) Prémios de Jornalismo da SADC; e
 - c) Concurso de Canção de Promoção da SADC.
- (vii) Promoveu a imagem da SADC e geriu o website e as plataformas de redes sociais da SADC. Para além disso, reforçou as parcerias e a colaboração com intermediários, assim como a gestão de conhecimentos e o repositório de informação, compilando documentos de políticas e actas e adquiriu informação técnica acessível a parceiros.

4.7 CONTRATAÇÃO PÚBLICA

O Secretariado implementou eficazmente o seu Plano de Contratação Pública tendo logrado uma execução de 71% das actividades planeadas. Realizações de realce incluem o lançamento de 09 concursos para contratos de prestação de serviços de grande dimensão ao abrigo do projecto do 11.º FED, para além de vários outros concursos. Ademais, foram concluídos com sucesso quatro (4) concursos para contratos de prestação de serviços de grande dimensão e foram celebrados contratos avaliados em cerca de 12 milhões de USD. A Política de Contratação Pública e Subvenções foi revista e aprovada pelo Conselho em Agosto de 2019 e agora está em vigor. Foi lançado o concurso para Contratos Quadro com vista ao processamento eficiente de contratações repetitivas e à obtenção da melhor relação qualidade/preço. Foi realizado com sucesso um total de 12 reuniões do Comité de Adjudicação (Interno/Externo) e as respectivas recomendações foram implementadas com sucesso. Por último, foi realizada formação interna e treino personalizado para assegurar que o pessoal esteja capacitado para gerir com sucesso concursos de prestação de serviços de grande dimensão.

5. INTEGRAÇÃO CONTINENTAL

5.1 UNIÃO AFRICANA (UA)

O Secretariado continuou a interagir com a União Africana na promoção da integração continental em linha com o Tratado que estabelece a Comunidade Económica Africana, comumente referido como o Tratado de Abuja de 1991. A este respeito, o Secretariado contribuiu para a preparação do Relatório sobre a Situação da Integração em África, Propostas sobre a Divisão Eficaz do Trabalho entre a UA, CER e Estados-Membros e o Protocolo sobre as Relações entre a UA e CER. Esses documentos foram apresentados e debatidos em diversas reuniões realizadas pela CUA na qual o Secretariado também participou.

O Secretariado participou na primeira Reunião de Coordenação UA-CER que teve lugar em Julho de 2019 em Niamey, Níger. O mesmo decorre da decisão da Conferência de Janeiro de 2017 segundo a qual “ao invés da Cimeira de Junho/Julho, o Bureau da Conferência da União Africana deve organizar uma reunião de coordenação com as Comunidades Económicas Regionais, com a participação dos Presidentes das Comunidades Económicas Regionais, da Comissão da UA e de Mecanismos Regionais (MR). O Secretariado também participou na 36.ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo e na 33.ª Sessão Ordinária da Conferência da União Africana, as quais tiveram lugar em Fevereiro de 2020 em Adis Abeba, Etiópia. Nesses encontros a posição da SADC foi apresentada e salvaguardada.

A primeira Reunião de Coordenação UA-CER tomou nota do Relatório sobre a Situação da Integração em África e as perspectivas regionais, como apresentado pelos Presidentes das CER, tendo sido exortado à CUA e às CER a publicar regularmente esse relatório com base na dimensão multilateral da integração africana. O Protocolo sobre as Relações entre a UA e CER foi adoptado pela 33.^a Sessão Ordinária da Conferência da União Africana. Relativamente à Divisão Efectiva de Trabalho entre a UA, CER e MR, foi acordado que ainda era preciso realizar trabalho substancial antes das propostas serem concluídas e o Secretariado continuará a desempenhar papel activo na formulação das propostas.

5.2 AGENDA TRIPARTIDA SADC – COMESA – EAC

Foram dados passos significativos desde o lançamento da Zona de Comércio Livre Tripartida (ZCLT) em 2015, em Sharm El Sheikh, Egipto. O número total de países que assinaram o Acordo sobre a ZCLT permanece de 22 enquanto o de países que o ratificaram é de 8. Agora foi completada uma lista de regras de origem para 90 Capítulos, representando 5030 linhas tarifárias (6-dígitos) de um total de 5387 linhas tarifárias ao abrigo da versão de 2017 do Sistema Harmonizado. O Acordo Tripartido sobre a Circulação de Pessoas de Negócios foi finalizado, revisto juridicamente e adoptado. Relativamente às Barreiras Não-Tarifárias Tripartidas (MNT), as bases de dados de Medidas Não-Tarifárias (MNT) foram classificadas e validadas e a codificação do SH foi concluída para 6 países piloto do mecanismo tripartido.

Durante o período em análise foram elaborados os seguintes instrumentos para facilitar a implementação do Acordo sobre a ZCL Tripartida:

- (i) Directrizes Tripartidas sobre a implementação do Anexo II sobre Recursos em Matéria Comercial;
- (ii) Procedimentos para a implementação do Anexo III sobre Barreiras Não-Tarifárias;
- (iii) Manual de Aplicação das Regras de Origem da ZCL Tripartida (Anexo IV)
- (iv) Directrizes Tripartidas Gerais sobre Cooperação Aduaneira (Anexo V)
- (v) Directrizes Tripartidas Gerais sobre Facilitação do Comércio (Anexo VI)
- (vi) Directrizes Tripartidas Gerais sobre Facilitação de Trânsito (Anexo VII)
- (vii) Regulamento Interno do Subcomité Tripartido de Barreiras Não-Tarifárias;
- (viii) Regulamento Interno do Subcomité Tripartido de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias;
- (ix) Regulamento Interno do Subcomité Tripartido de Barreiras Técnicas ao Comércio; e
- (x) Projecto de Matriz com Prazos para a Eliminação de BNT.

Relativamente ao Pilar de Desenvolvimento Industrial, foram realizados estudos sobre estatísticas industriais, capacidades e cadeias de valor de processamento de produtos agrícolas na região tripartida. O mesmo levou à formulação de resumos sobre políticas sobre cadeias de valor. A implementação dos resumos sobre políticas e a definição das modalidades para o estabelecimento da Unidade de Coordenação Tripartida do Desenvolvimento Industrial ainda está pendente incluindo a identificação de instituições existentes para servirem de Centros de Excelência para cadeias de valor tripartidas de processamento agrícola. A dinâmica nesta área foi afectada pela pandemia de COVID-19.

6. COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

O Secretariado também continuou a fortalecer a cooperação com Parceiros de Cooperação Internacional (PCI) para facilitar a mobilização de recursos para a implementação dos programas e projectos regionais prioritários que estão alinhados com as prioridades da SADC. Tendo isto em conta, foram concluídos vários acordos e outros instrumentos jurídicos com vários PCI, que continuaram a prestar o seu apoio tanto na área técnica como financeira.

6.1 COOPERAÇÃO ENTRE A SADC E A UE

A Cooperação entre a SADC e a UE baseia-se no Acordo de Parceria de Cotonou entre os países de ACP e a UE, um quadro de parceria para o período de 2000-2020 que reconhece a igualdade de parceiros, a participação global, o diálogo e a regionalização. A parceria é implementada sobretudo através do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED). O Acordo de Parceria de Cotonou entre os países ACP e a UE expirou em Fevereiro de 2020 e deverão ser tomadas medidas transitórias sobre um Acordo sucessor até Dezembro de 2021. As negociações de um Acordo sucessor iniciaram em Setembro de 2018 e agora está em curso a formulação de Protocolos Regionais (África, Caraíbas e Pacífico). Como forma de fazer seguimento deste processo, o Secretariado da SADC contactou o Comité de Embaixadores da SADC em Bruxelas a 18 de Setembro de 2019 para obter uma actualização sobre o ponto de situação das negociações. O Secretariado fará continuamente o seguimento das negociações do Acordo sucessor e aconselhará apropriadamente sobre as prioridades da SADC durante consultas sobre os protocolos regionais.

Durante o período em análise, a SADC e a UE celebraram seis (6) Acordos de Contribuição Financeira ao abrigo do Programa Indicativo Regional (Pacote Sub-regional) do 11.º FED no montante de 126,8 milhões de euros para apoiar as intervenções de desenvolvimento regional nas áreas de facilitação do comércio,

industrialização, ambiente de negócios, diálogo sobre políticas, serviços climáticos e alterações climáticas. Essas intervenções suplementam cinco outras intervenções programáticas que já estão em curso de implementação. As mesmas incluem programas de apoio à paz e segurança regional, Política Agrícola Regional, fortalecimento institucional e reforço de capacidades e facilitação do transporte.

Para assegurar que a Cooperação SADC-UE permaneça focalizada e tenha impacto para as prioridades de ambas regiões da SADC e da UE, foi lançada uma avaliação/revisão da Cooperação SADC-UE (ao abrigo dos ciclos financeiros do 10.º e do 11.º FED) em Fevereiro de 2020. O objectivo da avaliação é fazer uma análise geral independente da estratégia de cooperação da UE e da produção dos resultados programáticos pela SADC na região da SADC entre 2008 e 2020. O exercício irá avaliar o grau de alcance de resultados da formulação e implementação de intervenções seleccionadas do Programa Indicativo Regional (PIR) do 11.º FED [Pacote Sub-regional da SADC], identificar lições aprendidas e formular recomendações sobre como melhorar a cooperação actual e futura com vista a aumentar o seu impacto.

6.2 DIÁLOGO POLÍTICO ENTRE A SADC E A UNIÃO EUROPEIA

O Diálogo Político é um pilar importante do Acordo de Parceria de Cotonou, sendo, por conseguinte, um aspecto fundamental da Cooperação para o Desenvolvimento entre a SADC e a UE. No período em análise, foi realizado um Diálogo Político de Altos Funcionários da SADC e da UE a 17 de Setembro de 2019 em Bruxelas, Bélgica. No Diálogo analisou-se as sanções em vigor contra o Zimbabwe e as implicações socioeconómicas decorrentes das sanções, e foi decidido apoiar a agenda de reformas levada a cabo pelo Governo do Zimbabwe. Ambas partes louvaram a estabilidade política prevalecente na região da SADC e comprometeram-se a cooperar na promoção da estabilidade política e da segurança regional através da realização de intercâmbios bilaterais sobre estratégias de luta contra o terrorismo e de segurança marítima. Por fim, ambas partes reiteraram o seu compromisso em cooperar em matérias de desenvolvimento emergentes como urbanização, degradação do ambiente, alterações climáticas, recursos naturais e conservação da vida selvagem e comprometeram-se a efectuar diálogos políticos robustos sobre essas matérias, em particular sobre as alterações climáticas.

6.3 COOPERAÇÃO ENTRE A SADC E A ALEMANHA

O Cooperação SADC-Alemanha destina-se ao aumento das capacidades da SADC como principal órgão de coordenação para a integração regional. As últimas Negociações Bilaterais sobre a Cooperação para o Desenvolvimento entre a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a República Federal da Alemanha foram realizadas em Novembro de 2019, em Gaborone, República do Botswana.

As Negociações permitiram à SADC e à Alemanha rever a implementação dos programas em curso e acordar sobre futuras áreas de cooperação. Como resultado, foi feito um compromisso no montante de 30 milhões de euros para ambas esferas de cooperação técnica e financeira em 2019, elevando o envelope total para 40,36 milhões de euros, incluindo-se os compromissos anteriores feitos em 2018.

Através dos compromissos, a cooperação entre a SADC e a Alemanha continuará a apoiar, entre outros, a Cooperação Económica Regional (cobrindo também a Paz, Segurança e Boa Governança); Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços; Gestão de Recursos Naturais Transfronteiriços e Resiliência face às Alterações Climáticas; e Reforço dos Elos Nacionais-Regionais.

6.4 COOPERAÇÃO ENTRE A SADC E A CHINA

O Acordo-Quadro de Cooperação Económica, Comercial, de Investimentos e Técnica entre a SADC e o Governo da República Popular da China foi assinado em Outubro de 2019. Os objectivos do Acordo-Quadro são, entre outros, reforçar a cooperação em áreas de interesse mútuo, em tandem com os Quadros Estratégicos da SADC, delineados na Estratégia para a Industrialização da SADC (2015-2063), Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infra-estruturas (RIDMP) da SADC, e Plano Regional de Investimento Agrícola (RAIP) (2017 – 2022) destinado a implementar a Política Agrícola Regional (PAR) da SADC.

O Governo da República Popular da China continuou a conceder uma subvenção anual de 100 000 USD para apoiar o Secretariado da SADC a suprir as suas necessidades operacionais, aplicando uma abordagem programática que permitirá que o Secretariado responda a necessidades urgentes e implemente programas e actividades alinhados com as Decisões do Conselho e as prioridades da SADC.

6.5 COOPERAÇÃO ENTRE A SADC E O BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO

A SADC e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) mantêm uma parceria de longa data para o desenvolvimento, que tem produzido resultados substanciais nas áreas prioritárias de cooperação aos níveis regional e nacional. Desde 1998, ano da assinatura do primeiro acordo de cooperação entre a SADC e o BAD, executaram-se vários projectos regionais, centrados em componentes importantes da Agenda de Integração Regional da SADC, nomeadamente, o desenvolvimento e financiamento de cadeias de valor que impulsionarão a industrialização, o desenvolvimento de financiamento e instrumentos de mitigação de riscos relevantes para os países da SADC, e a identificação, priorização, preparação e financiamento da implementação das infra-estruturas regionais e corredores económicos da SADC, (ou seja, combinação de projectos de infra-estruturas regionais e cadeias de valor).

O Protocolo de Acordo Multinacional entre a SADC e o BAD, no montante de 1,5 milhões de UA, foi assinado em Agosto de 2019 para apoiar a implementação das áreas de cooperação acordadas. O Acordo é um dos resultados dos numerosos compromissos que a SADC e o BAD tinham desde 2016 e contribui para acelerar a consecução da Agenda de Integração Regional da SADC, na sequência da aprovação do Quadro Jurídico da SADC para operacionalizar o Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC (FDR). A área de cooperação acordada foca nas componentes principais da Agenda de Integração Regional da SADC dividida nas seguintes esferas de trabalho:

- (i) Desenvolvimento de Projectos de Infra-estruturas Regionais da SADC;
- (ii) Desenvolvimento de cadeias de valor regionais do sector mineiro;
- (iii) Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC e Desenvolvimento de Instrumentos Financeiros; e
- (iv) Gestão de Projectos.

O Protocolo de Acordo Multinacional permitirá a implementação do projecto “Financiamento Sustentável de Projectos Regionais de Infra-estruturas e Industriais na SADC”, em conformidade com os regulamentos e procedimentos do Banco e da SADC, a ser implementado ao longo de um período de 3 anos, de Agosto de 2019 a Maio de 2021.

Além disso, o BAD está a apoiar a SADC no âmbito da Resposta à pandemia da COVID-19, com 6,5 milhões de UA.

6.6 COOPERAÇÃO ENTRE A SADC E O BANCO MUNDIAL

A SADC e o Banco Mundial estão a trabalhar em conjunto numa série de áreas de interesse comum incluindo infra-estruturas, gestão de risco de desastres, comércio e industrialização, tanto a nível nacional, regional e tripartido (SADC/COMESA/EAC) A partir de Abril de 2020, o Banco Mundial tinha um compromisso no valor de 2,45 mil milhões de dólares na Região da SADC, sendo 46,2 milhões de dólares para apoio aos organismos da SADC, nomeadamente; Rede de Energia Eléctrica da África Austral, Centro de Coordenação da Investigação e Desenvolvimento Agrário da África Austral (CCARDESA) e para apoiar outros projectos da SADC. A SADC e o Banco Mundial comprometeram-se a intensificar os esforços de integração regional para melhor cumprir os objectivos de integração económica regional, uma vez que o Banco procura alinhar a sua nova Estratégia de Integração Regional de três anos com as prioridades regionais da SADC no período compreendido entre Julho de 2020 e Junho de 2023.

6.7 COOPERAÇÃO ENTRE A SADC E A COMISSÃO ECONÓMICA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ÁFRICA (ECA)

A Comissão Económica das Nações Unidas para África (ECA) foi bastante instrumental na revisão do RISDP e do SIPO e na formulação da Estratégia e Roteiro para a

Industrialização da SADC (2015-2063). A ECA também está a apoiar a SADC em várias actividades como as negociações sobre a Zona de Comércio Livre Tripartida; o desenvolvimento de um quadro para a “Harmonização das Políticas, Normas e Quadros Legislativo e Regulador da Exploração Mineira na África Austral”; o Programa e Estratégia de TIC da SADC; o Fórum Regional sobre Desenvolvimento através do Regionalismo, Paz e Transformação Económica na África Austral; Apoio para a Agenda Pós-2020; e Pequenas e Médias Empresas (PME) no Processo de Industrialização. A SADC e a ECA também colaboraram através de um Mecanismo de Coordenação Sub-regional (SRCM) que foi estabelecido como uma plataforma para aumentar a coerência do trabalho da ECA no apoio à realização das prioridades das CER que operam nas regiões oriental e austral de África.

O Secretariado da SADC realizou consultas com a ECA em Julho de 2019 para aprofundar a cooperação e identificar áreas prioritárias de cooperação entre a SADC e a Comissão Económica das Nações Unidas para África (ECA) para os próximos dois a três anos. Subsequentemente, o Secretariado da SADC, em colaboração com a ECA, preparou e submeteu propostas concretas sobre áreas de colaboração futura entre o Secretariado da SADC e a ECA. Foi acordado que as áreas de colaboração futura podiam incluir, entre outros, Industrialização; Infra-estruturas; Pobreza; Dados e Estatística; Género e Empoderamento Económico da Mulher; e Paz e Segurança.

6.8 COOPERAÇÃO ENTRE A SADC E O BANCO ÁRABE PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO EM ÁFRICA (BADEA)

O Secretariado da SADC interagiu com o BADEA com vista a estabelecer um quadro de cooperação económica, financeira e técnica e para aprofundar e alargar a cooperação, especificamente nas áreas de indústria, transportes, infra-estruturas, construção, energia, águas, saúde, comércio, agricultura e investimento, com base nos princípios de reciprocidade e benefício mútuo.

A SADC e o BADEA também realizaram conversações a nível técnico, que culminaram na formulação de um Memorando de Entendimento (MdE) que será assinado por ambas Partes em data a ser acordada, focando nas áreas acima mencionadas. Em linha com o mesmo, o BADEA participou na Semana da Industrialização da SADC realizada em Julho de 2019 em Dar-es-Salaam, República Unida da Tanzânia, para proporcionar uma oportunidade para o BADEA promover o seu trabalho através de uma plataforma regional na qual tomam parte organizações internacionais e o sector privado da região.

6.9 PLATAFORMA DE DIÁLOGO ENTRE A SADC E ICP

Foi realizada uma reunião da Plataforma de Diálogo entre a SADC e ICP a 5 de Dezembro de 2019 em Gaborone, República do Botswana. O objectivo da reunião era interagir como parceiros de desenvolvimento em par de igualdade e determinar a melhor forma de aprofundar a(s) parceria(s) de cooperação entre a SADC e ICP para responder

melhor às necessidades e interesses de desenvolvimento no quadro da promoção do crescimento económico sustentado e equitativo e do desenvolvimento socioeconómico através da integração regional.

O Diálogo louvou o progresso feito na formulação da Visão 2050 da SADC e do RISDP 2020-2030 e deu garantias de que a interacção na sua formulação era de carácter estritamente consultivo entre a SADC e os relevantes parceiros/partes interessadas. Considerando os impactos devastadores prevaletentes das alterações climáticas e as resultantes implicações socioeconómicas, ambas partes acordaram em estabelecer um novo Grupo Temático sobre Alterações Climáticas e Gestão de Riscos de Desastres para assegurar a existência de um mecanismo robusto de cooperação para questões relacionadas com alterações climáticas.

Por fim, o Diálogo louvou os balanços apresentados por sete Grupos Temáticos (Grupo de Referência da Estratégia de Recursos Hídricos, Paz e Segurança, Comércio, Indústria, Investimento e Finanças, Energia, Agricultura e Segurança Alimentar, Equidade no domínio da Saúde e Desenvolvimento Inclusivo e TIC) e exortou todos os Grupos Temáticos a realizarem as respectivas reuniões semestrais e prepararem ou actualizarem os seus planos de trabalho anuais existentes.

7. BOA GOVERNAÇÃO

7.1 SAÚDE INSTITUCIONAL E GESTÃO DA MUDANÇA

7.1.1 GESTÃO DE RISCO

O Secretariado identificou Riscos Estratégicos e Operacionais que podem ter impacto na consecução dos objectivos da SADC e implementou 75% das estratégias de mitigação que foram elaboradas para minimizar a probabilidade de ocorrência desses riscos e o seu impacto na região. A este respeito, o Secretariado:

- (i) Finalizou o Protocolo sobre a Indústria e a Visão Regional para o Sector Mineiro.
- (ii) Reforçou a capacidade a nível dos Estados-Membros para a implementação do Protocolo da SADC sobre o Controlo de Armas de Fogo, Munições, Cibercrime, Sistema de Rastreamento e Gestão de Registos de Armas Ilícitas (ITMS), etc.;
- (iii) Foi reforçado o Sistema Regional de Aviso Prévio (REWS);
- (iv) Aprimorou o Plano Institucional do Secretariado para a abordagem de questões transversais;

- (v) Estabeleceu sessões de planeamento regulares com Parceiros de Cooperação Internacionais (PCI) para todos os projectos.

Para além disso, também foram elaboradas estratégias de mitigação de riscos operacionais para apoiar esses objectivos estratégicos e até 31 de Março de 2020 foi implementado 72% das estratégias de mitigação para minimizar riscos operacionais.

7.1.2 AUDITORIA

O Secretariado introduziu as seguintes medidas para colmatar as lacunas auto-identificadas nos controlos internos:

- (i) Emitiu directrizes relativas à contratação de pessoal por curta duração e colocação de quadros em regime de destacamento para regular os seus termos e condições, que serão aplicadas em conjunção com a Política de Recrutamento, Selecção e Nomeação de Quadros e a Política de Remuneração, para garantir transparência e responsabilização.
- (ii) Assegurou que o Comité Director das TIC estivesse operacional para facilitar o apoio de tecnologias de informação. Actualmente, os riscos estratégicos informáticos são geridos de forma apropriada e os recursos informáticos são utilizados para maximizar o valor para o Secretariado.
- (iii) Para reforçar a capacidade em matéria de gestão de projectos foram recrutados treze (13) técnicos que já assumiram funções. Perspectiva-se que esta medida concorra para a melhoria do desempenho dos projectos, a responsabilização e a adesão aos acordos de financiamento.

Ademais, o Secretariado está a proceder à operacionalização do Plano de Continuidade de Actividades que foi finalizado durante o ano, para assegurar a prontidão para responder e recuperar de emergências e desastres sem grandes interrupções nos processos operacionais. Para além disso, foi implementado um Plano de Auditoria Interna baseado em riscos e catorze (14) dos quinze (15) exercícios de auditoria planeados foram concluídos. A auditoria ao Centro Regional de Formação em Manutenção da Paz (RPTC) não pode ser realizada devido às restrições de viagem impostas por causa da COVID-19, tendo sido adiada para o próximo exercício financeiro de 2020/21. O grau de implementação das recomendações de Auditoria até 31 de Maio de 2020 é apresentado na tabela a seguir:

Tabela 2: Grau de implementação das Recomendações de Auditoria em 31 de Março de 2020

Exercício	N.º de Recomendações	N.º Cumpridas	N.º Pendentes	% Implementadas
Auditoria Externa				
do Exercício de	21	18	3	86
2017/18	34	34	0	100

2018/19	47	35	12	74
Auditoria Interna				
2016/17	154	154	0	100
2017/18	164	157	7	96
2018/19	146	134	12	92
2019/20	68	45	23	66

7.2 IMPLEMENTAÇÃO DO QUADRO DE GESTÃO FINANCEIRA

O orçamento total aprovado para o exercício financeiro de 2019/20 foi de 86 061 341 USD financiado do seguinte modo: 55 664 668 USD (65%) pelos Estados-Membros e 30 396 673 USD (35%) pelos Parceiros de Cooperação Internacional.

O orçamento total de 86 061 341 USD foi afecto do seguinte modo:

- (i) 54 114 376 USD (63%) para Programas [Estados-Membros: 23 967 040 USD (44%) e ICP: 30 147 336 USD (56%)];
- (ii) 24 961 174 USD (29%) para Serviços de Apoio Institucional [Estados-Membros: 24 711 837 USD (99%) e ICP: 249 337 USD (1%)]; e
- (iii) 6 098 579 USD (8%) para transferência para o Fundo de Contingências e Fundos Especiais.

Os destaques do desempenho não auditado provisório para o exercício financeiro de 2019/20 são os seguintes:

Receitas

- (i) As receitas totais reais elevaram-se a 66 949 544 USD (78%) enquanto as receitas orçamentadas elevavam-se a 86 061 341 USD. [Estados-Membros: Receitas reais de 50 558 687 USD (91%) contra receitas orçamentadas de 55 667 668 USD; e ICP: Receitas reais de 16 390 857 USD (54%) contra receitas orçamentadas de 30 393 673 USD.
- a) Contribuições estatutárias anuais no montante de 7 876 433 USD estavam em mora até 31 de Março de 2020; e
- b) A taxa de 54% das receitas relativamente às contribuições dos Parceiros de Cooperação Internacional deve-se a proponentes não receptivos no processo de adjudicação de contratos de prestação de serviços para os Programas PAGOda, atrasos na reposição de fundos, em particular do PPDF gerido pelo DBSA, e ao impacto adverso da pandemia da COVID-19 sofrido no 4.º T do exercício financeiro de 2019/20.

Despesas:

- (i) Foram registadas despesas totais de 54 777 563 USD (69%) face a um orçamento total de 79 075 550 USD, excluindo transferências para o Fundo de Contingências e Fundos Especiais:
 - a) despesas reais de 38 366 326 USD (79%) face a um orçamento de 48 878 877 USD financiado pelos Estados-Membros; e
 - b) despesas reais de 16 411 238 USD (54%) face a um orçamento de 30 147 336 USD financiado através da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.
- (ii) as despesas reais para Programas foram de 34 187 367 USD (63%) face a uma dotação orçamental de 54 114 376 USD;
- (iii) as despesas reais para Serviços de Apoio Institucional foram de 20 590 196 USD (82%) face a uma dotação orçamental de 24 961 174 USD; e
- (iv) os Desembolsos de Projectos de 21 929 733,86 euros (24 122 707,25 USD) para os Estados-Membros foram feitos do seguinte modo:
 - c) TRF 17 205 859, 00 euros (18 926 444.90 USD);
 - d) PPDF-DBSA 4 581 478,19 euros (5 039 626,01 USD); e
 - e) Apoio Judiciário ao Lesoto 142 396,67 euros (156 636,34 USD).

A taxa geral de execução orçamental de 69% exclui um montante ainda não justificado de 9,6 milhões de USD de desembolsos de Projecto para Estados-Membros beneficiários.

Análise dos Desvios das Despesas:

A taxa de utilização alcançada decorreu principalmente do seguinte:

- (i) Contribuições estatutárias dos Estados-Membros: execução orçamental de 79% alcançada pelas seguintes razões:
 - a) Despesas de pessoal: algumas vagas orçamentadas para o exercício financeiro de 2019/20 não foram preenchidas durante o exercício. Trata-se, em particular, de postos para os projectos PAGODA, e isso foi comum para a maior parte das Direcções;
 - b) Despesas Programáticas: alguns workshops técnicos planeados não utilizaram todos os recursos orçamentados porque receberam apoio dos Estados-Membros e de Parceiros de Cooperação Internacional. Também houve atrasos causados por proponentes não receptivos no processo de adjudicação de contratos de prestação de serviços, adiamentos e alterações do local de realização de algumas das reuniões técnicas. A recente pandemia da COVID-19 também fez com que Direcções e Unidades cancelassem ou adiassem algumas actividades planeadas para o último trimestre do exercício financeiro de 2019/20. Alguns workshops e

reuniões essenciais foram realizados virtualmente por via de teleconferência e/ou videoconferência, tendo assim custado menos do que orçamentado; e

- (ii) Fundos os Parceiros de Cooperação Internacional (ICP): execução orçamental de 54% alcançada pelas seguintes razões:
 - a) proponentes não receptivos no processo de adjudicação de Contratos de Serviços para os Programas, em particular de Apoio à Melhoria do Ambiente de Investimentos e de Negócios (SIBE) na região da SADC, Facilitação do Comércio (TFP), Aliança Mundial contra as Alterações Climáticas Mais (AMAC+), Mecanismo de Diálogo da UE e Programas IICB;
 - b) houve atrasos na reposição de fundos, em particular no projecto PPDF gerido pelo DBSA. A Delegação da UE não transferiu 3 395 560 euros como solicitado pelo Secretariado da SADC em nome do DBSA para as actividades planeadas referentes à terceira tranche; e
 - c) A pandemia da COVID-19 também afectou a implementação de actividades financiadas pelos Parceiros de Cooperação Internacional durante o último trimestre de 2019/20. Reuniões e workshops importantes foram adiados ou cancelados.

8. DESAFIOS E LIÇÕES COLHIDAS

Os marcos alcançados durante 2019/20 são uma demonstração de que foram registados resultados tangíveis relativamente à Agenda da SADC. No entanto, apesar das realizações importantes, o ano foi marcado por desafios a seguir descritos:

- (i) Os esforços para reforçar a prevenção, gestão e resolução de conflitos centraram-se principalmente no reforço da Mediação, Prevenção de Conflitos e Estruturas de Diplomacia Preventiva. No entanto, são necessários esforços concertados para desenvolver/reforçar infra-estruturas nacionais de edificação da paz para a prevenção de potenciais conflitos antes destes se intensificarem. A nível regional, o estabelecimento do Gabinete de Ligação da SADC na República Democrática do Congo é um exemplo de iniciativas regionais proactivas de paz para coordenar actividades e servir de mecanismo de alerta prévio. O desafio principal é a sustentação do financiamento para a iniciativa e a sua replicabilidade se eclodir mais de um conflito na região.
- (ii) As dificuldades relativas à estabilidade nacional e regional, à paz e à segurança criados pela pandemia da COVID-19 são uma questão que exigiu esforços implacáveis por parte dos Estados-Membros para recalibrar as acções tendentes a mitigar as implicações socioeconómicas inter-relacionadas, preservando ao mesmo tempo a integridade territorial e

travando a criminalidade. Mais do que antes onexo entre prestação de serviços, desenvolvimento, paz e segurança será testado, exigindo que os países criem resiliência através de abordagens harmonizadas e coordenadas a nível regional.

- (iii) A integração dos mercados tem sido significativamente afectada por deficientes sistemas de transportes e logística que permanecem um obstáculo importante para o comércio intra-regional e por uma grande dependência na exportação de mercadorias primárias que geram baixos retornos financeiros. A realização eficaz do desenvolvimento de infra-estruturas na região é importante para a integração regional. Como tal, é necessário intensificar a interacção entre os Estados-Membros e as agências que desenvolvem projectos de infra-estruturas a nível nacional. Os Estados-Membros comprometeram-se a institucionalizar estruturas responsáveis por projectos de infra-estruturas e nomear pessoas de contacto nacionais para os principais sectores de infra-estruturas. A nomeação pelos Estados-Membros de pessoas de Pontos Focais Nacionais demonstra o seu compromisso em coordenar de forma eficaz os projectos de infra-estruturas em prol da integração regional.
- (iv) A mobilização de recursos e a capacidade de atrair investimentos em todos os sectores para o desenvolvimento de projectos de infra-estruturas permanecem um desafio considerável, apesar de iniciativas como o programa PIDA-PAP 2 e outros programas afins promovidos na região e a nível continental. O desafio é exacerbado pela capacidade limitada de formular e preparar projectos passíveis de serem financiados nos Estados-Membros. Além disso, com a eclosão da COVID-19, a retirada de recursos de ICP terá impacto considerável em estudos de viabilidade e desenhos detalhados de projectos. O mesmo irá gerar competição entre desenvolvimento de infra-estruturas e serviços sociais para a afectação de recursos entre diferentes actores na região. Consequentemente, os projectos de infra-estruturas previstos para serem concluídos em 2020/ 2021 são susceptíveis de registar atrasos.
- (v) A falta de rubricas orçamentais dedicadas para a programação no domínio de nutrição nos Estados-Membros é um dos factores que contribuem para o retardamento do incremento de intervenções de alto impacto na área de nutrição. Lições aprendidas da República Unida da Tanzânia demonstraram que ter rubricas orçamentais dedicadas para a nutrição pode trazer ganhos na implementação de intervenções na área de nutrição e essa medida levou à redução da prevalência de atraso de crescimento, de 34,5% (2015) para 31% (2018/2019), na Tanzânia. No âmbito do programa de nutrição, em 2019, a rede regional de ICP parceiros na área da nutrição continuou a apoiar a implementação de prioridades no domínio de nutrição nos Estados-Membros,

como alinhadas com a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da SADC.

- (vi) A falta de recursos humanos e financeiros a nível dos Estados-Membros continua a ser um obstáculo para a boa execução das políticas regionais a nível nacional.

Como resultado, o Secretariado está a trabalhar em estreita colaboração com os PCI através de escritórios nacionais para apoiar a transposição das políticas regionais para os ordenamentos jurídicos nacionais. Relativamente à implementação do Quadro de Qualificações da SADC, o Secretariado encetou um processo de mobilização de recursos para o financiamento do estabelecimento de uma Unidade de Implementação para facilitar e coordenar a implementação do Quadro de Qualificações da SADC.

- (vii) Alguns programas regionais cruciais não são priorizados para financiamento a nível dos Estados-Membros em que a implementação é essencial. O relatório de implementação do Plano de Acção de Migração Laboral da SADC (2016-2019) revelou que a gestão da migração da força de trabalho não era suficientemente priorizada para que os Ministérios do Trabalho tenham capacidade para implementar os compromissos assumidos ao abrigo do Plano de Acção. Neste contexto, os Estados-Membros continuam a enfrentar limitações devido a constrangimentos humanos e financeiros consideráveis em ambos níveis regional e nacional. Por conseguinte, é necessário continuar a fortalecer as ligações e a coerência entre programas regionais e nacionais para assegurar o alcance de impacto máximo.
- (viii) Atrasos na obtenção em tempo oportuno de competências técnicas adequadas junto de parceiros relevantes para orientar o processo de consultoria permanece uma preocupação. Um exemplo é o atraso na elaboração do plano de sustentabilidade financeira e do quadro institucional do Fundo de Desenvolvimento Agrícola. Esse desafio teria sido superado se logo no início da empreitada tivessem sido estabelecidas parcerias adequadas. É preciso capitalizar as parcerias existentes e potenciais para a continuidade do trabalho. As mesmas incluem não só as Agências da ONU, com um leque amplo de competências técnicas, como a FAO e o PMA, e parceiros de desenvolvimento, mas também organizações profissionais e o sector privado regional.

9. CONCLUSÕES E RUMO A SEGUIR

A persistência de litígios eleitorais prolongados, apesar de os Estados-Membros cumprirem as normas mínimas de prática eleitoral, deve ser abordada através do reforço

de seguimentos pós-eleições e da implementação escrupulosa da Estratégia do SEAC de Prevenção de Conflitos Relacionados com Processos Eleitorais. Ademais, a SADC precisa investir em iniciativas de assistência eleitoral o que requererá a partilha de competências técnicas e outros recursos com os Estados-Membros com dificuldades em cumprir obrigações regionais. O mesmo exigirá compromissos adicionais dos Estados-Membros uma vez que actualmente as actividades são apoiadas através de financiamento limitado de ICP.

É preciso investir no exercício em curso com vista a identificar e consolidar as infra-estruturas nacionais para a paz e incluir intervenções estratégicas nos seus futuros orçamentos. O mesmo colocará continuamente os Estados-Membros e a região a altura de abordarem colectiva e eficazmente os desafios de paz e segurança. O reforço de capacidades do quadro do programa de preparação de projectos para os Estados-Membros deve continuar para os capacitar para adquirirem conhecimentos e habilidades necessários de preparação de projectos;

A ratificação do Protocolo da SADC sobre Trocas Comerciais e a implementação das disposições do Protocolo nos Estados-Membros, dando prioridade a sectores e actividades que viabilizam a industrialização da SADC aumentará a integração dos mercados da SADC. A integração dos mercados também beneficiará da adopção de requisitos de conteúdo regional pelos Estados-Membros através da campanha 'Buy SADC (Compre SADC)' para facilitar o desenvolvimento de cadeias de valor no seio da região. Também é preciso melhorar as redes e corredores ferroviários transfronteiriços para facilitar o fluxo de mercadorias no seio da região da SADC. O mesmo deve incluir o envolvimento do sector privado através do estabelecimento de empresas de exportação e mecanismos de crédito à exportação. A eliminação das Barreiras Não Tarifárias (BNT) em tempo oportuno para apoiar o desenvolvimento do comércio regional é uma outra área que precisa de ser melhorada. O mesmo inclui o desenvolvimento de um sistema eficaz para o reconhecimento mútuo de Medidas Não Tarifárias (MNT) para prevenir o desenvolvimento de BNT que obstruem o desenvolvimento industrial a nível regional.

A mobilização de recursos e investimento para actividades de infra-estruturas permanece uma prioridade como demonstrado pelo estabelecimento e operacionalização do Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC. O Fundo destina-se a permitir que projectos de infra-estruturas regionais sejam passíveis de obter financiamento com menos desafios. Assim, os Estados-Membros são encorajados a submeter projectos regionais de infra-estruturas para apreciação ao abrigo do Plano de Acção Prioritário 2 do Programa continental de Desenvolvimento de Infra-estruturas em África (PIDA-PAP2) e responder a convites a apresentação de propostas que são lançados por diferentes ICP de tempos a tempos para aumentar as oportunidades de apoio.

A interacção, comunicação e consulta estreita e regular entre o Secretariado, a SADC e ICP é essencial para a superação de entraves bem como de desafios e atrasos

administrativos. O Secretariado continua empenhado em fazer o acompanhamento regular, obter subsídios e garantir a conclusão dos processos de trabalho. Tal irá aumentar o entendimento e compreensão na íntegra dos processos de trabalho para facilitar a implementação eficaz e produzir os principais resultados intermédios e finais esperados. O Secretariado também irá empenhar-se na padronização das tecnologias de TIC aplicadas no desenvolvimento de sistemas informáticos de programas regionais e na prestação de serviços informáticos, num esforço para melhorar a eficiência e eficácia da comunicação.

Apesar dos desafios enfrentados durante o Exercício Financeiro de 2019/20, foram registados progressos significativos na execução de programas e projectos relativos à agenda de integração regional. O Secretariado continua empenhado em alcançar bons resultados, manter a boa governação e a transparência. Para o futuro, o Secretariado reafirma o seu compromisso no contexto da facilitação da implementação de projectos e em assegurar que a Região transpõe, de forma colectiva, os desafios económicos emergentes, em prol de uma melhor qualidade de vida para a população da SADC.



SOBRE A SADC

A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) é uma organização fundada e apoiada por países da África Austral que visa promover a cooperação socioeconómica, política e de segurança a nível dos seus membros e fomentar a integração regional, a fim de alcançar a paz, a estabilidade e a riqueza e integra os seguintes Estados-Membros: Angola, Botswana, União das Comores, República Democrática do Congo, Eswatini, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.

As informações contidas nesta publicação podem ser reproduzidas, utilizadas e partilhadas com pleno conhecimento do Secretariado da SADC.

Southern African Development Community (SADC), SADC House, Plot No. 54385
Central Business District, Private Bag 0095, Gaborone, Botswana
Tel: +267 395 1863, Fax: +267 397 2848/3181070, Website: www.sadc.int
Email: prinfo@sadc.int or registry@sadc.int or webmaster@sadc.int

@2020 SADC Secretariat

